

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Oscar Ulloa Guerra

COMO SER HOMENS NESTES TEMPOS?
PEDAGOGIAS DE GÊNERO NO MANUAL H

Porto Alegre
2015

Oscar Ulloa Guerra

COMO SER HOMENS NESTES TEMPOS?
PEDAGOGIAS DE GÊNERO NO MANUAL H

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador:

Prof. Dr. Luís Henrique Sacchi dos Santos

Porto Alegre

2015

Oscar Ulloa Guerra

Como ser homens nestes tempos? Pedagogias de gênero no Manual H

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2015.

Banca Examinadora da Defesa

Prof. Dr. Luís Henrique Sacchi dos Santos
Presidente da Banca
Orientador – Universidade Federal do Rio Grande do Sul- PPGEDU.

Prof. Dra. Jane Felipe de Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Sul- PPGEDU.

Prof. Dr. Adriano Beiras
Universidade Federal de Santa Catarina - PPGP.

Prof. Dra. Nivia Ivette Núñez de la Paz
Faculdade de Integração do Ensino Superior do Cone Sul - FISUL.

Prof. Dr. Ramón Rivero Pino
Universidad de Ciencias Médicas de La Habana - PPG Sexología y Sociedad.

CIP - Catalogação na Publicação

ULLOA GUERRA, Oscar
COMO SER HOMENS NESTES TEMPOS? PEDAGOGIAS DE
GÊNERO NO MANUAL H / Oscar ULLOA GUERRA. -- 2015.
150 f.

Orientador: Luís Henrique Sacchi dos SANTOS.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Gênero. 2. Masculinidades. 3. Pedagogias. I.
SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Luís Henrique Sacchi dos Santos, pela acolhida após os furacões, a confiança, a orientação dedicada, as valiosas sugestões, cuidadosas revisões e saberes compartilhados, e principalmente pela sensibilidade.

Às profas. Jane Felipe e Rosimeri Aquino da Silva e aos prof. Henrique C. Nardi e Mario Pecheny, pelas sugestões na qualificação do meu projeto de tese.

Aos professores e professoras de PPGEDU da UFRGS, pela oportunidade e pelas provocações para olhar de outros modos.

À Profa. Maria Stephanou, pelo apoio e preocupação com meus resultados.

Ao CNPQ e CAPES, pelo apoio financeiro para conseguir este resultado.

A mi madre, por la preocupación constante a tantos kilómetros de distancia.

A mi padre, donde quiera que esté, por darme siempre lo mejor.

A mi herma del alma, Bismark, por la incondicionalidad y por su inmenso cariño.
Muchas cosas habrían sido imposibles sin su apoyo.

A Mandi, por los imanes y la energía en sus múltiples formas.

A Roge, por las palabras de aliento, el amor y la disposición de escribir juntos.

A Enero, por tanta alegría y por apoyar mis elecciones por encima de todo.

A mi tía querida Haydee, por abrir y limpiar los caminos.

A mis familiares todos porque de muchas maneras me acompañaron en mis andares, tropiezos y conquistas.

A Alex y Deisy, por abrirnos las puertas y ventanas de sus corazones sin saber que no saldríamos nunca y que serían parte de nuestra familia.

A Nivia, por el cálido abrazo que nunca faltó.

A Ramoncito, por los proyectos compartidos y la inmensa amistad.

A Ania, por la dulzura y atenciones durante la escrita de la tesis. Será difícil olvidar tus mimos. Y por supuesto, a su amigo Willy que ayudó solidariamente para garantizar la participación online del Dr. Ramón Rivero Pino.

A mis familiares, amigos y colegas del doctorado que de muchas maneras también forman parte de esta conquista.

Y muy, muy especialmente a Wanton, por la mano, por el regreso, por los besos... por hacerme soñar nuevamente.

FELICES LOS NORMALES

Felices los normales, esos seres extraños,
Los que no tuvieron una madre loca, un padre borracho, un hijo
delincuente,
Una casa en ninguna parte, una enfermedad desconocida,
Los que no han sido calcinados por un amor devorante,
Los que vivieron los diecisiete rostros de la sonrisa y un poco más,
Los llenos de zapatos, los arcángeles con sombreros,
Los satisfechos, los gordos, los lindos,
Los rintintín y sus secuaces, los que cómo no, por aquí,
Los que ganan, los que son queridos hasta la empuñadura,
Los flautistas acompañados por ratones,
Los vendedores y sus compradores,
Los caballeros ligeramente sobrehumanos,
Los hombres vestidos de truenos y las mujeres de relámpagos,
Los delicados, los sensatos, los finos,
Los amables, los dulces, los comestibles y los bebestibles.
Felices las aves, el estiércol, las piedras.

Pero que den paso a los que hacen los mundos y los sueños,
Las ilusiones, las sinfonías, las palabras que nos desbaratan
Y nos construyen, los más locos que sus madres, los más borrachos
Que sus padres y más delincuentes que sus hijos
Y más devorados por amores calcinantes.
Que les dejen su sitio en el infierno, y basta.

Roberto Fernández Retamar (La Habana, 9 de junio de 1930)

RESUMO

O Programa H foi um projeto desenvolvido em 1999 por várias ONGs em diversos contextos da América Latina, Índia, nos Balcãs e em várias localidades da África subsaariana para engajar homens jovens em reflexões sobre masculinidades. Dentre os resultados do Programa H, destaca-se o Manual H (MH), um guia elaborado para orientar o trabalho grupal com homens jovens e que constitui o material de análise desta tese. A partir do seu conteúdo, considero que o MH tem muito a dizer sobre as masculinidades e as relações de gênero e desempenha uma função educativa na medida em que ensina como ser homens. O manual, segundo determinados sistemas de julgamento e interesses, desaprova alguns comportamentos (violência, não participação do cuidado dos filhos/as, não se cuidar, não utilizar os serviços de saúde) e valoriza outros (cuidar de si e de outras pessoas, usar o diálogo e a negociação ao invés da violência, assumir a paternidade), definindo e avaliando modos de ser homens, senão melhores, pelo menos mais adequados, exercendo uma pedagogia de gênero, uma pedagogia de masculinidade. Nessa direção, parece-me potencialmente interessante discutir questões sobre gênero, educação, masculinidades e poder na contemporaneidade a partir da análise do MH. Para tanto, proponho como objetivo examinar as pedagogias de gênero do MH voltadas ao público masculino a partir da questão central desta tese: como o MH investe pedagogicamente para produzir mudanças, segundo um dado entendimento de gênero pautado numa agenda feminista, que visa a transformar determinados comportamentos em outros? No estudo, resgato algumas contribuições teóricas dos estudos culturais e de gênero que considero relevantes para as análises empreendidas. A análise documental constituiu a ferramenta principal que possibilitou a problematização do Manual H, permitindo analisar os questionamentos, propostas e paradoxos do material que assinalam a internacionalização do imperativo de produzir mudanças nos comportamentos e práticas nos homens, parecendo privilegiar uma masculinidade e paternidade transnacionais, reiterando a heteronormatividade e ignorando as particularidades dos contextos culturais.

Palavras-chave: gênero; masculinidades; pedagogia.

ABSTRACT

The H program was a project developed in 1999 by several non-governmental organizations in different contexts in Latin America, India, Balkans and various Sub-Saharan Africa places to engage the young men in the reflection about masculinities. Within the H Program results, stand out the H Manual (MH), a guide developed to lead the work with young men which is formed to be the main analysis support equipment in this thesis. From its content, I take in consideration that MH has a lot to say about masculinities and gender relations and it plays an educational role by showing to teach how to be men. The Manual, as certain value systems and interests, disapproves some behaviours (violence, non-participation in childcare, non-use of health services) and give value other ones (take care of themselves and others, use of conversation and the negotiation rather use of violence, assume paternity), defining and evaluating ways to be men, sometimes not better, but at least more appropriate, exerting a gender pedagogy, a masculinity pedagogy. In this sense, it seems potentially interesting argue some questions about gender, education, masculinity and power in the actual society from the MH analysis. I assume as goal, examined the gender pedagogies in the MH that are destined to men and as a main thesis question: how the MH invest pedagogically to produce changes, according to one gender notion determinate that is scheduled in a feminist agenda that is looking for change some behaviours in other ones? In the study, I use some theoretical contributions from cultural studies and others gender studies that I consider relevant to make the analysis and understanding about studied matter. The documental analysis was the main tool to make the MH analytic description and it made possible problematize the question, proposals and paradoxes of this documents that show the internationalization of the necessity of produce changes in the behaviour and men customs, seeming that there is a privilege in the masculinity and transnational parenthood, reiterating the heteronormativity and ignoring the distinctive feature about cultural contexts.

Key words: gender; masculinities; pedagogy.

RESUMEN

El Programa H fue un proyecto desarrollado en 1999 por varias organizaciones no gubernamentales en diferentes contextos de América Latina, India, los Balcanes y varios lugares de África subsahariana para involucrar a los hombres jóvenes en la reflexión sobre masculinidades. Entre los resultados del Programa H, se destaca el Manual H (MH), una guía elaborada para orientar el trabajo en grupo con hombres jóvenes y que constituye el principal material de análisis en esta tesis. A partir de su contenido, considero que el MH tiene mucho que decir acerca de las masculinidades y las relaciones de género y desempeña una función educativa al enseñar a enseñar cómo ser hombres. El manual, según determinados sistemas valorativos e intereses, desaprueba algunos comportamientos (violencia, no participación en el cuidado de la infancia, no utilización de los servicios de salud) y valoriza otros (cuidar de sí mismos y de los demás, el uso del diálogo y la negociación en lugar de la violencia, asumir la paternidad), definiendo y evaluando formas de ser hombres, si no mejores, al menos más apropiadas, ejerciendo una pedagogía de género, una pedagogía de la masculinidad. En este sentido, me parece potencialmente interesante discutir algunas cuestiones sobre género, educación, masculinidad y poder en la sociedad contemporánea a partir del análisis del MH. Asumo como objetivo examinar las pedagogías de género en el MH destinadas a los hombres y como pregunta central de la tesis: como el MH invierte pedagógicamente para producir cambios, según una determinada noción de género pautada en una agenda feminista que busca transformar determinados comportamientos en otros? En el estudio, rescato algunos aportes teóricos de los estudios culturales y de género que considero relevantes para los análisis y comprensión del objeto de estudio. El análisis documental fue la herramienta principal para la descripción analítica del MH y permitió problematizar los cuestionamientos, propuestas y paradojas del material que indican la internacionalización del imperativo de producir cambios en los comportamientos y prácticas en los hombres, pareciendo privilegiar una masculinidad y paternidad transnacionales, reiterando la heteronormatividad e ignorando las particularidades de los contextos culturales.

Palabras-clave: género; masculinidades; pedagogía.

LISTA DE SIGLAS

ONG – Organização não governamental

ONGs – Organizações não governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

CONVENÇÕES

Ao longo da tese, são apresentadas várias citações diretas do Manual H, material de análise da pesquisa. Com o propósito de diferencia-las dos excertos de referenciais teóricos, elas foram inseridas no seguinte formato: fonte Arial, corpo de texto 10, espaço simples, com recuo de 3,00 cm. Esse formato foi mantido mesmo em citas com menos de três linhas para seu destaque no texto. Saliento que como o manual tomado como material para as análises, está integrado por cinco cadernos, preferi me referir a eles como volumes 1, 2, 3, 4, e 5, para facilitar as citações. Dessa forma, ao apresentar, por exemplo, um excerto do primeiro caderno, colocarei (MH, v.1. p...), e assim sucessivamente para os restantes. Por exemplo:

[...] primeiro lugar em número de homicídios, as maiores taxas de tentativa de suicídio, de morte por acidentes, principalmente envolvendo veículos a motor, de uso excessivo de bebida alcoólica e drogas psicotrópicas ilícitas (MH, v.2, p. 24).

Já as citações extraídas de referenciais teóricos seguem o formato padrão das normas ABNT (da Associação Brasileira de Normas Técnicas): excertos com até três linhas foram conservados no texto, enquanto citações com um número maior de linhas são apresentadas em fonte Arial, corpo de texto 10, espaço simples, com recuo de 4,00 cm, como é mostrado a seguir:

[...] uma série de afirmações, em qualquer domínio, que fornece uma linguagem para se poder falar sobre um assunto e uma forma de produzir um tipo particular de conhecimento. O termo refere-se tanto a produção de conhecimento através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento (HALL, 1997, p. 29).

SUMÁRIO

1. Apresentações.....	11
1.1 O andarilho: o homem que escreve.....	11
1.2 Delimitando o tema da pesquisa.....	14
2. Situando teoricamente a pesquisa.....	19
2.1 Os Estudos Culturais na compreensão das identidades.....	20
2.2 O campo de Estudos de Gênero.....	26
2.3 Os estudos de masculinidades	32
2.4 Articulações necessárias para a pesquisa.....	39
3. Escolhas metodológicas.....	46
3.1 Apresentando o material para as análises.....	46
3.2 O MH como um artefato pedagógico.....	53
3.3 As análises do MH.....	57
4. Nomear para capturar. Os homens como objeto de estudo e intervenção.....	64
4.1 O masculino como norma.....	64
4.2 Um artefato com defeitos	68
4.3 Entre problemas e riscos: por que focar atenção nos rapazes?	74
4.4 Entre o “homem problema” e o “homem aliado”	80
4.5 Ao final, de qual homem estão falando no MH?	82
5. Qual é o perfil do homem jovem que todos queremos?	90
5.1 Compreendendo a construção da norma no MH.....	90
5.2 Os homens devem... ..	93
5.3 Uma masculinidade global?	99
5.4 Táticas e técnicas: o MH em movimento	107
Considerações finais.....	118
Referências Bibliográficas.....	125
Apêndices.....	140

APRESENTAÇÕES

Minha preocupação, entretanto, não é com as ideias de "pessoa", mas com as práticas pelas quais as pessoas são compreendidas e pelas quais se age sobre elas (ROSE, 2001, p. 34).

1.1 O andarilho: o homem que escreve

Como expressar o que penso? Como justificar minhas escolhas e posicionamentos? Como serão acolhidas as discussões que apresento? Estes são interrogantes que podem nos invadir quando estamos imersos na elaboração de uma tese de doutorado. Talvez, na minha condição de cubano emigrado diante de novas perspectivas teóricas e em um contexto político e cultural diferente, seja mais difícil ignorá-los. Esses interrogantes evocam irremediavelmente lugares físicos e 'lugares' ideológicos, políticos, teóricos, metodológicos e profissionais; atualizam desejos, dúvidas e receios, confrontam-me com desafios e auto avaliações, revelam-me fantasmas e conflitos, envolvem procuras, confirmam renúncias, rupturas, perdas e, mais que tudo, permitem-me olhar horizontes.

A tese que exponho é um produto dessas tensões. Lidar com elas tem sido decisivo para fazer escolhas teórico-metodológicas e pensar em outras possibilidades de análises sobre as masculinidades na contemporaneidade. Se bem venho investindo há alguns anos no campo de estudos sobre gênero e masculinidades, devo reconhecer que foi precisamente no doutorado, a partir do contato com outras produções teóricas, que a temática que vinha desenvolvendo ganhou outros contornos.

Minha inserção neste campo iniciou-se com a afiliação no ano 2003 ao *Grupo de Estudos de Gênero Equidad*, da Universidade de Oriente - Cuba. Estava recém-formado em Psicologia e talvez tenha sido capturado pela

‘curiosidade pornográfica’ que podem despertar palavras como corpo, sexualidade, masculinidades e feminilidades.

Em ‘Equidad’ coordenei grupos de reflexão com homens – principalmente heterossexuais, casados e com filhos – com o objetivo de promover mudanças a partir do questionamento de algumas prerrogativas consideradas masculinas e, portanto, frequentemente associadas a situações de violência, acidentes, irresponsabilidade paterna, suicídio, doenças e morte. Um significativo campo de problemas que parecia não ter fim servia de fundamento para justificar e estimular intervenções. O tom dos títulos de alguns textos lidos na época refletia a noção do ser homens como fonte de preocupações, assinalando a urgência de investimentos: El varón como factor de riesgo: masculinidad, salud mental y salud reproductiva (DE KEIJZER, 1997); Virilidad ¿Conocemos el costo de ser hombres? (ARÉS, 1996); Deconstruyendo la ‘normalidad’ masculina’. Apuntes para una ‘psicopatología’ de género masculino (BONINO, 1997); El rol paterno. Su problemática en Cuba (RIVERO, 2000); Mortalidad en varones jóvenes de México (TUÑÓN; BOBADILLA, 2005); Los hombres y los costos al sistema de salud (ARIAS, 2005); Masculinidad hegemónica, violencia y consumo de alcohol en el medio universitario (VAZQUEZ; CASTRO, 2009); En las manos de ellos: el comportamiento de los hombres, influenciado por percepciones sobre la masculinidad, determina cuán rápidamente y a quién se transmite el VIH (FOREMAN, 2004); dentre outros.

Consolidei minhas abordagens nesta perspectiva convencido da imperiosa necessidade de questionar alguns comportamentos, visibilizar suas consequências para outras pessoas e para nós mesmos e promover mudanças, ou seja:

[...] problematizar e desconstruir a ilusória normalidade masculina e nomear o patológico silenciado, ou seja, desnormalizar/patologizar aos homens (e a masculinidade) e atribuir-lhes a parte que lhes corresponde da “anormalidade”/patologia humana, [...] para poder enquadrar, investigar e transformar as problemáticas da masculinidade¹ (BONINO, 1997, p. 2).

¹ As traduções que aparecem nesta tese são de minha responsabilidade.

Orientei trabalhos de conclusão de curso sobre masculinidades e acidentes laborais, masculinidades e paternidades, masculinidades e disfunção erétil, masculinidades e mudanças. Durante esse período, em parceria com colegas do Grupo Equidad, publiquei vários textos refletindo sobre as conexões entre comportamentos ditos masculinos e diversas problemáticas, e usava a expressão “ironias da hegemonia” (ULLOA; MESTRE; PÉREZ, 2009) para dar visibilidade a situações que mostravam como determinadas maneiras de ser homens, altamente valorizadas e naturalizadas, não poucas vezes se traduziam em danos e prejuízos para os próprios homens. Ainda, seguindo a lógica diagnóstico-intervenção aprendida no curso de graduação e, em consonância com o imperativo de legitimar as masculinidades como objeto de estudo e transformação, na dissertação de mestrado apresentei uma proposta de trabalho grupal para promover mudanças de comportamentos nos homens (ULLOA, 2008).

Com estes enfoques e certezas cheguei ao Brasil, em 2010, e me matriculei no Programa de Doutorado em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mas os diálogos com produções teóricas dos Estudos Culturais e pós-estruturalistas na área de gênero e educação, com as quais passei a lidar neste contexto, desestabilizaram muitas de minhas verdades. Gênero não parecia mais um conceito tão claro, homens e mulheres se tornaram categorias insuficientes; descobri pedagogias e currículos além das escolas, identidades instáveis e fragmentadas, a sexualidade se converteu em um dispositivo de poder, bem como governo e poder ganhavam outros significados e dimensões. Como afirma Foucault (1984) “existem momentos na vida onde a questão de saber se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou refletir” (p. 13).

Emergiram outros questionamentos em torno do tema de pesquisa e minha própria atuação profissional, os quais mudaram meus focos de interesse. Se antes estava interessado nas possibilidades de ação/intervenção para promover mudanças nos homens, agora minha posição era de estranhamento em relação a estes processos interventivos, seus propósitos, argumentos,

interesses, reiteraões, possíveis efeitos, ideais de masculinidades que os atravessam e os instrumentos utilizados para atingir suas finalidades. Nesta direção, considerei reorientar minhas análises para os produtos e atividades de uma figura social que vem sendo produzida no campo de tensões em torno às relações de gênero como uma instância especializada na consecução de mudanças nos modos de ser homem: as organizações não governamentais que desenvolvem ações voltadas ao público masculino desde uma perspectiva de gênero.

1.2 Delimitando o tema da pesquisa²

A constituição e atuação destas ONGs revelam uma proposta de transformação de dimensões globais. Sua multiplicação no Brasil, na América Latina e em quase todas as regiões do mundo é constatável em simples buscas pela internet, confirmando-se que estamos frente a um assunto internacionalmente relevante. Entidades internacionais, como a ONU, governos, agências financiadoras e ONGs constituem peças-chave – e não as únicas – de uma complexa engrenagem mundial com notórios impactos nacionais no que refere a uma série de temáticas contemporâneas, dentre as quais se incluem questões de gênero, violência, direitos humanos e sexuais e, também, masculinidades.

Tal como referi anteriormente, existem estreitas conexões entre essas instituições, sendo comum que ONGs de um mesmo país, e mesmo de vários países, se unam para elaborar e executar atividades de sensibilização, capacitação, pesquisa, trabalho grupal, campanhas, promoção de políticas públicas, organização de manifestações, encontros ou congressos. Elas também produzem, sozinhas ou em parceria, uma significativa quantidade de materiais sobre o tema, seja no formato de artigos, livros, folhetos ou manuais.

² Na redação desta tese inclui alguns trechos do projeto de qualificação que apresentei em março de 2013 e que posteriormente inclui no artigo ULLOA, O.; SEFFNER, F. Nem tão velhas, nem tão alternativas, nem tão tradicionais, nem tão diversas, mas nem por isso menos importantes: uma reflexão sobre a produção de novas "masculinidades" na contemporaneidade. Em: STREY, M. N.; MUHLEN B. K. V.; KOHN, K. C. (orgs.). *Caminhos de Homens*. Gênero e movimentos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 57-73.

O *Programa H*, por exemplo, foi um projeto desenvolvido em 1999 em diversos contextos da América Latina, Índia, nos Balcãs e em várias localidades da África subsaariana para engajar homens jovens em reflexões sobre masculinidades. Na elaboração e execução do projeto se uniram quatro ONGs: o Instituto Promundo (Rio de Janeiro, Brasil), ECOS Comunicação em Sexualidade, (São Paulo, Brasil), o Instituto Papai (Recife, Brasil) e Salud y Género (México) e os resultados receberam reconhecimentos da Organização Pan-Americana da Saúde, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Mundial e Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Dentre os resultados do *Programa H*, destaca-se o *Manual H* (MH em diante), um guia elaborado para orientar o trabalho grupal com homens jovens. A primeira edição do MH saiu em 2001, em espanhol, inglês e português, e encontra-se disponível no site do Instituto Promundo³. Também é possível descarregar o arquivo na página web de várias ONGs e de outros tipos de instituições, como, por exemplo, acadêmicas⁴. Esse manual é um material essencial na continuidade do *Programa H*, que atualmente constitui uma aliança internacional que oferece assistência técnica para promover mudanças nas relações de gênero, principalmente através do trabalho grupal com homens. A partir do MH ou de suas adaptações se desenvolvem ações de intervenção com homens em diversos países e ele também vem servindo de referência para a elaboração de outros manuais, como o *Manual de Atividades Educativas - envolvendo rapazes e homens na transformação das relações de gênero*, publicado em 2008 pelo Instituto Promundo (Brasil) e EngenderHealth (Estados Unidos)⁵; e *Talleres sobre sexualidad, paternidad y cuidado con hombres*

³ Disponível em <<http://www.promundo.org.br/areas-de-atuacao/areas-de-atuacao-posts/manuais-do-programa-h/>>

⁴ ONG Instituto Papai. <<http://institutopapai.blogspot.com.br/p/programa-h.html>>
ONG ECOS – Comunicação em Sexualidade.
<<http://agenciafulana.com.br/jobs/ecos2/downloads/>>
ONG EME. Masculinidades y Equidad de Género. Fundación CulturaSalud
<<http://www.eme.cl/materiales-educativos/>>
Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades. Universidade Federal de Pernambuco.
<<http://gema-ufpe.blogspot.com.br/p/programa-h.html>>

⁵ Disponível em <<http://www.promundo.org.br/en/wp-content/uploads/2010/07/Manual-Atividades-Educativas.pdf>>

jóvenes - manual con Perspectiva de género y masculinidades para facilitadores y facilitadoras, publicado em 2013 pela área Masculinidades y Equidad de Género, da Fundación Cultura y Salud (Chile)⁶.

O MH está composto por cinco cadernos temáticos: *Sexualidade e Saúde Reprodutiva; Paternidade e Cuidado; Da Violência para Convivência; Razões e Emoções; e Prevenindo e Vivendo com HIV/AIDS*. Cada caderno possui informações sobre a temática principal, explica a necessidade de trabalhar esse tema com a população masculina, orienta metodologicamente como trabalhar com homens e apresenta um módulo central com um conjunto de técnicas para serem aplicadas nos encontros grupais.

A partir do seu conteúdo, o MH tem muito a dizer sobre as masculinidades e as relações de gênero e desempenha uma função educativa na medida em que ensina como ser homens e na medida em que ensina a ensinar como ser homens diferentes. O manual, segundo determinados sistemas de julgamento e interesses, desaprova alguns comportamentos (violência, não participação do cuidado dos filhos/as, não se cuidar, não utilizar os serviços de saúde) e valoriza outros (cuidar de si e de outras pessoas, usar o diálogo e a negociação ao invés da violência, assumir a paternidade), definindo e avaliando modos de ser homens, senão melhores, pelo menos mais adequados, exercendo uma pedagogia de gênero, uma pedagogia de masculinidade (LOURO, 2013).

Nessa direção, parece-me potencialmente interessante discutir questões sobre gênero, educação, masculinidades e poder na contemporaneidade a partir da análise do *MH*. Para tanto, proponho como **objetivo** examinar as pedagogias de gênero do *MH* voltadas ao público masculino a partir da **questão central desta tese**: como o MH investe pedagogicamente para produzir mudanças, segundo um dado entendimento de gênero pautado numa agenda feminista, que visa a transformar determinados comportamentos em outros.

Adotar esta questão central na tese exigiu indagar tanto o conteúdo desta pedagogia quanto os seus propósitos. Assim, tal questão implicou outras:

⁶ Disponível em <<http://www.eme.cl/wp-content/uploads/Manual-Sexualidad-Paternidad-Hombres-Jovenes-CulturaSalud-EME-2013.pdf>>

Quais questionamentos circulam no Manual? Como são representadas as identidades? Que se ensina sobre ser homens diferentes? Que ideais são postos em ação na constituição desses homens? Quais homens ganham a categoria de objeto de intervenção no Manual? O que sugere o Manual para identificá-los? Para que se ensina? Como se ensina? Quem ensina e quem demanda homens diferentes? Quais instrumentos propõe o Manual? Estas e outras perguntas foram abordadas no decorrer da pesquisa e serão retomadas ao longo da escrita da tese. Elas garantiram os movimentos do pesquisador e o desafiaram constantemente. Como afirma Larrosa (2003), “as perguntas são a saúde do estudo, o vigor do estudo, a obstinação do estudo, a potência do estudo” (p. 107).

Penso que seja importante analisar a pedagogia de gênero que o Manual apresenta, pois ele objetiva produzir novos padrões sociais e, conseqüentemente, novos modos de subjetivação. Dessa forma, viso indagar o que ensina o Manual através de uma análise ancorada nas pedagogias de gênero (LOURO, 2008, 2013), que busca problematizar os modos como são produzidas e transformadas dadas masculinidades.

Por certo, penso ser importante reconhecer a relevância de propostas como as do referido manual, visto que seus principais objetivos são questionar normas de gênero e modelos de masculinidade baseados na violência, agressividade e comportamentos de risco. Porém, ao fazer tais investimentos, é pertinente estar atento para que não se acabe reiterando normas ou produzindo novas hierarquias e ordenamentos no cenário alternativo das relações sociais que se pretendem constituir.

As abordagens das questões apresentadas foram norteadas por dois objetivos específicos:

- descrever analiticamente aquilo que ganha visibilidade na perspectiva do manual como questionamentos para se trabalhar e se transformar determinados tipos de masculinidades;

- analisar o texto do manual (objetivos, desenho, definição do público alvo e ideais) no sentido de problematizar seus possíveis efeitos na compreensão e constituição de identidades de gênero.

É importante salientar que na proposta inicial desta pesquisa tinha pensado analisar a atuação de várias ONGs que desenvolvem ações de intervenção com homens desde uma perspectiva de gênero na América Latina. Como investi neste propósito por certo período, registrei informações que considerei interessantes resgatar pontualmente em algumas das reflexões que apresento, ainda que o *MH* tenha sido o foco principal de minhas indagações.

Para refletir em torno dos interrogantes apresentados, resgato várias produções teóricas do campo de estudos de gênero e educação que considerei convenientes na medida em que me permitiram pensar, desde uma aproximação de abordagem pós-estruturalista, sobre meu objeto de estudo: os investimentos pedagógicos voltados ao público masculino.

2. SITUANDO TEORICAMENTE A PESQUISA

Uma pesquisa é sempre um olhar, uma reflexão razoável e sistemática fundamentada em premissas que dão sentido e inteligibilidade às nossas interrogações, hipóteses e conclusões. As premissas que compartilhamos definem o lugar no qual nos posicionamos para dizer o que pensamos, mas não são fundamentos inquestionáveis nem verdades absolutas; elas são tão vulneráveis, (in)certas, localizadas e transitórias quanto nossas próprias reflexões. Transitamos entre essas premissas, destacando aquilo que nos parece útil para examinar e compreender o objeto da pesquisa, por isso é um caminho de múltiplas e convenientes escolhas pessoais e intencionais para sustentar afirmações que “hoje” defendemos e acreditamos.

Não me inquieto mais com a ideia de não conseguir fazer generalizações, enquadramentos ou predições, e tomo cuidado de não cair na tentação de procurar causas e origens que ocultam muito mais do que revelam. Tento superar a agonia que deixou o tempo da confiança sem limites na racionalidade e no conhecimento científico obtido através de métodos “objetivos” onde quem pesquisa, precisa se distanciar do objeto para evitar que sua subjetividade “interfira” nos “resultados”.

Interessado em analisar objetos fragmentados, instáveis, contraditórios e plurais, como são as masculinidades, conforta-me saber que as afirmações e conclusões de minhas abordagens são sempre parciais, incompletas e questionáveis. Duvido da transcendência ilimitada das coisas que expresso em determinadas circunstâncias. Duvido das grandes verdades ou metarrelatos “que as culturas contam sobre suas próprias práticas e crenças, com a finalidade de legitimá-las” (PETERS, 2000, p. 18), tanto quanto suspeito das verdades que se apresentam como alternativas e que pretendem questionar outras para substituí-las e instituir-se como universais. Desta maneira, filio-me a uma perspectiva pós-moderna⁷ de análise que defende a desconfiança dos discursos

⁷ A pós-modernidade se sustenta fundamentalmente no questionamento dos princípios da Modernidade, das ideias de racionalidade e progresso consolidadas no Iluminismo que, segundo Peters (2000), sustenta-se na “crença no avanço do conhecimento, desenvolvido a partir da experiência e por meio do método científico” (p. 13).

legitimados e totalizantes, da ciência, dos universalismos, das generalizações e dos essencialismos. Valorizo o questionamento daquilo que nos é apresentado como o mais adequado, a possibilidade de prestar atenção aos efeitos dos saberes nas subjetividades e como eles estimulam e acionam intervenções.

Os entendimentos anteriores não nos desacreditam como produtores de conhecimentos nem desconsideram cientificamente as afirmações que fazemos, mas legitimam as limitações, intencionalidades e imperfeições que acompanham esse processo e questionam o cientificamente verdadeiro. Assim, situado nesta perspectiva de produção de conhecimento, dialogo com algumas noções e conceitos teóricos que valorizo para analisar as pedagogias de masculinidade no MH.

2.1 Os Estudos Culturais na compreensão das identidades

Ao recorrer ao termo identidade nesta pesquisa, refiro-me sempre à identidade cultural, não situando minhas discussões no campo psicológico, mas, antes, no terreno da cultura. Entendo cultura, aqui, como local onde são desencadeadas contínuas lutas pela significação e legitimação a partir de consensos, enfrentamentos e negociações, ainda que nem sempre todos e todas se encontrem em condições similares para entrar nesse duelo. Nesta direção, cultura é pensada como

[...] conjunto de códigos e de sistemas de significação lingüística, por meio dos quais se atribuem sentidos às coisas, sentidos esses que são passíveis de serem compartilhados por um determinado grupo. Ela não é universal, nem está dada de antemão, mas é ativamente produzida e modificada, ou seja, poderíamos pensá-la como o conjunto dos processos pelos quais se produz um certo consenso acerca do mundo em que se vive (MEYER et al., 2006, p. 1336-1337).

De forma abrangente, cultura seria um sistema de significados partilhados, produzidos e disseminados através da linguagem em diversos artefatos e de maneira contingente, num contexto histórico cultural específico, sempre em meio de embates e desiguais relações de poder pela legitimação de certos significados e a desvalorização de outros pela definição de identidades.

Vista assim, a cultura deixa de ser “um componente extraordinário da vida social (ritos, obras prestigiosas), para penetrar a carne do cotidiano” (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 109). As definições da realidade são frutos dos significados construídos socialmente, onde diferentes processos de significação competem por estabelecer diversos sentidos.

Os Estudos Culturais vêm investindo, há alguns anos, nessa definição de cultura como condição constitutiva da vida social, o que levou a uma mudança de paradigmas. Nesse sentido, Costa, Silveira e Sommer (2003) afirmam que os EC constituem uma “movimentação intelectual que surge no panorama político do pós-guerra, na Inglaterra, nos meados do século XX, provocando uma grande reviravolta na teoria cultural” (p. 36). Em outras palavras, trata-se de uma contestação à tendência elitista da noção de cultura que desacredita os produtos do povo, considerando que este precisa “aculturar-se”, ou seja, conhecer e se apropriar da produção cultural erudita e burguesa para superar a condição “subumana” em que vive. Portanto, os EC “nascem de uma recusa do legitimismo, das hierarquias acadêmicas dos objetos nobres e ignóbeis” (MATTELART; NEVEU, 2004, p. 72) e sua pretensão indica

[...] uma tentativa de ‘descolonização’ do conceito de cultura. Cultura não mais entendida com o que de ‘melhor foi pensado e dito’, não mais o que seria representativo como ápice de uma civilização, como busca de perfeição, não mais a restrição à esfera de arte, da estética e dos valores morais/criativos (antiga concepção elitista). Cultura, sim, como expressão das formas pelas quais as sociedades dão sentido e organizam suas experiências comuns; cultura como o material de nossas vidas cotidianas, como a base de nossas compreensões mais corriqueiras. A cultura passa a ser vista tanto como uma forma de vida (ideais, atitudes, linguagens, práticas, instituições e relações de poder), quanto toda uma gama de produções e artefatos culturais (textos, mercadorias, etc) (COSTA, 2005, p. 109).

Vista assim, a cultura vai desde os rituais de uma parteira até os saberes “cientificamente verdadeiros” da Ginecologia. Ou, em outras palavras, desde o samba de Zeca Pagodinho até a apresentação do pianista João Carlos Martins, ou, ainda, desde os significados construídos sobre as identidades sexuais e de gênero até às noções de raça e etnia.

É recorrente situar a centralidade e origem deste debate na Inglaterra e reconhecer a incidência do *Centre for Contemporary Cultural Studies*, da Universidade de Birmingham, na extensão destas discussões sobre cultura elitista e cultura popular. Porém, é importante sublinhar que em outros contextos, como na América Latina, já existia certa tradição de análises culturais que objetivavam dar visibilidade e legitimidade às práticas, tradições e rituais dos mais variados grupos e comunidades. Embora não tivessem o rótulo de EC, seu foco principal era a diferença cultural e o popular, bem como a defesa de uma abordagem do social desde a cultura (RICHARD, 2010).

De qualquer maneira, não busco, aqui, definir “a origem” dos EC. Parece-me muito mais interessante destacar algumas produções teóricas localizadas neste campo, as quais são relevantes para as reflexões que me ocupam em torno das pedagogias e das identidades culturais. Neste sentido, me deter em analisar um manual e considerar relevantes as discussões em relação a seus possíveis efeitos na compreensão e constituição de identidades de gênero, baseia-se numa noção de sujeito como produto dos discursos que o rodeiam. Discurso como “o processo social de fazer e reproduzir sentido(s)” (O’SULLIVAN et. al., 2001, p. 82). Ou, como o define Hall (1997),

[...] uma série de afirmações, em qualquer domínio, que fornece uma linguagem para se poder falar sobre um assunto e uma forma de produzir um tipo particular de conhecimento. O termo refere-se tanto a produção de conhecimento através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento (p. 29).

Os discursos produzem os próprios objetos dos quais falam. A realidade adquire sentido pelos discursos e é nessa medida que podemos tomar a realidade como produzida, criada, inventada, em contextos e circunstâncias histórico-culturais específicas. A primeira vista, isso poderia nos levar a pensar na negação da materialidade. No entanto, dizer que a realidade é criada, na medida em que ela só adquire sentido num processo interpretativo-discursivo que a nomeia, a enuncia, a explica, não supõe negar sua existência independentemente do sujeito, senão destacar o lugar do significado como

construção ativa que não pode ser concebida fora da pragmática do contexto e da constituição subjetiva. Posicionados também nesta perspectiva, Meyer et. al. enfatizam que

Adotar uma abordagem teórico-metodológica que pressupõe a produção discursiva da cultura e de seus sujeitos não implica, portanto, a negação da existência material de pessoas, coisas e eventos. Implica, sim, sustentar que tais 'coisas' só significam e se tornam verdadeiras dentro, ou pela articulação, de determinados discursos enraizados em contextos particulares e localizados (2004, p. 53).

Quando se concebe o sujeito como constituído e produzido pelos discursos, e na trama de complexas relações de poder, não significa pensar num determinismo discursivo, pois “há uma possibilidade de escolha e recusa nas relações de poder; os indivíduos podem aprender como não ser tão governados” (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2003, p. 50). Dito assim, penso que não tem sujeito pré-discursivo e compartilho a noção de um sujeito descentrado, “pensado, falado e produzido” (SILVA, 1999, p. 113) nas redes sociais de poder e nas dinâmicas e regras que conferem maior ou menor legitimidade a determinados discursos. Por isso, Foucault (2006) considera que a produção do discurso é

[...] controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório [...] Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (p. 8-9).

Nessa linha interpretativa, não faz sentido pensar a identidade/subjetividade como algo íntimo, próprio e original. Antes, a “subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 31), sempre provisoriamente e de forma aberta, uma vez que, na medida em que acolhemos determinados significados e discursos, também os emitimos. Desta maneira, linguagem e discurso ganham

destaque na constituição e produção de identidades, como explica Turner (1997):

Nós nos tornamos membros de nossa cultura por meio da linguagem, adquirimos nosso senso de identidade pessoal com a linguagem, e é graças a ela que internalizamos os sistemas de valores que estruturam nossa vida. Não podemos sair do âmbito da linguagem para produzir um conjunto de significados pessoais totalmente independentes do sistema cultural (p. 52).

Assim, o sujeito pode ser considerado um produto histórico em constituição permanente, engendrado em relações de saber-poder que envolvem questões políticas, económicas e sociais. Os sujeitos são construídos, produzidos e materializados na e pela cultura, uma produção marcada por inúmeros regimes discursivos e não discursivos (família, escola, trabalho, mídia, gênero, idade, sexualidade, raça/etnia, religiosidade, entre outros) (FOUCAULT, 2006).

Disso decorre meu interesse na potência do MH no sentido de analisar os discursos ali situados sobre os comportamentos nos homens, pois acredito que tudo o que ali é dito (e, conseqüentemente, ignorado, não dito) pelos especialistas que elaboraram o manual produz determinados tipos de sujeito, determinados modos de ser homens. Segundo Silva (1998),

[...] a subjetividade (isto é, aquilo que caracteriza o sujeito) não existe nunca fora dos processos sociais, sobretudo na ordem discursiva, que a produzem como tal. O sujeito não "existe": ele é aquilo que fazemos dele. Subjetividade e relações de poder não se opõem: a subjetividade é um artefato, é uma criatura das relações de poder (p.10).

A identidade, isso que inventamos a partir da escolha interessada de uma ou mais características comuns que se deseja destacar para homogeneizar um grupo – ou que um grupo escolhe para se auto definir – e reconhecer quem forma parte dele e quem não, ganha sentido se é compreendida em relação à diferença. Quem não é reconhecido e “enquadrado” no grupo constitui o diferente. Portanto, não podemos falar de uma identidade sem demarcar

fronteiras entre o que se considera singular dessa identidade e o que não é. O outro é visto como o diferente segundo a comparação entre determinadas características, valores, ou comportamentos que se tornam centrais em determinado momento e contexto. Dessa maneira, o sujeito, a partir de múltiplos discursos, é continuamente capturado e fixado numa identidade, ou melhor, em muitas identidades. Dependendo de “sua” marca– ou daquelas “suas” marcas– que sejam centrais nesse momento (gênero, etnia, sexualidade, religião, classe, profissão, idade, moradia, nacionalidade, preferência musical, vestuário, dentre outros), o sujeito será nomeado e situado num plural limitado: mulheres; homens; roqueiros/as; obesos/as; evangélicos/as; brasileiros/as; brancos/as; advogados/as; vegetarianos/as; indígenas; docentes; gays; artistas e assim por diante.

A resultante é a instabilidade e fragmentação das identidades, uma vez que os discursos que a constituem são constantemente reconstruídos e produzidos num processo que não escapa às ambiguidades, contradições e incoerências. Portanto, a identidade, neste caso a de gênero, não é algo que se possua ou que se possa manter a mesma no decorrer da vida, tampouco é uma essência constante e universal. Ela é produzida no encontro com um conjunto de significados e comportamentos onde se entrecruzam outras marcas de identidades (sexuais, de classe, raciais, religiosas, dentre outras articulações). Ainda que exista uma reiterada insistência em destacar um grupo de atributos para entrar na ficção das homogeneidades, o prevalecente é uma contínua variação de fronteiras, reconhecimentos, interpelações e possibilidades carregadas de contradições, ambiguidades e incoerências. Não podemos pensar num processo único, vertical, estável. As relações de poder-saber, ao gerar regimes de verdade que investem na feitura dos corpos, produzem efeitos, deixam traços e marcas, algumas delas mais evidentes do que outras, mas sempre supõe a possibilidade de rupturas, resistências, negociação ou/ transgressão (FOUCAULT, 2006; LOURO, 2004).

Assim, ao me propor examinar como são representadas as masculinidades nos investimentos pedagógicos do MH, suponho que “não existe identidade fora da representação” (SILVA, 2000, p. 97). Nessa assertiva, a representação é interpretada como a forma na qual os significados dão sentido,

organizam e posicionam as diferenças, os sujeitos, as identidades, em um processo de caráter social, político e histórico. Representação não mais como reflexo da realidade, mas como formas diversas de nomear, descrever e situar. É neste sentido que se argumenta a relevância das análises do MH, pois “os modos como as pessoas ou eventos são representados nas instituições molda e modela as formas como os sujeitos envolvidos concebem a si, aos outros e ao mundo em que estão inseridos” (BUJES, 2002, p. 22). É precisamente pela produtividade do MH nas vidas dos homens, pelos efeitos de poder aí implicados que me interessa problematizar as representações que circulam no texto.

Quando pensamos na representação na perspectiva pós-estruturalista estamos interpretando-a como a forma na qual os significados dão sentido, organizam e posicionam as diferenças, os sujeitos, as identidades, em um processo de caráter social, político e histórico. Isto implica pensar nas representações como uma questão de poder, como armas de luta, como uma construção linguística em que se apresentam batalhas definidoras de criação e de legitimação de significados específicos, transcendendo de uma preocupação pela verdade ou essências para uma inquietação política. (SILVA, 2003). O sujeito precisa das representações para se reconhecer e ser reconhecido como homem em um conjunto diversificado de significações de masculinidade. Como diz Woodward (2000),

a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. [...] A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas nos quais ela se baseia nos fornecem possíveis respostas às questões: Quem sou eu? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (p.17).

É neste universo simbólico que os indivíduos constituem-se integrando um complexo sistema cambiante de significações históricas e culturais (sempre politizadas) que se encontram em uma contínua luta, cumplicidade e negociação.

Percebo, assim, o MH como resultante da convergência de determinados discursos e representações que estão baseados em diversos sistemas de julgamento e tanto os discursos quanto suas condições de legitimação e possíveis efeitos, podem ser problematizados.

2.2 O campo de Estudos de Gênero

No profícuo campo dos estudos de gênero, elejo os trabalhos que problematizam ordenamentos e hierarquias baseados nas significações de masculinidades e feminilidades que circulam culturalmente. Nessa perspectiva, gênero refere-se aos mais diversos processos sociais pelos quais os sujeitos se constituem como masculinos e femininos em contextos histórico-culturais específicos e no interior de complexas relações de poder, pois “[...] gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Situar-me teoricamente no campo de estudos de gênero está em sintonia com os propósitos de problematizar os discursos e sistemas valorativos em torno das identidades e práticas. Esses propósitos, como afirma Meyer (1999), “mais do que buscar a verdade, preocupam-se com a produção de conhecimentos para compreender o mundo cotidiano e as relações de poder que o constituem e atravessam” (p. 23), o que supõe uma atitude heurística diante das complexidades que envolvem ao gênero, como adverte Chiarotti (2006),

Como heurística positiva, gênero elucida uma área de indagação, perfila um conjunto de perguntas [...] identifica problemas que se devem explorar e oferece conceitos, definições e hipóteses para guiar a pesquisa, especialmente para sondar o terreno das relações humanas. A heurística negativa da análise de gênero permitiria impugnar a naturalização das diferenças de sexo em diferentes âmbitos de luta, ou para desafiar atitudes que assumem como naturais determinados comportamentos marcados pelo gênero (p.12).

Seja em um sentido heurístico positivo, de identificação de problemáticas, ou negativo, de desnaturalização e questionamento de “verdades”, valorizo os estudos que incorporam a categoria gênero para mostrar desigualdades, posições, destinos, atributos, funções e ordenamentos

estabelecidos a partir de classificações binárias e hierárquicas. Também pondero os investimentos por desestabilizar as normas de gênero e produzir mudanças através de políticas públicas, leis ou outras formas de intervenção, assim como as indagações interessadas nas condições de produção e legitimação de determinados discursos sobre gênero.

Reconheço que a categoria gênero tem sido uma valiosa ferramenta nas leituras políticas das situações das mulheres em diversos contextos e que a equivalência entre mulher e gênero tem respondido aos interesses feministas pautados no sujeito mulher. Como apontam Corrêa e Vianna (2006): “na dinâmica da militância feminista ainda existe grande resistência no que se refere a abrir mão deste ‘patrimônio’, ou seja, do capital político construído ao redor da categoria ‘mulher’” (p. 10). Porém, reconhecer não quer dizer aprovar. Aprecio as produções que partem de uma compreensão mais ampla da categoria gênero, multiplicando suas possibilidades de análises ao integrar outras identidades no seu campo de indagação. Nesse sentido, compartilho que

[...] não se pode apenas estudar as mulheres, pois o objeto dos estudos de gênero é mais amplo, e, sendo assim, faz-se necessária uma análise em todos os níveis, âmbitos e tempos, das relações mulher-homem, mulher-mulher, homem-homem para se alcançarem maiores resultados (BARBIERI, 1992, apud MEDRADO; LYRA, 2008, p. 819).

Isso não significa desconhecer ou desvalorizar as contribuições dos estudos de mulheres, pelo contrário. Denota o reconhecimento da potência da categoria gênero para explorar e compreender também a constituição das identidades masculinas, ou seja, os modos pelos quais nos tornamos mulheres e homens em determinado tempo histórico e contexto sociocultural. É esta a perspectiva que vem ganhando força desde os anos 1980 e 1990 a partir da produtividade da categoria gênero para análises “das mulheres”, “dos homens”, das relações entre homens e mulheres, dos homens entre si e das mulheres entre si (SCOTT, 1995; GROSSI, 2004; TORRÃO FILHO, 2005). A ideia não é mais somente denunciar as opressões das mulheres, senão também colocar em cena outras discussões e pensar gênero de um modo mais abrangente e plural, “a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo

que exista a priori. O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos” (LOURO, 1998, p. 23).

Este deslocamento não deve ser interpretado como uma simples ampliação dos sujeitos ou temas de estudo. O desafio é muito mais profundo, pois significa um salto epistemológico para uma compreensão muito mais complexa dos ordenamentos e desigualdades associados aos diversos modos como são representadas as diferenças de gênero, considerando as pluralidades, contradições e ambiguidades que as caracterizam, tanto pelas singularidades histórico-culturais quanto pelo entrecruzamento com outros marcadores (classe, etnia, crença religiosa, profissão, sexualidade, idade, maternidade/paternidade, dentre outros).

No meio destas tensões em relação às interpretações e usos da categoria gênero, é importante também apreciar o impacto das discussões em torno das categorias mulher, homem, corpo, sexo e sexualidade, as quais têm produzido transformações epistemológicas nos estudos de gênero. Embora seja possível notar os esforços construcionistas em destacar a dimensão cultural do gênero em oposição à naturalização (BEAUVOIR, 1990; RUBIN, 1986), tais teorias, como afirma Nicholson (2000), não romperam com noções universais nem com os binarismos homem-mulher/masculino-feminino. São precisamente as pesquisas que revelam as ambiguidades, hibridações, indefinições e fragmentações de determinadas existências e práticas que vêm destacando a instabilidade e inconsistência dos segmentarismos identitários.

Refiro-me principalmente às reflexões que emergiram nos estudos de gênero desde as perspectivas pós-estruturalistas, as quais rejeitam e desestabilizam noções identitárias essencialistas e universais, reconhecendo múltiplas possibilidades de se viverem os gêneros e as sexualidades (SCOTT, 1995; NICHOLSON, 2000; BUTLER, 2010; LOURO, 2011). Neste sentido, considera-se que as identidades sociais se definem com um “caráter fragmentado, instável, histórico e plural” (LOURO, 1999, p. 12), o que torna irrelevantes e questionáveis as tentativas por classificar, enquadrar e fixar os sujeitos e a ficção de trajetórias de vida lineares e coerentes. As múltiplas possibilidades de existências (ou seja, de se viver os gêneros e as sexualidades),

que resistem aos enquadramentos, rompem com trajetórias de vida predefinidas, ganham visibilidade e confirmam que as identidades e a constituição subjetiva têm muito a ver com contínuas variações de fronteiras, ambiguidades e incoerências.

Outra questão relevante é o lugar do sexo nesta discussão. Está bastante estendida a interpretação do gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 86), ou como “construção cultural que toda sociedade elabora sobre o sexo anatômico” (PULEO, 2000, p. 29). Desde essa posição, o sexo é visto como algo que preexiste à cultura. Sexo como base material a-histórica e fora da cultura, como aquela superfície sobre a qual o gênero é construído. Sexo como o que é dado biologicamente e gênero como construção cultural. Entretanto, existem questionamentos que colocam em dúvida essa noção de gênero, entendendo que o sexo também deve ser considerado como um local de investimento e produção cultural (NICHOLSON, 2000). A intenção, como explica Meyer (2003), é produzir uma ruptura na “colagem de um determinado gênero a um sexo anatômico que lhe seria ‘naturalmente’ correspondente” [pois] continua(va)-se operando com o pressuposto de que o social e a cultura agem sobre uma base biológica universal que os antecede” (p.15).

A ideia não é entrar numa discussão sobre a materialidade do corpo nem investir na definição de fronteiras entre o começo e fim do biológico e o social. Muito menos afirmar que não importam a materialidade do corpo, seus processos, sua anatomia, suas variações. Trata-se, aqui, de chamar a atenção para “os processos e relações que possibilitam que sua biologia passe a funcionar como causa e explicação de diferenciações e posicionamentos sociais” (MEYER, 2003, p. 19). Não é nossa anatomia, pele, aparelhos genitais, peso, etc., o que determina os lugares e posições que ocupamos socialmente e como somos julgados em determinadas circunstâncias. Antes, é precisamente tudo aquilo que se diz sobre nossa biologia o que termina estabelecendo espaços, funções, hierarquias e desigualdades no sistema de relações sociais.

Nossos corpos estão abarrotados de gestos, acessórios, movimentos, estilos, objetos e substâncias. Marcas culturais que impregnam significados e representações em nossos corpos, fazendo eles “dizer” muito sobre nós, sobre

nosso gênero, preferências, estado civil, religião, profissão, dentre outros atravessamentos. Santos (1997), a partir dessas marcas culturais, assume o corpo como um livro “que traz em si as marcas [...] de uma cultura, as quais podem ser lidas e assim indicar onde esse corpo se constitui” (p. 86), e também, em sintonia com o imperativo de determinados discursos, julgar esse corpo, lhe outorgar posições, fazer correções e criar expectativas e predições sobre ele. Marcado pela cultura quer dizer moldado pela cultura, pois nossos corpos são objeto de inúmeras conduções e intervenções de acordo a diferentes propósitos e aspirações, como afirma Felipe (1999):

Há um enorme investimento da sociedade em geral para que os sujeitos sejam ou se comportem desta ou daquela forma, que gostem de determinadas coisas em função do seu sexo. Os tipos de jogos, brinquedos e brincadeiras que oportunizamos a meninos e meninas, a utilização dos espaços que permitimos um ao outro, são alguns exemplos de como os indivíduos vão se constituindo (p. 169).

Assim, os sujeitos são submetidos, sendo o processo de generificação construído pelas relações diferenciadoras como operação de uma matriz de gênero que atua como norma regulatória, acionando processos de construção de masculinidades e feminilidades, de naturalização e normalização dos corpos, práticas, maneiras de pensar e desejos de homens e mulheres (BUTLER, 1999). Para a construção e legitimação dessa matriz de gênero, vários processos se colocam em ação e podem ser reiterados em diversos espaços com efeitos homogeneizantes, mas cabe salientar que ao mesmo tempo, são processos amplamente heterogêneos, mutantes, instáveis e até, por vezes, contraditórios.

Procuro visibilizar, através das análises do MH, “os processos, as estratégias e as práticas sociais e culturais que produzem e/ou educam indivíduos como mulheres e homens de determinados tipos” (MEYER, 2003, p. 18). Desse modo, analisar os investimentos pedagógicos do MH responde à convocatória apresentada pelos estudos de gênero de mostrar e problematizar “como operam alguns dispositivos e práticas culturais para construir nossas concepções sobre o mundo e sobre as coisas e coordenar as formas como agimos” (COSTA, 2000, p. 9). Busco também problematizar:

[...] os modos pelos quais características femininas e masculinas são representadas como mais ou menos valorizadas, as formas pelas quais se re-conhece e se distingue feminino de masculino, aquilo que se torna possível pensar e dizer sobre mulheres e homens que vai constituir, efetivamente, o que passa a ser definido e vivido como masculinidade e feminilidade, em uma dada cultura, em um determinado momento histórico (MEYER, 2003, p. 14).

Representações diversas de masculinidades e feminilidades são construídas nas relações de poder e ganham legitimidade através de ‘verdades’ estabelecidas nas particularidades dos contextos histórico-culturais onde elas emergem, participando na constituição subjetiva, configurando modos diversos de pensar, sentir e agir. Como expressa Louro (1995): "ser do gênero feminino ou do gênero masculino leva a perceber o mundo diferentemente, a estar no mundo de modos diferentes – e, em tudo isso, há diferenças quanto à distribuição de poder" (p. 106).

As representações que se constroem sobre homens ou mulheres circulam e transitam por todo o corpo social. Elas não falam apenas de corpos, gestos e comportamentos conectados a corpos masculinos ou femininos. Elas também classificam e dividem as coisas, os processos, a vida toda, em masculino e feminino, e conseqüentemente, em coisas que se associam às mulheres ou aos homens. Em razão disso é que podemos ouvir alguém dizer que: a cor do carro ou da casa é feminina; um cliente pode estar procurando um perfume bem masculino; determinadas raças de cachorro são um pouco femininas; profissões podem ter gênero feminino ou masculino; muitas roupas e acessórios estão bem delimitados; há “bebidas fortes só para homens”; ver novelas pode ser coisa de mulheres, etc. Porém, esta divisão ou classificação não busca apenas nomear e distribuir, senão, e principalmente, hierarquizar, geralmente garantindo que aquilo que se associa ao masculino tenha mais valor através de associações com questões mais apreciadas do que outras, tais como força e razão.

Encontramos também, em relação a comportamentos e práticas, que em sociedades onde opera a divisão masculino-feminino, culturalmente podem ser

construídos sistemas de julgamento bem diferentes para situações sancionáveis moral ou/e judicialmente, dependendo de se quem está no protagonismo da situação, se homem ou mulher. Assim, é possível notar que a infidelidade de uma mulher pode ser julgada de forma diferente da infidelidade de um homem, ou que o homem que tirou a vida de uma mulher seja visto de uma maneira diferente da mulher que faz o mesmo.

Dessa maneira, o mais estimado (e aqui estamos partindo do pressuposto de que, nesta relação binária, o homem sempre está numa posição hierarquicamente superior àquela da mulher) sempre vai fazer sentido na relação com outro elemento desvalorizado, e isso é válido para compreender os ordenamentos entre homens e mulheres, entre os homens entre si e entre as mulheres – claro, isso sem ignorar que a valorização do masculino como sinônimo de força e razão associadas ao homem branco heterossexual, europeu de preferência, têm se consolidado de maneira acentuada como padrão em várias sociedades e, ao mesmo tempo, têm sido “exportado” e “comprado” em detrimento de outras masculinidades.

2.3 Os estudos de masculinidades

Na área de estudos de masculinidades existem vertentes e abordagens teóricas diversas onde se entrecruzam análises sociológicas, históricas, psicológicas, pedagógicas, antropológicas, artísticas e até econômicas. Um número significativo dessas indagações tem sido realizado por autores/as considerados estruturalistas – por isso, ainda que defenda uma perspectiva pós-estruturalista de análise, não posso ignorar essas produções.

No campo de teorizações sobre as masculinidades outorga-se um significativo reconhecimento aos questionamentos que ganharam força na década de 1960 nos Estados Unidos, atravessados pelas ideias e demandas dos movimentos feminista e de liberação sexual. Embora ambos movimentos buscassem denunciar desigualdades e ganhar visibilidade como sujeitos de direitos, este processo de afirmação implicava questionar a centralidade do homem heterossexual e seus valores.

A expressão dessas discussões no âmbito acadêmico pode situar-se de maneira emergente na década dos anos 1980, principalmente em países anglo-saxões (Estados Unidos, Austrália, Canadá e Reino Unido), recebendo a nomeação de *Men's studies*. Como destaca Badinter (1993), os estudos sobre mulheres tinham mostrado a invisibilidade do feminino, mas era necessário começar a pensar o masculino como o *outro* desconhecido. Não somente pela pouca problematização do ser homem, mas também pela universalização de um modelo de homem valorizado numa cultura androcêntrica. Um modelo de masculinidade que, por um lado, servia mais ou menos para explicar hierarquias e opressões e, por outro, “ocultava” as múltiplas possibilidades de ser homens. A masculinidade não é estática nem atemporal, é histórica; não é a expressão de uma essência interior, é construída socialmente; não ascende à subjetividade desde nossos componentes biológicos; é criada na cultura. A masculinidade significa coisas diferentes em diferentes épocas. Não existe “a” masculinidade no singular. Não há um modelo permanente e universal de masculinidade válido para qualquer espaço e circunstância. As diversas masculinidades são moldadas através das concepções e práticas culturais de cada momento e contexto histórico (KIMMEL, 1997).

A partir da década dos 1980 e 1990, nota-se um marcado interesse em desnaturalizar a noção de “homem universal”, ampliar os estudos para além da dominação exercida sobre as mulheres, mostrar as variabilidades de masculinidades e como os modos de ser homens podem ser julgados diferenciadamente dependendo do entrecruzamento de representações sobre masculinidades e classe, etnia, religião, estado civil, profissão ou idade. Contudo, dizer que os ordenamentos axiológicos entre as masculinidades podem ser contingentes e relativos, não significa ignorar o significativo peso e extensão global que possui como norma a imagem do homem branco, heterossexual, forte (para dominar), de classe média e – também na atualidade – consumidor.

Se podemos afirmar que em diversos contextos é possível encontrar modos distintos de ser homens, também é importante considerar a valorização de um modelo masculino que é apresentado para ser invejado/imitado por outros homens que queiram ter reconhecimento e sucesso, bem como para ser

desejado sexualmente pelas mulheres – e pelos homens gays também. Um tipo de homem que pode ser resumido e apresentado em poucos minutos em um comercial como aquele do desodorante *Old Spice*⁸⁸, que faz uma apologia a um modelo dominante de masculinidade, no qual ser heterossexual, saber incendiar um encontro (com uma mulher, obviamente), ter sucesso financeiro, e ser corajoso, forte e elegante, são fundamentais para ser um “homem de verdade”. Esse é um comercial que se faz acreditando que esta representação do ser homem é transcultural, apesar de o próprio comercial afirmar que o “homem-homem” encontra-se em extinção.

Nesta direção, poderíamos discutir também a constituição de uma masculinidade considerada tradicional, como afirma Gilmore (2008). O autor descreve uma masculinidade tradicional que estabelece que um homem, para que seja valorizado como tal, não deve ter medo, deve ser competitivo, potente sexualmente, enfrentar desafios e manter economicamente filhos/as e esposa. Em poucas palavras, define três aspectos principais desta noção de masculinidade tradicional: proteção, provisão e potência. Mas, que revela e esconde ao mesmo tempo essa noção de masculinidade? Qual é o significado da palavra tradicional nessa fundamentação? Será que outras masculinidades ou modos de ser homens não são também tradicionais?

Connell (2003) adverte que a masculinidade não pode ser considerada um objeto lógico que fundamente a configuração de uma ciência generalizadora e geradora de categorias estáveis e fixas. O masculino também não é algo que emerge naturalmente de um corpo, pois está em conexão com noções e discursos construídos. Assim, considerando que meu objeto central de análise neste trabalho (o MH), circula pelos mais variados países e continentes (Brasil, Índia, África, EE. UU.), caberia perguntar se um dos seus efeitos seria a internacionalização de masculinidades. Valho-me, assim, da afirmação desse mesmo autor (CONNELL, 2003) para justificar a necessidade de pesquisas que tomam como foco de análises as influências globais na representação e construção de masculinidades locais.

⁸⁸ Comercial disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KUWj6QcLpPU>>

O comercial citado anteriormente também assegura que o desodorante anunciado é o único com “partículas de cada macho”, assim ele é um produto que evita o mau odor e também irradia virilidade para seguir sendo “macho” ou para chegar lá, pois essa pode ser uma meta inatingível para muitos. Segundo as palavras de Bourdieu (1995), “basta dizer de um homem, para elogiá-lo, que é ‘um homem’, o homem é um ser implicando um dever-ser, que se impõe como se fosse evidente por si mesmo” (p. 158). As masculinidades são, neste sentido, ativamente produzidas e Kimmel (1997) alerta que esta produção acontece em dois campos relacionais de poder: entre homens e mulheres; e entre homens em si. No primeiro, a “secundarização” do feminino define as desigualdades e no segundo, os articuladores do status dependem de diferenças associadas à sexualidade, profissão, corpo, idade, etnia, classe, ou outros, configurando-se dois sistemas de ordenamentos diferentes e baseados em critérios distintos, marcados pelo contexto, grupo ou circunstância em questão.

Esses ordenamentos e hierarquias entre homens se constituem a partir de modos de ser valorizados e outros despreziados. Kimmel (1997) alerta que ao lado da palavra homem são colocadas outras que falam de entrecruzamentos e que terminam posicionando-o: pobre, homossexual, negro, latino, velho, desempregado, etc. Oliveira (2004) também destaca que os diferentes pertencimentos produzem significados variados de masculinidades. Dessa forma, por exemplo, demonstrações públicas de violência podem ser desqualificadas, sendo este homem visto como de pouca civilidade, ao mesmo tempo em que outros grupos os homens podem ser objeto de piadas se não mostram agressividade. O autor agrega que

Essas variações, por sua vez, tornam-se compreensíveis quando avaliadas em contextos complexos, em que variáveis de gênero mesclam-se a outras, como posição social, classe de idade, etc. Um mesmo agente pode experimentar variações em suas vivências de acordo com seu trânsito social ao interagir com outros agentes em contextos de demandas variadas. Não basta, portanto, dizer que a vivência da masculinidade, isto é, o modo de expressão dos atributos tidos como masculinos pelo agente, modifica-se em função de variáveis [...]. Será necessário também pensar em vivências diferenciadas inclusive para um mesmo agente, ou seja, uma variação nos modos de ser masculino de acordo com suas diferentes interações (OLIVEIRA, 2004, p. 278).

No entanto, esta variabilidade geralmente expressa-se em torno de um articulador principal de ordenamentos: a sexualidade. Mesmo que exista variabilidade na hora de positivar ou desacreditar determinadas práticas ou características nos homens, a sexualidade define uma das fronteiras mais controladas e vigiadas no modelo dominante de homem heterossexual valorizado na maioria de nossas sociedades ocidentais. A heterossexualidade constitui assim o “patrimônio” mais valorizado, protegido e supervisionado do modelo dominante de masculinidade. BUTLER (1999) refere que

[...] o imperativo heterossexual possibilita certas identificações sexuadas e impede ou nega outras identificações. Esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres adjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito (p. 155).

A força deste modelo de masculinidade se reflete na definição de “masculinidade hegemônica”, definida por um conjunto de atributos, atitudes e formas de apresentar-se em oposição às outras masculinidades desvalorizadas e subordinadas e também em relação às mulheres (CONNELL, 2003). Ainda que os atributos da masculinidade que se institui como hegemônica sejam relativos, diversos estudos vêm mostrando que ser forte, sexualmente potente, corajoso, sagaz e heterossexual, são qualidades muito valorizadas em diversas sociedades (BONINO, 2004; BURIN; MELER, 2000; CONNELL, 2003; GUADAMUZ; CALVO, 2002).

Em um sistema de relações de gênero, a identidade hegemônica é também uma posição sempre disputável e instável, reiterada e certas vezes questionada, pois “a hegemonia não significa controle total. Não é automática e pode ser fraturada, inclusive fraturar-se em si mesma” (CONNELL, 2003, p. 62). Não é através da força e da imposição que certos atributos das masculinidades circulam na cultura como os mais valorizados. É necessário que sejam compartilhados e aceitos como o dever ser, como o “normal”, desvalorizando o “diferente”, em meio de relações de poder que convertem aos outros em desqualificados. É esse um processo continuamente reforçado pelas instituições

para produzir o homem heterossexual desejado – aquele que não precisa ser “levado” ao psicólogo para ser corrigido, por exemplo. Não obstante, o próprio fato de serem necessários intensos e imensos investimentos para disciplinar os corpos, confirma suas próprias instabilidades e distorções:

O fato de que essa reiteração seja necessária é um sinal de que a materialização não é nunca totalmente completa, que os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta. Na verdade são as instabilidades, as possibilidades de rematerialização, abertas por esse processo, que marcam o domínio no qual a força da lei regulatória pode se voltar contra ela mesma para gerar rearticulações que colocam em questão a força hegemônica daquela mesma lei regulatória (BUTLER, 1999, p. 154).

Esta compreensão nos desafia para pensar as identidades e suas dinâmicas não apenas a partir da coexistência de formas simbólicas ou do embate cultural entre Tradição e Modernidade, como é colocado em Montesinos e Carrillo (2010), senão no interior de múltiplos interesses e complexas relações de poder que até podem se expressar de forma variável em diferentes idades. Por exemplo, Bello (2006) afirma que no estudo realizado numa escola infantil “não foi possível identificar uma maneira de ser masculino que pudesse dar conta de uma masculinidade infantil hegemônica” (p. 96-97).

De qualquer maneira, seja para aprová-las ou para desacreditá-las, parcial ou totalmente, vem se discutindo a existência e produção intensa de novas formas de ser homem, no sentido de modos de ser que se contrapõem ao perfil de uma masculinidade hegemônica que subordina as outras (CONNELL, 2003), nomeadas como: novas masculinidades (SEGARRA; CARABÍ, 2000); masculinidades emergentes (MONTESINOS, 2005); masculinidades não patriarcais (MENJÍVAR, 2004); masculinidades positivas ou alternativas (BOSCÁN, 2011); ou masculinidades dissidentes (GUTMANN; LUTZ, 2010). Todos são termos que estão relacionados com a existência de uma hierarquia entre masculinidades, e partir dos quais é possível identificar masculinidades hegemônicas – dominantes, representativas, tradicionais – em relativa oposição e entrecruzamento com atributos, atitudes e formas ditas alternativas, não hegemônicas – e não necessariamente opostas – de ser homem.

Facilmente encontramos uma reportagem, um artigo de jornal ou a capa de uma revista com o personagem de uma novela, documentário, filme, propaganda ou um anúncio que represente e destaque um homem que se distancia de alguns padrões que até pouco tempo estabeleciam claramente o que é ser um “homem de verdade”:

No cinema, na TV, na publicidade, no jornal ou na internet, ou seja, na mídia, testemunha-se a (des)construção do masculino, em razão de uma poética visual pautada na boa aparência e no consumismo. Uma superficialidade da pele que remete ao desejo masculino. [...] uma ‘nova/outra’ imagem (midiática) dessa masculinidade desviada: símbolo do homem contemporâneo e urbano (GARCIA, 2004, p. 11).

Nessas novas imagens do masculino, encontramos um pai afetivo e democrático, um esposo empático, romântico, delicado e que colabora com as tarefas domésticas. Aparecem homens que se identificam com as causas das mulheres e defendem sua inserção e promoção laboral e política, outros que conseguem aceitar e promover o êxito de suas esposas. Homens que se depilam, cuidam do cabelo, das unhas, das roupas e de sua aparência física. Uns que reconhecem sua atração pelas novelas, a dança e o teatro e não são poucos os que escolhem profissões tradicionalmente femininas nas áreas do cuidado, como enfermagem e educação infantil.

Apresentam-se também homens que assumem sua sexualidade/homossexualidade e que tem êxito em seus campos de atuação. Homens que se casam, independentemente da opção de gênero, formam uma família e adotam filhos. Ainda no delicado tema da sexualidade, homens que ‘assumem’ seu comportamento bissexual, ou mesmo sendo heterossexuais valorizam os carinhos com outros homens igualmente heterossexuais.

O que está implícito nestes modos de ser é um certo distanciamento de representações que privilegiam a imagem de um homem violento, autoritário, viril, ativo, necessariamente heterossexual, potente, autossuficiente, conquistador, produtivo, provedor, dominador, arriscado, temerário e temido. Um homem que não se importa com as tarefas de casa, que assume uma paternidade distanciada, que não expressa abertamente seus sentimentos, que

toma as decisões relevantes da família e que não está altamente (pré)ocupado com sua aparência estética. Um distanciamento que, em determinados momentos e contextos, poderia ser compreendido como fissuras no projeto de “construir homens de verdade”, no projeto de inscrever e tornar desejáveis nos próprios homens ideais hegemônicos de masculinidade (CONNELL, 2003). São fissuras que apontam para os próprios escapes e subversões que o governo dos corpos masculinos produz, porque a resistência “nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 2003, p. 91).

É neste caminho alternativo que se situa o MH, alicerçado em um discurso contra hegemônico que procura desestabilizar normas de gênero e produzir mudanças nos homens.

2.4 Articulações necessárias para a pesquisa

Convém ressaltar que, para as análises da tese, resgato uma noção não tradicional no âmbito da Pedagogia; uma noção a partir da qual é possível pensar o pedagógico de forma ampla e sem ficar cativo aos limites físicos das instituições escolares. Isso porque, como referem Giroux e McLaren (1995), pedagogias podem ser encontradas “[...] em qualquer lugar em que existe a possibilidade de traduzir a experiência e construir verdades, mesmo que essas verdades pareçam irremediavelmente redundantes, superficiais e próximas ao lugar-comum” (p. 144).

Nesta compreensão cultural, ampliada, da pedagogia é imprescindível que as possibilidades de ser sejam ensinadas e aprendidas. Neste sentido, todas as instâncias de uma sociedade podem desempenhar uma função pedagógica, visto que elas muitas vezes ensinam alguma coisa sobre como devemos ser e nos comportar e, nessa medida, estão integradas aos processos de constituição subjetiva. Conforme salienta Silva (2000), compartilho que podemos encontrar pedagogias em “qualquer instituição ou dispositivo cultural que, tal como a escola, esteja envolvido – em conexão com relações de poder – no processo de transmissão de atitudes e valores” (p. 89).

Ao interpretar o pedagógico para além da escola vejo a educação num sentido complexo, multiforme, pluriespacial e permanente. Dessa maneira, conceitos tradicionais do âmbito escolar, tais como educação, ensino, aprendizagem, currículo, estratégias de ensino, podem se tornar ferramentas úteis para realizar análises culturais que possibilitem compreender como determinados comportamentos e maneiras de pensar e sentir não são tão espontâneos nem tão singulares quanto, por vezes, acreditamos. Nesta direção, Silva (1999) refere que “tal como a educação, as outras instâncias culturais também são pedagógicas, também têm uma ‘pedagogia’, também ensinam alguma coisa. Tanto a educação quanto a cultura em geral estão envolvidas em processos de transformação da identidade e da subjetividade” (p.139).

Situando o pedagógico ao nível da cultura, compartilho que “pedagogias culturais” encontram-se articuladas nas mais variadas áreas sociais e, portanto, “áreas pedagógicas são aqueles lugares onde o poder é organizado e difundido, incluindo-se bibliotecas, TV, cinemas, jornais, revistas, brinquedos, propagandas, videogames, livros, esportes, etc.” (STEINBERG; KINCHELOE 2004, p.14). Assim, as pedagogias podem ser tão múltiplas quanto os espaços onde elas podem se constituir. Além do âmbito propriamente escolar, encontramos em diferentes locais, contextos e artefatos culturais, os mais variados investimentos pedagógicos direcionados à diferentes públicos e com fins diversos. Muito se ensina e muito se aprende fora das escolas. Uma revista pode ensinar que se pode ser homossexual, mas com discrição (LOPES, 2011); mães recebem orientações sobre como criar filhos/as saudáveis e normais através de um manual (SANTOS, 2009); meninos e meninas de rua aprendem sobre relações familiares num serviço de atendimento (FERNANDES, 2008); lições sobre sexualidade e gênero podem ser encontradas em um local de sociabilidades e práticas homossexuais (NUNES, 2012); um programa de TV ensina sobre como amar na juventude (SOARES, 2005); e uma ONG funda uma escola para homens⁹.

Todos estes podem ser considerados artefatos culturais e pedagógicos carregados de significados sobre identidades e práticas que, ao ter uma função

⁹ Informação disponível no site do Instituto Costarricense de Masculinidad, Pareja y Sexualidad <<http://www.institutowemcr.org/talleres/index.htm>>

educativa, estabelecem juízos sobre os modos de viver, separando o “bom” do “mau”, o “certo” do “errado”, o “normal” do “anormal”, como se essas separações não resultassem de limites arbitrários. Nessa perspectiva, “a cultura em geral é vista como uma pedagogia, a pedagogia é vista como uma forma cultural: o cultural torna-se pedagógico e a pedagogia torna-se cultural” (SILVA, 1999, p. 139). Devemos, portanto, ampliar o conceito de pedagogia para ser interpretada como “configuração de práticas textuais, verbais e visuais que objetivam discutir os processos através dos quais as pessoas compreendem a si próprias e as possíveis formas pelas quais elas interagem com outras pessoas e seu ambiente” (GIROUX, 1995, p. 100).

Artefatos pedagógicos, portanto, envolvem processos e estratégias através dos quais nos tornamos o que somos, ensinando-nos modos de viver, de pensar, de nós comportar, de posicionar-nos politicamente, privilegiando determinados padrões sociais, culturais e econômicos; produzindo identidades, constituindo subjetividades. Visto assim, não temos como pensar identidades e práticas sociais ignorando os múltiplos processos pedagógicos que atravessam suas expressões e representações.

Dentre os investimentos pedagógicos que são acionados em cada sociedade, aqueles que se propõem nos construir como homens e mulheres parecem ser dos mais importantes, talvez porque eles atinjam determinados propósitos e projetos sociais de organização e controle dos vínculos íntimos, da família e da reprodução. A maneira como nos comportamos como homens e mulheres é uma questão tão central nas sociedades contemporâneas que não existem apenas projetos pedagógicos específicos de masculinidades e feminilidades, senão que estes se configuram como supra projetos que podem atravessar qualquer outro, (re)definindo constantemente modos diferenciados de viver as masculinidades e as feminilidades. Por exemplo, pedagogias sobre como criar os/as filhos/as, como ser docentes ou líderes, como nos sentar à mesa para comer, como ser “bons” filhos/as, como vestir-se de acordo com a moda, geralmente tem alguma coisa a dizer sobre nosso gênero. Cada cultura cria expectativas para mulheres e homens que são legitimadas, estimuladas, ensinadas e postas em circulação nas diversas instâncias sociais. Por meio da

educação, sua racionalidade e suas técnicas, alguns comportamentos são valorizados ou extintos dependendo dos sistemas de julgamento dominantes.

Louro (2004) expressa que esses investimentos confirmam que socialmente é desenvolvido um trabalho pedagógico detalhado, contínuo e ilimitado para produzir práticas e identidades sexuais e de gênero. Meyer (2001) também aposta na articulação entre gênero e pedagogia, afirmando que “nós aprendemos a ser homens e mulheres desde o momento em que nascemos, até o dia em que morremos e essas aprendizagens se processam em diversas instituições sociais, a começar pela família, passando pela escola, pela mídia, pelo grupo de amigos, pelo trabalho, etc.” (p. 32).

Mais recentemente, a partir dos avanços das tecnologias médicas de imagens diagnósticas, tornou-se comum, a partir do momento em que a ecografia mostra ou que o/a especialista aponta se a criança tem pênis ou vagina, o acionamento de múltiplas estratégias para conduzir o comportamento e o desejo sexual da criança que ainda nem nasceu. Essa condução se dá a partir da lógica heteronormativa que institui dois sexos, o masculino e o feminino, dois gêneros também designados como masculino e feminino e o desejo sexual pelo oposto. A partir desta racionalidade, quando torna-se difícil precisar o sexo da criança recém nascida, seu “desenvolvimento normal” está em perigo, pois a biologia “alterada” ameaça e desestabiliza os roteiros de gênero considerados como possíveis. Como afirma Louro (2004),

O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um ‘dado’ anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse “dado” sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo” (p. 15).

Enquadrar e orientar comportamentos, atitudes e desejos para manter esta ficção linear entre sexo, gênero e sexualidade não é uma tarefa fácil e simples, muito menos possível de realizar-se se diversas instâncias não fizerem a “sua parte”. Ainda que nem sempre seja tão evidente, produzir determinados meninos e meninas e homens e mulheres de certo tipo, constitui um dos projetos pedagógicos e culturais mais prioritários – e, sem dúvidas, dos mais custosos e

ameaçados, algumas vezes, por fracassos em razão de sua imprevisibilidade. Em outras palavras, e partir do que foi dito até o momento, é possível afirmar, na compreensão de gênero e sexualidade aqui adotadas, que muito pouco há de espontâneo ou biológico em nossas maneiras de viver como homens ou mulheres.

Contudo, notar a articulação de investimentos pedagógicos associados ao gênero, ao propósito de “gerar” determinados modos e práticas exclusivos e socialmente valorizados para homens ou mulheres, não quer dizer que este seja um projeto claro e sem ambiguidades. Culturalmente, circulam diversos discursos sobre como devem ser homens e mulheres. Esses discursos não existem de forma coerente nem independente e não tem como falar de comportamentos aceitos sem fazer referência aos comportamentos desacreditados. Por isso eles se opõem, mas também se integram e se entrecruzam, um dando sentido ao outro.

As pedagogias de gênero entram em ação bem cedo. Inclusive, antes de serem acionadas e operarem no corpo da criança, as famílias, os pediatras e psicólogos, bem como os conhecimentos cotidianos que pautam e organizam a vida social, já fizeram esse planejamento e estão com “o manual pronto” (isto é, com as “verdades” aceitas nos contextos científicos e cotidianos) para quando mães e pais estiverem com dúvidas ou preocupações sobre como produzir homens e mulheres considerados legítimos no contexto histórico cultural onde estão inseridos. É dessa maneira que as crianças vão incorporando as prescrições sobre como devem ser, segundo o gênero, para obter aceitação e respeito. Bello (2006) descreve, por exemplo, baseado nas observações realizadas numa escola infantil de Porto Alegre, Brasil, como é possível notar uma árdua tarefa para conduzir as crianças a se tornarem homens e mulheres segundo determinados padrões na cultura vigente. É preciso ensinar quais brincadeiras, comportamentos, roupas, acessórios, gestos, lugares, tons de voz, gostos, aparências e até profissões, são mais ou menos adequados para cada gênero. Ensinar, vigiar e avaliar. Os resultados das pedagogias são necessários para poder fazer correções no seu produto e, conseqüentemente, no seu desenho.

Para as análises das pedagogias de gênero no MH, utilizo-me também de alguns conceitos propostos por Michel Foucault, pois considero que operando com eles conseguirei lançar outros olhares para as questões apresentadas no início desta tese. Neste sentido, vejo o MH e as pedagogias de gênero que o constituem como expressões da arte de governar na contemporaneidade, como formas de governo ou governamentalidade que, segundo o próprio Foucault (2003b), compreende três eixos:

1- [...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, como forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.

2- a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, a preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.

3- o resultado do processo a través do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado Administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado (p. 291-292).

Governo pode ser entendido como tudo o que envolve a intenção de conduzir e orientar condutas, desejos, vontades, gestos, hábitos. Como explica Dean (1999), “conduzir significa levar, direcionar ou guiar e pode implicar uma espécie de cálculo quanto a como isto deva ser feito” (p. 10), pois governar exige “[...] moldar com qualquer grau de deliberação aspectos do nosso comportamento de acordo com um conjunto de normas e para uma variedade de fins” (ibidem). A condução, para ser produtiva, supõe conceber a idealização da conduta humana desde uma determinada racionalidade, que visa moldá-la, adequá-la, regulá-la para determinados fins e efeitos. Em poucas palavras, “governar [...] é estruturar o eventual campo de ação dos outros” (FOUCAULT, 1995, p. 244).

Incorporar o conceito de governamentalidade nesta pesquisa supõe problematizar as técnicas de poder que objetivam produzir mudanças em alguns comportamentos nos homens. É possível dizer que o MH não fala apenas sobre a necessidade de mudanças, pois também promove e estimula, por intermédio

das orientações e técnicas que apresenta, a condução, controle e administração das condutas nos homens. Encontramos neste ponto uma das particularidades mais acentuadas da contemporaneidade, qual seja, a propagação de “inúmeras e polimorfos estratégias de controle da conduta espalhadas nos interstícios do social” (SILVA, 1998, p.8).

Os discursos que convergem no MH fundamentam sua própria existência, funcionalidade e legitimidade, colocando em andamento estratégias de saber -poder que visam o governo de masculinidades. Saber e conhecer para conduzir adequadamente, pois “como seria possível governar, sem conhecer aquilo a que se governa, aqueles a quem se governa e os meios pelos quais se governam os homens e as coisas?” (FONSECA, 2000, p. 219). Portanto, poder, nesta ótica, envolve relações de força que colocam em movimento ações legitimadas pelos saberes que as promovem.

Desta maneira, o MH pode ser considerado como uma estratégia de governo das masculinidades em meio a outras, como, por exemplo, a Política Nacional e o Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem¹⁰. Ambos, ainda que com propósitos mais ou menos distintos, buscam conduzir a conduta dos homens através de estratégias de poder/saber que atuam sobre as masculinidades. O “governo depende, pois, de verdades que encarnam aquilo que deve ser governado, que o tornam calculável e praticável” (ROSE, 1998, p. 37). O MH, ao questionar determinados comportamentos e propor outros, está constituindo, produzindo e estabelecendo formas de governo das masculinidades que se sustentam em verdades construídas. O MH, ao ser apresentado como produto de um conjunto de saberes, elaborado por um conjunto de instâncias e de especialistas, visando a ensinar como ser homens diferentes, mostra um elevado refinamento dos investimentos no masculino na lógica de uma racionalidade científica que vem problematizando modos de ser homens, estabelecendo normas e definindo estratégias de correção em nome da saúde, equidade e justiça (NASCIMENTO; CARRARA, 2012; MEDRADO; LYRA, 2012; SCHWARS, 2012).

¹⁰ Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2008/PT-09-CONS.pdf>>

3. ESCOLHAS METODOLÓGICAS

3.1 Apresentando o material para as análises

No final dos anos noventa, o Instituto Promundo, do Brasil, em parceria com outras duas ONGs brasileiras, o Instituto Papai e ECOS Comunicação em Sexualidade, e uma do México, Salud y Género, coordenou a elaboração e execução do Programa H, uma iniciativa internacional para envolver homens jovens na promoção da equidade de gênero¹¹.

O Programa H é considerado por muitas instâncias como uma metodologia inovadora que objetiva promover a reflexão e o envolvimento de homens em ações de promoção da equidade de gênero. A iniciativa inclui atividades educativas para serem trabalhadas em grupo, com o propósito de envolver homens jovens e adultos na igualdade de gênero, campanhas comunitárias, treinamento de equipes e um modelo avaliativo de impacto. Esse Programa vem sendo aplicado e avaliado em vários contextos da América Latina, da Índia, dos Balcãs e de diversas localidades da África subsaariana. Em 2007 ele foi reconhecido pelo PNUD como uma das 50 iniciativas brasileiras para promover mudanças no mundo e como modelo de trabalho social para a promoção da equidade de gênero pela UNICEF.

Dentre os produtos desenvolvidos no âmbito desse programa, destacam-se o MH e o desenho animado “Minha vida de João”¹², um material audiovisual, sem vozes, que apresenta situações cotidianas de um rapaz para colocar em questão algumas normas de gênero.

Ao longo desses últimos anos, o MH tem sido uma ferramenta fundamental para dar continuidade ao Programa H, que até 2013 já tinha sido

¹¹ Embora por vezes se usem de modo indistinto os termos igualdade e equidade, eles não são sinônimos. O conceito de igualdade de gênero parte da ideia de que todas e todos somos iguais em todos os aspectos e dimensões da vida: políticos, econômicos, sociais, educativos, profissionais, e que por conta disso temos os mesmos direitos. Por equidade de gênero entendemos o trato imparcial entre mulheres e homens, de acordo a suas necessidades respectivas, levando em conta as condições específicas e as dificuldades de cada grupo para conseguir aceder a determinados direitos. Desta forma, os dois termos se complementam em alguns aspectos.

¹² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sydjba7aUrY>>

implementado em mais de 20 países. Precisamente em março de 2013 foi realizado um seminário internacional, no Rio de Janeiro, para “celebrar uma década de intervenções educativas baseadas numa abordagem transformativa de gênero” (INSTITUTO PROMUNDO, 2013, p. 8). O manual, como adverte Beiras (2013), se insere numa perspectiva política de mudança do individual ao coletivo que tem estimulado múltiplos projetos.

A escolha do manual como corpus de análise desta pesquisa fundamenta-se a partir de três argumentos:

a) a disponibilidade do material. Ele pode ser baixado gratuitamente desde vários sites ou adquirido no formato impresso pelo valor de 40,00 reais;

b) a ampla circulação do manual. Ele foi criado para transcender as fronteiras geográficas e linguísticas – precisamente por não possuir diálogos –, embora o material frequentemente acessível na Internet apareça com os créditos em português, espanhol e inglês;

c) o reconhecimento e a validação do manual por diversas instituições e organismos internacionais, os quais o legitimaram como um texto de referência para as ações de intervenção voltadas ao público masculino.

Desde 2001, ano em que foi publicado o Manual, este circula em três idiomas: português, inglês e espanhol. Encontra-se disponível de forma livre no próprio site do Instituto Promundo¹³ e em vários sites de diversas ONGs ou instituições. Também pode ser adquirido no formato impresso – em português e inglês – na loja virtual do Instituto Promundo por um valor de 40.00 reais. Em 2013 foi lançada, em inglês, uma nova versão mais compacta do Manual (que não está disponível na internet), e ademais foi anunciado o lançamento das novas versões em português e espanhol.

Ainda que a coletânea de cinco cadernos tenha sido mais difundida com o título de *MH* pelas próprias ONGs que o elaboraram, na capa de cada caderno aparece o nome *Série – trabalhando com homens jovens*. Cada caderno aborda

¹³ Disponível: <<http://www.promundo.org.br/manuais-para-trabalhar-com-jovens-e-adultos/>>

um tema específico, como podemos apreciar nas imagens das capas, índice e contracapas de cada caderno:

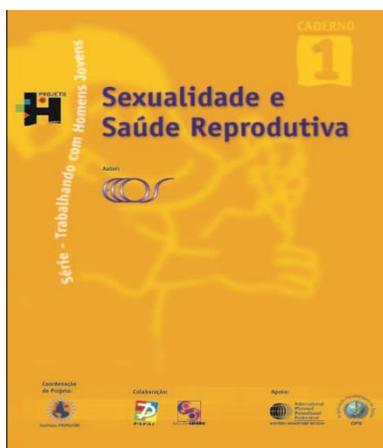


Imagem 1
Capa Caderno 1

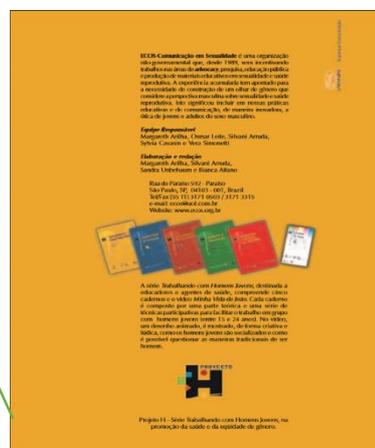


Imagem 2
Contracapa
Caderno 1

ÍNDICE	
AGRADECIMENTOS	05
INTRODUÇÃO: Como foi elaborado e como usar este caderno.	07
MÓDULO 1: O QUÊ E O PORQUÊ. Uma introdução ao tema da sexualidade e da saúde reprodutiva dos homens jovens.	19
Por que trabalhar com a perspectiva de gênero e masculinidades?	21
Quais são as especificidades da sexualidade masculina?	22
Porque devemos falar com os rapazes sobre sexualidade?	24
Devemos focar a questão da orientação sexual?.....	25
A sexualidade masculina está relacionada à fertilidade e a reprodução?.....	26
Rapazes devem se preocupar com contracepção?.....	27
Devemos focar o tema da gravidez?	28
O aborto é um tema que deve ser discutido com os rapazes?	29
O que é saúde reprodutiva masculina? E quais são as implicações para os rapazes?.....	29
DSTs e Aids: uma questão de sexualidade e saúde reprodutiva ?	30
Por que devemos pensar em Serviços Públicos de Saúde?	31
Devemos discutir sobre os Direitos Sexuais e Reprodutivos dos homens?	33
MÓDULO 2: COMO. O que o educador pode fazer.	39
Técnica 1: Aquecimento	41
Técnica 2: O que é? O que é?	42
Técnica 3: Campanha Contra o Preconceito	43
Técnica 4: Corpo Reprodutivo	45
Técnica 5: Corpo Erótico	49
Técnica 6: Responda, ... Se Puder.....	50
Técnica 7: Pessoas e Coisas	55
Técnica 8: São Tantas Emoções	57
Técnica 9: Sexualidade e Contracepção	59
Técnica 10: Gravidez na Adolescência: A História de Tiago.....	63
Técnica 11: O Homem e o Aborto	66
Técnica 12: Vulnerável, Eu?	69
Técnica 13: Saúde, Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids	72
Técnica 14: Tem Gente que não Usa Camisinha Porque.....	74
MÓDULO 3: ONDE. Onde procurar mais informação	79
Recursos.....	81
Relato de uma experiência: ECOS	87
Organizações Colaboradoras na avaliação dos cadernos	89
BIBLIOGRAFIA	91
ANEXO: Prova de Campo dos Cadernos	92

Imagem 3
Índice Caderno 1

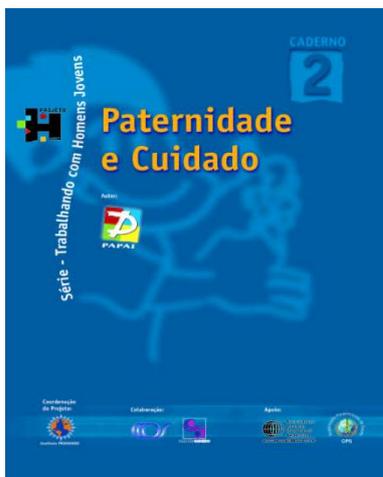


Imagem 4
Capa Caderno 2



Imagem 5
Contracapa
Caderno 2

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	05
INTRODUÇÃO: Como foi elaborado e como usar este caderno.....	07
MÓDULO 1: O QUÊ E O PORQUÊ. Homens no contexto do cuidado: masculinidade como construção de gênero	19
Por que conversar sobre paternidade e cuidado com homens jovens?	21
O que é cuidado?	22
Os homens se cuidam?	23
As mulheres cuidam mais que os homens?	23
Um homem pode aprender a cuidar?	24
Se os homens cuidassem mais dos filhos a situação seria diferente?	25
Crianças criadas sem o pai enfrentam mais dificuldades que outras?	25
Por que não se fala sobre paternidade na adolescência?	26
Por que acontece a maternidade e paternidade na adolescência?.....	27
Como envolver o homem jovem no cuidado infantil?	32
Que ganhos o homem jovem pode ter?	33
Pontos-chave	33
MÓDULO 2: COMO. Como trabalhar com homens jovens O que o educador pode fazer	39
Técnica1- O Que Vem à Sua Cabeça? Os Sentidos de Cuidar	43
Técnica2- Cuidando do Ninho: A Experiência de Cuidar	44
Técnica3- Objetos, Plantas, Animais e Pessoas	45
Técnica4- Os Homens, as Mulheres, o Cuidar	47
Técnica5- Cuidando de Si: Homens, Gênero e Saúde.....	49
Técnica6- Fala de Pai, Fala de Mãe.....	52
Técnica7- Pai Animal: Natureza Versus Cultura do Cuidado Infantil	55
Técnica8- Mural Egípcio: a Gravidez na Adolescência.....	57
Técnica9- Juri Simulado: Paternidade na Escola.....	59
Técnica10- Um Recado para Ti: Você Vai Ser Pai!.....	61
Técnica11- O Cuidado Infantil no Cotidiano dos Homens	64
Técnica12- O Bebê está Chorando	66
Técnica13- Homem Cuidando de Menino, Homem Cuidando de Menina	69
Técnica14- Cuidado do Lar: Só Existe Quando Não é Feito.....	71
Técnica15- Cuidado em Famílias.....	73
Técnica16- Compartilhando o Cuidado	75
MÓDULO 3: ONDE. Onde buscar mais informação.....	77
Recursos	79
Organizações colaboradoras	83
Relato de uma experiência: Programa PAPAI	85
ANEXO: Prova de campo dos cadernos	89

Imagem 6
Índice Caderno 2

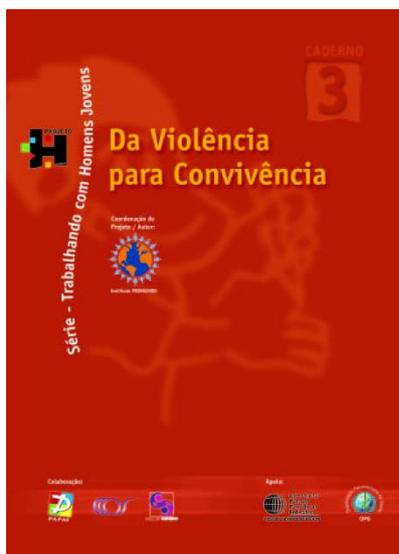


Imagem 7
Capa Caderno 3

Imagem 8
Contracapa
Caderno 3



ÍNDICE	
AGRADECIMENTOS	05
INTRODUÇÃO: Como foi elaborado e como usar este caderno.	07
MÓDULO 1: O QUÊ E O PORQUÊ. Uma introdução ao tema da violência, convivência e homens jovens.	19
O que é violência?	21
É melhor falar da prevenção da violência ou na promoção da convivência?	22
Qual é a dimensão da violência "masculina" nas Américas?	23
Os homens são "naturalmente" mais violentos que as mulheres? Ou seja, existe uma "causa" biológica para a violência masculina?	24
Se os rapazes são socializados para serem violentos, como é que isto acontece?.....	25
Estar fora da escola é uma causa de violência para os rapazes?	28
Violência é só coisa de homens jovens de baixa renda?	29
De onde vem a violência dos homens contra as mulheres?	30
Que sabemos sobre a violência sexual de homens jovens contra mulheres?.....	32
O que concluímos	33
MÓDULO 2: COMO. Como trabalhar a prevenção da violência com homens jovens.	35
Técnica 1: O Bastão Falante	37
Técnica 2: O Varal da Violência	41
Técnica 3: Otário Vivo ou Valente Morto: A Honra Masculina.....	43
Técnica 4: A Violência à Minha Volta	46
Técnica 5: Diversidade e Direitos: Eu e os Outros.....	48
Técnica 6: Risco e Violência: as Provas de Coragem.....	50
Técnica 7: Violência Sexual: é ou não é?	52
Técnica 8: Da Violência para Respeito na Relação Íntima	55
Técnica 9: Homofobia: Homem Pode Gostar de Outro Homem?	57
Técnica 10: Que Faço Quando Estou com Raiva?.....	60
Técnica 11: Cidadania: O que Posso Fazer para Promover a Paz?	63
MÓDULO 3: ONDE. Onde procurar mais informação.	67
Recursos	69
Relato de uma Experiência: Instituto PROMUNDO	73
Organizações Colaboradoras na Avaliação dos Cadernos	76
BIBLIOGRAFIA	78
ANEXO: Prova de Campo dos Cadernos	80

Imagem 9
Índice Caderno 3

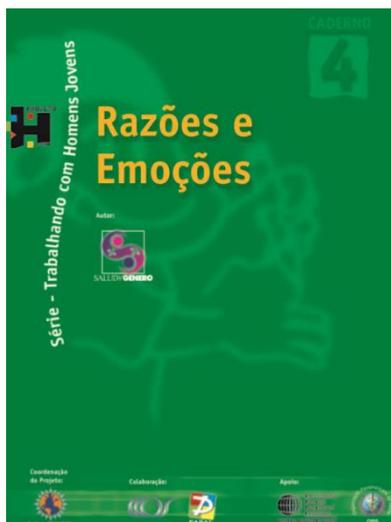


Imagem 10
Capa Caderno 4



Imagem 11
Contracapa
Caderno 4

ÍNDICE	
AGRADECIMENTOS	05
INTRODUÇÃO: Como foi elaborado e como usar este caderno	07
MÓDULO 1: O QUÊ E O PORQUÊ. Uma introdução ao tema da saúde mental e homens jovens	19
Como entendemos a saúde mental?	21
Como o gênero interfere na saúde mental dos jovens?	22
Qual é a situação dos homens e o consumo de drogas?	23
Como se pode prevenir o uso indevido de drogas entre os homens jovens?	23
Como abordar a questão do suicídio?	24
O que podemos fazer para prevenir o suicídio?	25
Como trabalhar com saúde mental com homens jovens?	26
MÓDULO 2: COMO. O que o educador pode fazer	29
Técnica 1: Corpo de Jovem	31
Técnica 2: Expressão e Manifestação das Emoções	33
Técnica 3: Eu Sou	36
Técnica 4: A Muralha	37
Técnica 5: Tipos de Comunicação	39
Técnica 6: Os Sete Pontos da Auto-Estima	41
Técnica 7: Ser ou Não Ser Dependente	43
Técnica 8: Falando Sobre o Alcool e o Alcoolismo	45
Técnica 9: Decidindo	47
Técnica 10: Aprendendo a Não se Exceder com a Bebida	50
Técnica 11: José Morreu!	52
Técnica 12: Jogo de Papéis	54
Técnica 13: Minha Redografia	56
Técnica 14: As 4 Frases	59
Técnica 15: Meus Recursos	61
MÓDULO 3: ONDE. Onde procurar mais informação?	65
Recursos	67
Relato de uma experiência: Salud y Género AC	72
Organizações Colaboradoras na avaliação dos cadernos	76
Bibliografia	78
ANEXO: Prova de Campo dos Cadernos	80

Imagem 12
Índice Caderno 4

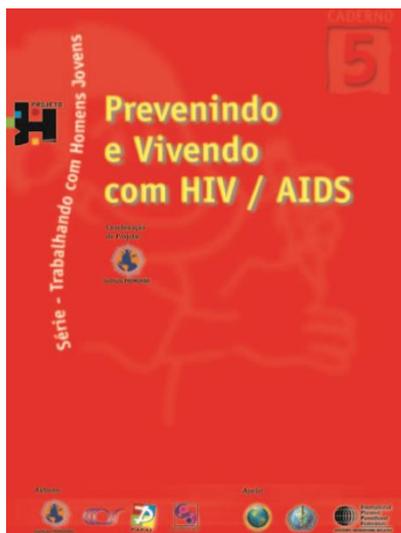


Imagem 13
Capa Caderno 5



Imagem 14
Contracapa
Caderno 5

ÍNDICE	
AGRADECIMENTOS	05
INTRODUÇÃO: Como foi elaborado e como usar este caderno	07
MÓDULO 1: O QUÊ E O PORQUÊ. Uma introdução ao tema da prevenção do HIV/AIDS e da assistência aos homens jovens	19
Como trabalhar prevenção e assistência em HIV/AIDS com homens jovens?	21
Homens jovens, sexualidade e relações íntimas	24
O que sabemos, então, sobre as primeiras experiências sexuais dos homens jovens?	25
A importância de ouvir vozes alternativas	26
Homens jovens e o uso de preservativos	27
Só informação não basta	28
Homens jovens e DST	30
Relações sexuais entre homens	31
Vulnerabilidade masculina	33
Homens jovens e o uso de drogas	34
Homens jovens violência e HIV/AIDS	35
Homens jovens, testagem voluntária, aconselhamento e uso de serviços de saúde	36
Os homens e o cuidado	37
Homens jovens vivendo com HIV/AIDS.....	37
MÓDULO 2: COMO. O que o educador pode fazer.	45
Técnica 1: Estudo de caso:A história de Rodrigo	47
Técnica 2: Estou vulnerável quando.....	52
Técnica 3: Eu e meu corpo	55
Técnica 4: O prazer de viver.....	56
Técnica 5: Assinaturas	58
Técnica 6: Festa da diferença	60
Técnica 7: Testagem e aconselhamento	61
Técnica 8: Quero... não quero... quero... não quero.....	63
Técnica 9: O que sabemos sobre as drogas.....	65
Técnica 10: Do dito, ao feito	69
Técnica 11: Onde podemos encontrar preservativos?!	71
Técnica 12: Poder e violência nas relações sexuais: a história de Samuca	74
Técnica 13: Sou soropositivo: e agora?	76
Técnica 14: Vida Positiva - cidadania de pessoas vivendo com HIV+	78
MÓDULO 3: ONDE. Onde procurar mais informação	83
Recursos.....	85
ANEXO: Prova de Campo	94

Imagem 15
Índice Caderno 5

Embora o manual seja o resultado de um trabalho conjunto, a elaboração de cada caderno esteve a cargo de cada uma das quatro ONGs que integraram o projeto de elaboração dos cadernos, sendo que o Instituto Promundo elaborou dois deles. Todos os cadernos possuem uma extensão de quase 100 páginas e seguem um mesmo padrão estrutural: uma introdução com orientações para o uso do manual (se reitera quase textualmente nos cinco livros); um módulo com questões teóricas sobre o tema central; um segundo módulo com técnicas com duração entre 45 minutos e 2 horas, planejadas para trabalhar com grupos de homens jovens; e, por último, sugestões bibliográficas para aprofundar o assunto abordado.

O manual tem sido avaliado, como se descreve em Barker et. al. (2004), utilizando uma Escala de Equidade de Gênero para Homens, elaborada especificamente para verificar o impacto das atividades propostas no material. Essas técnicas vêm mostrando a “alta efetividade” do manual para produzir mudanças de atitudes em diferentes grupos de homens jovens.

Ainda que não existam regulações ou limitações sobre o acesso, circulação e consumo do manual, é oportuno ressaltar que ele está desenhado para ser uma ferramenta de trabalho que possa orientar-auxiliar o trabalho com homens jovens, ou seja, é um manual que ensina como ensinar a promover mudanças nos homens jovens.

3.2 O MH como um artefato pedagógico

O MH, além de se constituir como um artefato da cultura, pode ser considerado como constitutivo de pedagogias, produzindo conhecimentos sobre masculinidades e contribuindo na constituição de identidades culturais. Esses processos dão-se em meio a determinadas relações de poder, as quais se baseiam em certas representações de masculinidades, e regulam estilos de vida ao conduzir a conduta dos homens.

O caráter educativo do MH se manifesta à primeira vista no tom didático com que são apresentadas as orientações sobre o trabalho com homens e no apelo reiterado a alguns termos do discurso pedagógico. Esta é uma estratégia bastante empregada no planejamento e na apresentação das ações de

intervenção que desenvolvem e estimulam as ONGs que assumem como foco a promoção de mudanças nas masculinidades. Por exemplo, o Instituto Papai declara no seu site que é “composto por homens e mulheres organizados nas equipes pedagógica e administrativa” e a educação aparece como um vetor de ação¹⁴. Em outras ONGs, com objetivos similares, também é recorrente o uso de termos-chave do saber pedagógico. O Instituto de Masculinidad, Pareja y Sexualidad (WEM), da Costa Rica, explica os propósitos de uma escola para homens:



The image shows a screenshot of the Instituto WEM website. The top navigation bar includes the logo and the text 'Instituto WEM Instituto Costarricense para la Acción, Educación e Investigación de la Masculinidad, Pareja y Sexualidad'. Below this, there are buttons for 'Linea APH', 'Publicaciones', 'Artículos y Comunicados', 'Eventos', and 'Contáctenos'. A sidebar on the left lists various services: 'Qué es WEM', 'Grupos', 'Capacitación y cursos', 'Talleres para hombres', 'Programa con Gobiernos Locales', 'Equidad de género en el medio laboral', 'Red de hombres', 'Galería de fotos y videos', 'Donaciones', and '< Página principal'. The main content area features a 'Talleres para hombres' section with a description of the 'Escuela para hombres' program and contact information for the 'Linea de Apoyo para Hombres'.

Instituto WEM
Instituto Costarricense para la Acción, Educación e Investigación de la Masculinidad, Pareja y Sexualidad

- Linea APH
- Publicaciones
- Artículos y Comunicados
- Eventos
- Contáctenos

Qué es WEM

Grupos

Capacitación y cursos

Talleres para hombres

Programa con Gobiernos Locales

Equidad de género en el medio laboral

Red de hombres

Galería de fotos y videos

Donaciones

< Página principal

Instituto WEM
Instituto Costarricense para la Acción, Educación e Investigación de la Masculinidad, Pareja y Sexualidad

- Linea APH
- Publicaciones
- Artículos y Comunicados
- Eventos
- Contáctenos

Talleres para hombres

El programa “Escuela para hombres” del Instituto WEM tiene como propósito brindar instrumentos prácticos a los hombres para que puedan modificar actitudes y conductas. Se ofrecen como complemento de los grupos de reflexión y terapia. Si usted esta interesado en recibir uno de estos talleres debe de asistir primero a uno de los [Grupos](#) del instituto y cuando ya este asistiendo a uno de esos grupos puede matricularse en algunos de los cursos, si desea mas informacion llame a la [Linea de Apoyo para Hombres](#) 2234-2730 o al 9-1-1

La metodología de estos talleres es totalmente vivencial, práctica y participativa.

Fonte: <http://institutowemcr.org/capacitacion/index.htm>

¹⁴ <http://institutopapai.blogspot.com.br/p/sobre-o-grupo.html>

Em outro site na internet encontramos esta notícia:

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO
78% da população conhece a Lei Maria da Penha. Saiba mais

Mais notícias
Outras Pautas
Pesquisas
Fontes
Vídeos/ Sonoras
Opinião

<p>MULHERES &</p> <p>AIDS</p> <p>DIREITO AO ABORTO</p> <p>ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA</p> <p>POLÍTICA E PODER</p> <p>POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO</p> <p>VIOLÊNCIA</p> <p>MULHERES DE OLHO</p> <p>DOCS REFERENCIAIS</p> <p>AGENDA</p> <p>LINKS</p>	<p>18/03/2012 - Ele reeduca homens violentos em uma ONG feminista</p> <hr/> <p style="font-size: 0.8em; color: #666;">Dom, 18 de Março de 2012 18:07</p> <p style="font-size: 0.8em; color: #666;">(Valéria França, de O Estado de S. Paulo) Sergio Barbosa é coordenador do primeiro grupo de SP feito para mudar o comportamento de homens agressores.</p> <p style="font-size: 0.8em; color: #666;">Todas as segundas-feiras, um grupo de aproximadamente dez homens se reúne em um sobrado de Pinheiros, na zona oeste de São Paulo. Com profissões e escolaridade distintas, eles têm em comum um histórico de agressões físicas e psicológicas contra mulheres.</p> <p style="font-size: 0.8em; color: #666;">Na coordenação desse grupo está o brasiliense Sergio Barbosa, de 45 anos, professor de Sociologia e Filosofia, que</p>	
--	---	--

Fonte:

http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2893&catid=43

Nos cadernos que compõem o MH é possível notar a intenção de explicitar seu caráter pedagógico. Vejamos: a) o segundo módulo de cada caderno agrupa as orientações sobre como organizar e fazer o trabalho grupal com homens e é intitulado “O que o educador pode fazer”. Quem coordena os encontros grupais recebe o “título” de educador (MH, v.1, p. 4); “A chave desse processo é o educador” (MH, v.1, p. 4, p. 14); b) de igual forma, se enfatiza a experiência “educativa” das pessoas que elaboraram o material: “nossa experiência pessoal como educadores, pais, professores e profissionais de saúde demonstram que os rapazes respondem muitas vezes segundo as expectativas que se tem deles” (MH, v.1, p. 10); c) a ênfase aparece também ao sugerir que as orientações e técnicas devem ser vistas “como parte de um processo de reflexão e educação participativa” (MH, v.1, p. 14).

Penso que não se apela ao discurso pedagógico por acaso. A necessidade de apresentar-se não apenas como ONGs, mas igualmente como instituições educativas onde trabalham educadores/as, se produzem materiais educativos e se realizam atividades educativas, revela o acionamento de uma estratégia de legitimação como “verdade” das ações de intervenção, aproveitando o reconhecimento social do discurso pedagógico-educativo. Cabe destacar que ao citar a pedagogia estou me referindo à pedagogia moderna,

aquela nascida no Iluminismo e que tem se constituído como um saber especializado, definindo um regime de verdade, configurando um campo de saberes sobre os sujeitos a serem pedagogizados. Aproveita-se, assim, a força do “educativo” como qualidade que deixa pouco espaço para o questionamento e investe-se de autoridade tanto a autoria do manual quanto a quem efetiva suas orientações nas intervenções que promove. Como duvidar ou criticar algo que é educativo e alguém que é educador/a?

Por outro lado, vemos nessa estratégia a intensificação do pastorado na atualidade. Rose (2001a) vê a relação pastoral como:

Uma relação de acompanhamento espiritual entre uma figura de autoridade e cada membro de seu rebanho, corporificando técnicas tais como a confissão e a exposição do eu, a exemplaridade e o discipulado, incorporado à pessoa por meio de uma variedade de esquemas de auto-inspeção, auto-suspeição, exposição do eu, autodeciframento e autoformação (p. 38).

Neste sentido, Foucault (2006), considerava que a partir da laicização do poder pastoral na Modernidade, não houve substituição dele, mas “intensificação, multiplicação, proliferação geral do tema e das técnicas da conduta. Com o século XVI entramos na era das condutas, na era das direções, na era dos governos” (p. 268); e a Pedagogia, Medicina e Psicologia, assumiram o poder pastoral em suas instituições, discursos e práticas, junto com a obediência e autoridade que o caracteriza.

Recorrer ao termo educativo para descrever as ações que visam mudar comportamentos nos homens pode ser lido, então, como uma regra de produção da verdade nos processos de intervenção com homens, estabelecendo uma posição de autoridade, “o/a educador/a”, aquele/a que sabe, e a posição de discípulo para quem precisa ser “educado”: os homens. Para Foucault (1999), jogos de verdade são o conjunto de regras e procedimentos de produção da verdade, de definição do válido ou não.

Retornando à interpretação do MH como artefato pedagógico, interessa-me mostrar, além da presença recorrente de termos do discurso pedagógico, outros argumentos para sustentar esta ideia. Como foi dito anteriormente, neste

estudo, a educação não é compreendida como algo exclusivo dos locais que comumente são considerados instituições formais de ensino como as escolas e as universidades. Desde uma perspectiva mais ampla – da qual compartilho –, é possível encontrar interesses em ensinar alguma coisa fora dos espaços escolares. Entram em ação múltiplos investimentos que insistem em nos dizer como pensar e agir, em nos educar segundo determinadas aspirações. Por fim, o MH participa ativamente da produção de identidades masculinas, da produção do que nele se considera “homens diferentes”. A partir dos questionamentos e objetivos do manual, as temáticas que aborda, as técnicas que propõe para o trabalho grupal com homens, etc., o manual constrói representações do que deve ser um homem nestes ditos “novos tempos”.

Considero, portanto, que o manual exerce uma pedagogia, pois persegue mudar maneiras de pensar, comportamentos e atitudes. Abordando este tema, Larrosa (2002), chama a atenção para pensar artefatos e práticas pedagógicas como “aquelas nas quais se produz ou se transforma a experiência que as pessoas têm de si mesmas” (p. 36). Tais práticas pedagógicas podem estar em grupos de terapia, reuniões de grupos políticos, manuais, rituais de família, livros de autoajuda ou campanhas de saúde. Portanto, o MH se constitui como um artefato pedagógico e exerce uma pedagogia na medida em que produz e transforma experiências e práticas de masculinidades. O manual produz e veicula representações de gênero, ensina valores, comportamentos, atitudes, modos de ser e de viver o “masculino” e essas “lições”, como foi explicado, têm “efeitos de verdade” e contribuem para produzir sujeitos. Sua função educativa evidencia-se no propósito explícito de ensinar modos diferentes de ser homens.

Penso que seja importante me deter em sublinhar a singularidade do MH como artefato pedagógico voltado ao trabalho com homens, pois ele não é apenas um manual que ensina como ser homens, senão um manual que persegue posicionar-se na contramão de representações e significados sobre o masculino valorizados e naturalizados socialmente. Seu propósito é produzir homens diferentes, que sejam respeitosos, pais responsáveis e que valorizem o cuidado de si e de outras pessoas, instituindo outras formas de pensar e atuar, produzindo representações de masculinidades, desenvolvendo pedagogias de

gênero e exercendo-as sobre os homens que participam direta ou indiretamente das atividades e projetos, constituindo, dessa forma, uma “nova” pedagogia de masculinidade.

3.3 As análises do MH

É pertinente começar esclarecendo que o propósito das análises nesta tese não passa por “destruir” o manual ou alguma parte de seu conteúdo, colocando-se, assim, numa posição de avaliador “especialista” em manuais sobre masculinidades. Essa posição centraria minhas análises em avaliar a “funcionalidade” do manual, ou seja, não questionar as verdades que circulam nele e indagar se ele produz “realmente” as mudanças comportamentais que propõe. Também não estou me propondo verificar se as estatísticas que são utilizadas para mostrar que os homens estão mais envolvidos que as mulheres em acidentes, agressões físicas, suicídio ou consumo de drogas são “verdadeiras” ou não. Muito menos me preocupam a qualidade da escrita do manual, da apresentação visual ou das ilustrações. Análises dessa ordem estariam centradas em criticar as pessoas e as instituições que elaboraram o MH, mas, no entanto, na perspectiva em que estou situado, não há responsáveis, culpados, vítimas ou mesmo autoria (isto é, a designação de um autor responsável pela produção do Manual). Não cabe, isto posto, uma análise que objetive definir o que tem o manual de certo/errado, adequado/inadequado ou bom/mau. O interesse é outro, pois a materialidade do manual é um produto do entrecruzamento de vários discursos que têm ganhado legitimidade na atualidade.

[...] é o discurso (médico, do senso comum, religioso, moral, etc. e não um indivíduo [...] um programa de saúde [...] ou uma instituição social isolada [...] que o enuncia ou veicula, que produz aquilo que re-conhecemos, por exemplo, como modos adequados de viver o gênero e a sexualidade, em um dado momento e contexto. Indivíduos e instituições, sempre já sujeitos de determinados discursos, podem estar produzindo ‘textos particulares’, mas estão operando dentro dos regimes de verdade de uma época e cultura específicas, que tornam esses textos possíveis e necessários (MEYER, et.al., 2004, p. 53-54).

Em vista disso, o que me move, nesta análise, é tomar o conteúdo do manual como suporte para discussões sobre questões que transcendem a superfície específica do texto e sua autoria para chegar ao plano dos discursos e das relações de poder através do exame das pedagogias de gênero constituídas no manual. Nesta direção, assumo um relativo distanciamento de uma posição que avalia e sanciona –e não teria como não ser diferente, pois estou imerso e conectado, pela minha própria história pessoal, com as verdades ditas no MH.

Pretendo analisar como narrativas que se apresentam como alternativas ou não dominantes buscam instituir-se, capturar os homens nas redes de seus discursos e produzir outras masculinidades: autocontroladas; não agressivas; que assumam a paternidade responsabilmente e que cuidem de si e de outras pessoas. Em outras palavras, isso equivale a descrever analiticamente como “funciona” uma prática cultural que visa a constituir outras concepções e coordenar/administrar as formas como agimos.

Partindo destes esclarecimentos, este estudo alia-se àqueles que vem sendo realizados com bastante expressividade nos últimos anos no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU), da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Investimentos na perspectiva descrita têm constituído o PPGEDU/UFRGS como um cenário de produção de pesquisas sobre corpo, gênero, sexualidade, maternidade, paternidade, infância, problematizando relações de saber-poder-verdade. Assim, estas pesquisas, como adverte Meyer (2012):

[...] estão menos preocupadas em buscar respostas para o que as coisas de fato são, e se preocupam mais em descrever e problematizar processos por meio dos quais significados e saberes específicos são produzidos, no contexto de determinadas relações de poder, com certas consequências para determinados indivíduos e/ou grupos (p. 51).

Parto do pressuposto de que há um (re)arranjo de agenciamentos entre os discursos contidos no MH, posto em ação para garantir a condução da conduta dos homens a partir da estratégia do “homem como aliado”; e é com o intuito de compreender a dinâmica de objetivação/subjetivação de

“masculinidades alternativas”, em sintonia com os diversos saberes e discursos que convergem no MH, que valorizo a relevância do exame deste artefato. Passo, no que se segue, a pontuar as escolhas metodológicas que definiram um certo arranjo analítico.

Neste sentido, a análise documental constituiu a ferramenta principal que possibilitou a problematização do MH. Segundo Lemos et. al. (2010), os documentos constituem em si um conjunto de práticas discursivas e podem ser assumidos como acontecimentos. Documentos como o MH estão inseridos num contexto histórico, cultural e político específico e são elaborados no meio de tensões, enfrentamentos, rupturas e ressignificações discursivas. A análise documental supõe como instrumento a indagação temático-dinâmica do MH, baseando-me na forma como concebo o material de análise da pesquisa. Penso o MH não apenas como documento textual, senão um artefato vivo – ainda que não possa dizer que possui vida própria, pois ele emerge nas redes discursivas atuais. É precisamente na polifonia do manual que radica seu dinamismo, pois o seu grande propósito não é apenas ser lido, senão estimular e multiplicar ações de intervenção nos comportamentos e atitudes dos homens seguindo as orientações ali expostas. Nisso se concentra a potência e o dinamismo que faz do manual um texto “máquina”. Ele começa a funcionar de forma mais efetiva e produtiva depois da última página, quando o/a leitor/a corresponde à convocatória de se tornar educador e se apropria das verdades ali registradas, colocando em ação estes saberes para se autogovernar ou governar/ensinar como outros homens devem ser. Neste sentido, estou interessado tanto no conteúdo do manual, aquilo que ele explicita, quanto no que o manual aciona, promove e estimula. O manual em questão é, assim, visto como um artefato cultural intenso, dinâmico e produtivo precisamente porque (re)inventa e (re)creia sentidos, promove ensinamentos que levam ao desdobramento de outras masculinidades e feminilidades, estimula o governo das masculinidades, estabelece hierarquias e gera novos arranjos e subjetividades, disseminando e produzindo saberes. Tais artefatos “inventam sentidos que circulam e operam nas arenas culturais onde o significado é negociado e as hierarquias são estabelecidas” (COSTA, SIVEIRA, SOMMER, 2003, p. 38).

Nesse empreendimento analítico – e a partir da analítica discursiva aqui adotada – resisto à busca do sentido oculto das palavras, bem como à procura de “reais” intenções por trás do dito. Em outras palavras, nada está oculto, nada está por detrás, cabe, portanto, analisar aquilo que está ali dito e, conseqüentemente, aquilo que – em oposição ao dito – ficou de fora. A partir desta compreensão – e tal como venho apontando até aqui –, o MH é um produto histórico-cultural e político que, ao mesmo tempo, produz práticas e sujeitos. É relevante, sem dúvidas, o que ele diz, porém é necessário que nos detenhamos no que ele faz além de nomear coisas, pois “certamente, os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. [...] É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (FOUCAULT, 1986, p. 56).

A indagação temático-dinâmica dos cinco cadernos esteve marcada por movimentos que foram desde o que que considerei específico em cada caderno até aquilo que visualizei como geral em todos eles. Me interessa o que cada caderno apresenta singularmente, os discursos que nele ganham destaque quando coloca comportamentos em questão e o que ele traz de alternativo em contraposição com o que questiona. E também, as continuidades e descontinuidades ao pensar as masculinidades e suas mudanças.

Cada caderno, inicialmente, foi descrito página a página, registrando os temas e conteúdo de cada um. Considerei esse primeiro material descritivo como exercício indagatório preliminar. Ele possibilitou a familiarização com o MH e também funcionou, a partir do campo teórico que me serve de referente, como disparador dos primeiros interrogantes que elaborei em torno ao manual.

Em outra ordem, não necessariamente cronológica, mas bem mais analítica, procedi ao agrupamento de esses interrogantes iniciais que nortearam as problematizações que me interessaram e que delimitaram as discussões que apresento. Dessa maneira, organizei minhas análises em quatro eixos temáticos que integram os interrogantes expostos na parte introdutória e que me possibilitaram cumprir como o objetivo proposto: examinar as pedagogias de gênero do *MH* voltadas ao público masculino. Intitulei os eixos temáticos como indico a seguir: a) problemáticas e questionamentos no MH; b) alternativas que

se propõem; c) os instrumentos para educar aos homens; d) paradoxos, contradições e possíveis efeitos do manual.

As pedagogias de gênero, entendidas como formas de governo que buscam ensinar, segundo determinados ideais, como homens e mulheres devem ser, constitui a categoria central das análises desta tese, em torno da qual giram os interrogantes que deram corpo aos eixos temáticos. Para essas indagações, inspiro-me na desconstrução, termo utilizado por Derrida (1973) para descrever o procedimento pelo qual um texto pode ser lido buscando suas contradições e ambiguidades. No entanto, utilizo-me da desconstrução num sentido mais amplo, interpretando-a como um processo analítico que envolve operações e mecanismos de questionamento, deslocamento, estranhamento e problematização.

A partir dessas operações sobre um artefato e no campo de análises culturais sobre identidades e significações de gênero, podemos revelar as naturalizações, essencialismos, universalismos e fundacionalismos que um determinado texto pode (re)produzir. Valorizo a potencialidade do exercício desconstrutivo que procurei colocar em prática para desestabilizar a lógica que define um lugar “natural”, estável e fixo para os gêneros. Neste sentido, a desconstrução opera contra essa lógica, ela possibilita notar que a oposição é algo construído. A desconstrução, como afirma Louro (1999), “sugere que se busquem os processos e as condições que estabeleceram os termos da polaridade. Supõe que se historicize a polaridade e a hierarquia nela implícita” (p.32). Portanto,

Desconstruir um discurso implicaria em minar, escavar, perturbar e subverter os termos que afirma e sobre os quais o próprio discurso se afirma [...] Portanto, ao se eleger a desconstrução como procedimento metodológico, está se indicando um modo de questionar ou de analisar e está se apostando que esse modo de análise pode ser útil para desestabilizar binarismos lingüísticos e conceituais [...] A operação sugere também o quanto cada polo é, em si mesmo, fragmentado e plural (LOURO, 2001).

Uma indagação temático-dinâmica em torno das pedagogias de gênero no MH, inspirada na desconstrução no seu sentido amplo (e não exclusivamente

derrideano), me conduz a prestar atenção aos modos como são apresentadas determinadas problemáticas para questionar representações e comportamentos naturalizados e estimulados culturalmente nos homens. Assim, essa análise cultural de gênero, me faz pensar em perguntas sobre o que, por que, como e para quê das pedagogias de gênero no MH: o que se ensina sobre como ser homens no MH? Por que é necessário um manual deste tipo? Como são pensadas as identidades no manual? Como o manual desestabiliza essencialismos e dialoga com as pluralidades das masculinidades e com as condições histórico culturais dos homens que pretende mudar? Quais discursos legitimam os ideais que norteiam os investimentos pedagógicos que o manual incita? Para que se ensina? Como se ensina? Quem ensina e quem demanda homens diferentes? Para que precisamos de mudanças nos homens? Questionando estas pedagogias, aproximo-me do MH para as análises propostas. Uma aproximação desconfiada e questionadora sobre o que ele “diz”, “faz” e “desencadeia”.

Desconstruir as pedagogias de gênero no MH sugere questionar seu conteúdo, desarticular seus mecanismos de produção e sustentação e refletir sobre seus efeitos, o que envolve necessariamente discussões sobre relações de saber-poder-verdade. Os discursos que encontram destaque no MH são decorrentes de (re)articulações histórico-culturais e do entrecruzamento de múltiplos interesses e relações de poder, que garantam a validade e legitimidade para a instituição desses saberes sobre as masculinidades. Não é possível imaginar esses processos de legitimação de “verdades” sobre as masculinidades sem pensá-los em detrimento de outros saberes, talvez “não cientificamente verdadeiros” e, portanto, menos aceitos. Desconstruir e desestabilizar essas epistêmes e visibilizar suas condições de emergência e constituição é o que me parece necessário e produtivo como homem e como pesquisador.

4. NOMEAR PARA CAPTURAR OS HOMENS COMO OBJETO DE ESTUDO E INTERVENÇÃO

Neste capítulo pretendo mostrar e analisar os caminhos, tensões, continuidades, rupturas, particularidades e posicionamentos na construção da noção do masculino como problema, assim como os investimentos em termos de governo que tais questionamentos e problematizações vêm desencadeando.

4.1 O masculino como norma

A consolidação histórica da construção do masculino como norma, vinculado à razão e à autoridade, aparece reiteradamente na maioria das sociedades ocidentais contemporâneas (CONNEL, 2003; BONINO, 1997; CABRÉ; SALMÓN, 2013; KRIEGER; FEE, 1994). O uso dos termos “homem” ou “homens” para nomear a humanidade pode parecer uma questão de economia linguística para muitas pessoas, mas tal uso engloba questões de ordem política muito relevantes, as quais terminam (re)produzindo hierarquias, invisibilidades e exclusões. Interpreta-se o masculino, tal como neste caso, em um sentido primário a partir do qual se produz um silenciamento ou secundarização de tudo aquilo que se considera derivado ou desviado do legitimamente masculino.

Diferentes pesquisas desenvolvidas no campo dos Estudos de Gênero e dos Estudos Feministas vêm mostrando que a construção de binarismos marca as maneiras como somos interpretados e posicionados socialmente. Os binarismos expressam dois elementos, qualidades ou práticas que se consideram opostos e incompatíveis, estabelecendo um desequilíbrio e uma relação hierárquica e valorativa onde um polo do par binário é o positivo, a norma ou padrão, e o seu oposto é tido como o negativo, o outro, o derivado, o desvio. Os binarismos refletem uma racionalidade ocidental que tenta reduzir e delimitar as coisas de forma excludente em boas/ruins; certas/erradas; normais/anormais, como se tais definições não estivessem entrecruzadas nem fossem transitórias, relativas e instáveis (LOURO, 1995, 1999; BUTLER, 1999; BESSA, 1998).

As relações de gênero têm sido construídas a partir do par binário homem/mulher, concentrando a origem, o primário, o positivo, no masculino, e o secundário, a “costela”, o negativo, no feminino (BUTLER, 1999; SWAIN, 2001). Em conexão com esta disparidade, circulam, hoje, os mais variados binarismos que (re)creiam essa noção hierárquica e assimétrica entre o masculino e o feminino: forte/fraco; racional/emocional; público/privado; sujeito/objeto; ativo/passivo; produção/reprodução (LOURO, 1995). Todos estes binarismos possuem tal poder de significação em nossas sociedades ocidentais que poucas vezes precisam ser explicados. É suficiente escutá-los para já imaginar a qual polo se está outorgando menor valor. Cada par binário alimenta, reitera e reforça os outros, configurando um complexo e múltiplo sistema de interpretação e definição difícil de demolir.

Como já vimos, esses binarismos “dizem” muitas coisas sobre hierarquias entre masculino e feminino. Masculino e feminino não estão apenas designando anatomias. São qualidades que transcendem os limites do fisiológico para se espalhar por todo o corpo social, adjetivando, como masculino ou feminino, gestos, comportamentos, cores, posições sexuais, bebidas, carros, roupas, músicas, estilos de direção, esportes, profissões, programas de TV, gêneros literários, tarefas domésticas e assim por diante. No entanto, o interessante é advertir como estas adjetivações não são descontinuas nem heterogêneas em relação à valorização do masculino. A centralidade do sujeito racional masculino como norma, como o mais valorizado, como referente e padrão, é continuamente reiterada, de alguma maneira, em cada adjetivação (BONINO, 1997; MONTESINOS, 2005)

Nesta perspectiva, norma não remete a alguém que manda ou a algo que se impõe. A validade da norma “provém do fato de não se impor” (EWALD, 1993, p. 110), não há soberano por detrás da norma e ela sempre estabelece um ponto, uma medida, um padrão, um critério de julgamento e comparação, seja construída através da coincidência com uma média estatística ou a partir da definição de um ideal, como no caso específico do sujeito masculino. Temos assim, por um lado, normas baseadas na expressão média populacional de determinado fenômeno, processo ou qualidade, como, por exemplo, a inteligência ou a aparição da semenarca – primeira ejaculação masculina. E, por

outro lado, normas suportadas na noção de um sujeito/identidade ou prática ideal-referente-valorizada (como o masculino, a masculinidade heterossexual, a feminilidade heterossexual, a mulher-mãe-cuidadora), ou em indicadores desejados/necessários para atingir alguns fins pedagógicos, produtivos ou políticos (rendimento dos/as trabalhadores/as, quantidade de filhos/as). No entanto, é o ideal contido na norma o que condicionará sua coincidência ou não com a média aritmética ou regularidade populacional, portanto, a norma sempre reflete um ideal determinado que aciona os mecanismos indispensáveis para a avaliação de um fenómeno ou processo e sua intervenção/condução, tanto para mantê-lo nesses parâmetros da média aritmética, quanto para corrigi-lo se necessário. Em qualquer caso, a norma “produz individualidades através de modos de comparação que estabelecem medidas comuns, regras de julgamento, parâmetros voltados para a formatação minuciosa de todas as individualidades e, ao mesmo tempo, de cada uma delas” (RATTO, 2004, p. 52).

Os exemplos que ilustram e (re)produzem o domínio do masculino como norma, e que ao mesmo tempo revelam mecanismos de perpetuação desta lógica, tomam corpo nos mais diversos discursos. Um estudo realizado nos textos modernos de medicina mostrou que a anatomia masculina continua sendo apresentada como modelo fundamental da anatomia humana ao escolher ilustrações masculinas para explicar características do corpo humano, organizar subseções “femininas” separadas dos capítulos gerais e descrever regiões do corpo feminino como alterações do corpo masculino (CABRÉ; SALMÓN, 2013). A organização dos textos e o vocabulário simplesmente impedem que o corpo feminino seja conhecido sem que antes tenha sido abordado o masculino, reiterando-o como norma, como o primário. Ou seja, homens e mulheres são representados diferenciadamente na literatura biomédica: o masculino como norma e o feminino como o “outro”, secundário, especial, desviante (KRIEGER; FEE, 1994).

Também não é de estranhar que no campo da história, os efeitos do discurso da centralidade do masculino, também sejam visíveis, refletindo e confirmando a dependência simbólica do feminino. São várias as feministas que vêm denunciando a incompletude de uma história que tem ignorado e excluído as mulheres (SCOTT, 1995; PERROT, 1992; RUBIN, 1986; BEAUVOIR, 1990).

Elas defendem que o conhecimento histórico não é uma narrativa fiel de fatos, senão um modo de compreensão que, ao mesmo tempo, se insere no processo através do qual o gênero é produzido, desvalorizando e silenciando aquelas expressões que representam um desvio ou ameaçam a essa norma. Segundo Foucault (2007), a norma diferencia

[...] os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto – que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto. [...] A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza (p. 152-153).

Na psicanálise de Sigmund Freud (2007), os homens também encontram um lugar privilegiado e esta não parece ter sido uma opção teórica aleatória (BUTLER, 1999; BOURDIEU, 1995). Numa época de intenso domínio de paradigmas biologicistas para explicar as divisões de gênero, Freud (re)criou o modelo binário típico da tradição patriarcal, outorgando universalidade ao masculino e particularidade ao feminino. Isto, sem dúvida, trouxe matizes significativos nas teorizações do autor com relação à constituição subjetiva feminina, sendo essa interpretada necessariamente como mais problemática e ininteligível que a masculina.

Quando nos detemos no aspecto facial, na procedência e no corpo “deste masculino central”, constituído como norma e representação da humanidade, suas imagens na Modernidade Ocidental revelam a valorização de um homem branco, heterossexual, bem como exaltam narrativas em tons heroicos daquele que sabe como agir e sair dos desafios. Esta representação de masculinidade é também a mais protegida como patrimônio universal que não pode ser ameaçado nem colocado em perigo, muito menos “exterminado” por outra identidade menos valorizada. Trata-se, assim, de uma representação masculina que, por ser hegemônica (CONNELL, 2003), (ou seja, por ter se apresentado como a “natural”, precisamente porque foram estes homens os que “contaram” a história), não é muito discutida e problematizada. Nesse sentido, Connell e Messerschmidt (2013), sublinham que

A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (p. 245).

Louro (2000) refere, entretanto, que essa masculinidade, apresentada como “tão natural” é, também, curiosamente, a identidade mais vigiada e controlada.

O referencial falocêntrico, patriarcal, androcêntrico ou falogocêntrico (DERRIDA, 1973), tem marcado grande parte da história da humanidade, destacando a centralidade do masculino na cultura, história, ciência, política e nas relações de gênero. Desta maneira, tem se instituído um discurso que posiciona o masculino como norma, supostamente objetiva e neutra de todo o humano, como adverte Silva (2000):

Fixar uma identidade como norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades. [...] Normalizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. [...] A identidade normal é "natural", desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como *a* identidade (grifos do autor) (p. 83).

A (re)afirmação do masculino como “primeiro sexo” supõe a nulidade do seu questionamento pois na medida que ganha este *status*, define-se também como o padrão, o centro, o não problemático. No círculo imaginário que estabelece a constituição da norma, quem está no centro é precisamente aquilo que não se discute, que não precisa ser explicado, mas nem por isso permanentemente inquestionável.

4.2 Um artefato com defeitos

Badinter (1993) afirma que “a virilidade não é algo concedido, a virilidade deve ser construída, digamos, fabricada. O homem é, portanto, uma espécie de

artefato e, como tal, corre o risco de ser defeituoso” (p. 18-19). Vemos nas palavras da autora uma clara intenção em desestabilizar a tão estendida noção do masculino como norma que por muito tempo limitou sua “captura” pela ciência. Mencionemos, por exemplo, o Dicionário das Ciências Médicas, editado por Charles Louis Panckouck, de 1812 à 1822, que dedicou mais de 100 páginas às doenças de mulheres.

O feminino tem sido muito mais visado pela ciência até o ponto de merecer uma atenção exclusiva através da Ginecologia, questão que até agora não aconteceu no caso dos homens, pois a Andrologia continua sendo uma subárea da Urologia que não conseguiu conquistar o mesmo grau de sistematicidade e reconhecimento (ROHDEN, 2012). Como refere Heilborn (1998) “submeter os homens – seu organismo, seu comportamento ou os valores socialmente atribuídos ao gênero masculino – ao crivo da especulação científica parece ter sido tarefa bem mais complicada” (p. 359).

No entanto, a tendência histórica de considerar o masculino como “intocável” está sendo revertida a partir de vários estudos que mostram como alguns homens vêm sendo alvo de grandes preocupações nas últimas décadas em função de diversas doenças e problemas (NASCIMENTO; CARRARA, 2012; MEDRADO; LYRA, 2012). Destaco “alguns homens” ao invés de “os homens” de modo proposital, pois se este parágrafo fosse lido por um homem homossexual, por exemplo, ele poderia dizer que não percebe nenhuma novidade, pois além das mulheres, os homens homossexuais vêm sendo considerados um “artefato com defeito” há bastante tempo. Mulheres e homens homossexuais, dentre outras existências, têm sido construídos como desviantes, seja por “carências”, por “deficiências” ou por “excessos”. Além disso, têm-se produzido as mais variadas patologizações, intervenções e exclusões sobre seus corpos.

Isso não significa que eu esteja ignorando uma parte expressiva de saberes e intervenções voltados à população masculina e que vêm sendo produzidos, por exemplo, no campo da Medicina, para garantir/otimizar o funcionamento de corpos masculinos, principalmente em relação à capacidade de fecundar, penetrar ou manter a força muscular, altamente valorizados no modelo normativo masculino. Essas intervenções, sem dúvida, constituem

formas de administrar seus corpos, porém, elas têm se articulado no sentido de reiterar a norma e não de desestabilizá-la.

Interessa-me chamar a atenção para um conjunto de investimentos com um diferencial interessante: o questionamento do masculino instituído como norma, como referente e representante universal da espécie humana. Ou seja, aqueles esforços na direção de mostrar problemas naquilo que, por muito tempo, vem se pensando como superior e ideal, inclusive por algumas correntes dentro do próprio movimento feminista, as quais defendiam muitos atributos associados ao ser homens como referente de mudanças para as mulheres (MONTESINOS, 2000).

Nessa direção, vêm circulando muitas produções que constroem vínculos entre esse masculino tido como referente de normalidade e problemáticas já reconhecidas como de significativa preocupação social. Definitivamente, os homens, enquanto gênero, começam a ser transformados de forma intensiva em objeto de ciência. Esse não parece ser um processo neutro e sem convergência de interesses, como se a masculinidade e os problemas a ela associados estivessem estado sempre lá aguardando por alguém com um olhar científico mais agudo e com ferramentas metodológicas mais potentes para descobri-las. Já sabemos que o modo como a ciência constrói seus objetos de estudo não é uma operação simples, nem seus efeitos sociais podem ser facilmente previstos (FOUCAULT, 1986).

Desde a década de 1970, começaram a chamar a atenção nos Estados Unidos e outros países (Austrália, Canadá e Reino Unido), um grupo de produções teóricas – conhecidos como *men's studies* – que assumiram o ser homens como objeto de estudo. Esse interesse, em alguns textos, é interpretado como um desdobramento da tão falada “crise” masculina associada aos questionamentos dos movimentos homossexual e feminista, à perda de espaços e poderes, aos desencontros nos casais heterossexuais diante das “novas” posições das mulheres e às demandas de “novas masculinidades”. Na perspectiva desses estudos, os homens encontraram-se no centro de inúmeras denúncias: opressão, violência, assédio sexual, homofobia, discriminação, e a masculinidade passou a ser percebida não como algo universal, mas como uma identidade específica. Dessa maneira, o poder masculino e a

heteronormatividade se constituíram como focos principais de questionamentos destacando-se que, em nome desse poder e da valorização da heterossexualidade, a humanidade já viu – e continua vendo – todo o tipo de atrocidades (mulheres maltratadas, roubadas, encerradas, agredidas, assassinadas, queimadas, estupradas, discriminadas, castigadas, subjugadas). A lista pode ser completada com crianças, homossexuais, travestis, negros, pessoas idosas e tudo o que possa carregar alguma marca interpretada como inferior ou desviante. O paradigma falocêntrico que fundamenta as hierarquias de gênero tinha sido colocado radicalmente em discussão.

O interesse nessa nova especificidade científica se estendeu rapidamente, fazendo com que especialistas da Psicologia, Sociologia, Antropologia, História, Medicina, tivessem que dizer alguma coisa sobre o novo objeto, principalmente para mostrar o quanto o *status* de sujeito universal e as posições de domínio e controle carregavam também consequências negativas para os próprios homens. São emblemáticos alguns textos acadêmicos, ou parte deles, que se espalharam vertiginosamente dentro e fora dos países dos/as autores/as. Esses estudos abarcaram as mais diversas “problemáticas masculinas”, enfatizando o caráter nocivo de alguns comportamentos nos homens que prejudicam às mulheres e aos outros homens, além de seu efeito autodestrutivo: *The Hazards of Being Male* (Os perigos de ser homem) (GOLDBERG, 1977); *Mortalidad en la adolescencia y estereotipos masculinos* (BONINO, 1989); *Hombres, placer, poder y cambio* (KAUFMAN, 1989); *Changing Men: New Directions in the Study of Men and Masculinity* (Novos Rumos no Estudo de Homens e Masculinidade) (KIMMEL, 1989); *XY, de l'identité masculine* (BADINTER, 1993); *Masculinities* (Masculinidades) (CONNELL, 2003); *Virilidad ¿Conocemos el costo de ser hombres?* (ARÉS, 1996); *El varón como factor de riesgo: masculinidad, salud mental y salud reproductiva* (DE KEIJZER, 1997); e *La Domination masculine* (BOURDIEU, 1998). Outros estudos tentavam apresentar uma masculinidade desorientada ou em crise diante das mudanças nas relações sociais de modo geral e particularmente nas relações de gênero, enfrentando múltiplas dificuldades (NOLASCO, 1993,1995).

Se produz assim um arranjo interessante, pois, na medida em que o masculino era estudado, mais argumentos “emergiam” para sustentar a vontade de saber – e conseqüentemente – de intervir, mudar e administrar os corpos masculinos. Não é por acaso que na década de 1990 e nos anos iniciais do século XXI, ao mesmo tempo em se observa uma multiplicação vertiginosa de artigos e livros problematizando o masculino, o tema ganha espaço em conferencias internacionais (como detalharei mais adiante), e surgem múltiplas instituições, organizações e metodologias para intervir sobre as masculinidades.

Paralelamente, se organizam também eventos para discutir sobre as masculinidades e trocar experiências de trabalho com homens. Na América Latina, por exemplo, em 1997, a Bolívia organiza um *Taller Nacional sobre Masculinidades* e, em 1998, se realiza no México o *Simposio Internacional Participación masculina en la salud sexual y reproductiva: nuevos paradigmas*; no Chile, a *Conferencia Regional La equidad de género en América Latina y El Caribe: desafíos desde la identidad masculina*; e na Nicarágua, o *Primer Encuentro Nacional de hombres contra la violencia*. Houve uma explosão internacional de instituições, principalmente ONGs, que incorporaram o trabalho com homens como um objetivo principal ou surgiram a partir deste propósito, de modo que, já no ano 2000, foi possível realizar, no México, o *Primer Encuentro de Organizaciones Civiles que trabajan con hombres*.

Porém, os processos associados à emergência e à importância que o assunto foi ganhando em diversos países possuem singularidades contextuais, assim como os rumos e contornos que tais preocupações e abordagens tomaram. Especificamente no Brasil, o interesse pelo estudo das masculinidades, segundo Heilborn (1998), parece estar associado aos compromissos com “certa agenda política internacional aliada à nossa costumeira incorporação de temas das ciências sociais da moda” (p. 360). A visibilidade do tema se insere num panorama internacional onde a temática parece ter ganhado importância a partir do espaço que os homens começaram a ter nas Conferências das Nações Unidas, ressaltando seu necessário envolvimento para diminuir a violência e atingir as metas de equidade de gênero, e, em consequência, a inclusão do trabalho com homens nas prioridades dos governos e das agências e fundações que financiam projetos de intervenção

social. Por exemplo, o Relatório da Conferência Mundial de População de Cairo ressaltou a função social e familiar dos homens e as suas responsabilidades nos comportamentos sexuais e reprodutivos (FNUAP, 1995). A Avaliação do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, aborda a necessidade dos homens respeitar os direitos humanos das mulheres, cuidar da saúde delas, dividir as responsabilidades da casa, participar no cuidado da criança e dos/as filhos/as, bem como eliminar a violência sexual e outros tipos de violência (FNUAP, 1999). Assim, é possível dizer que se, antes, o estudo das masculinidades estava na moda, agora também passaria a se constituir como uma demanda internacional, uma prioridade governamental e um tema financiável.

No artigo *Capturados pelo sexo: a medicalização da sexualidade masculina em dois momentos*, (ROHDEN, 2012), a autora afirma que o interesse no masculino no contexto brasileiro associa-se também à luta contra as doenças venéreas. Ela destaca o investimento da medicina e do Estado na exigência de um maior autocontrole como uma das medidas de superação do problema e este investimento, focado no autocontrole do “impulso sexual” e dos prazeres sexuais, estava direcionado (com bastante ênfase) ao comportamento sexual masculino, considerado desordenado e irresponsável a partir das tradicionais prerrogativas masculinas que privilegiam a sucessiva conquista das mulheres e a superpotência masculina:

Era o poder dos homens sobre seu corpo que estava em questão, e para atingi-lo parece ter sido necessário nada menos que um mal absoluto, apocalíptico, como foi a sífilis no período considerado. Não me parece gratuito o fato de ter sido justamente no âmbito de uma luta antivenérea que se tenha gestado uma andrologia, uma ciência dos 'problemas sexuais' masculinos. Parece ter sido justamente através das doenças venéreas que os homens se transformaram mais facilmente em pacientes, e sua masculinidade em objeto passível de intervenção (CARRARA, 1996).

A visão dos homens como problemáticos, nocivos e perigosos, estimulou as indagações em torno do masculino. Além da violência e das doenças venéreas também foram produzidas outras estatísticas em que os homens eram destacados. É possível encontrar uma compilação destas cifras no Programa

Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem¹⁵, do Brasil. No texto do Programa, afirma-se que:

[...] a maior parte da população carcerária do país é formada por homens [...] tanto o uso nocivo quanto a dependência do álcool predominam entre os homens, sendo em média quatro vezes mais comum do que entre mulheres. [...] As internações de homens por uso de álcool representaram neste mesmo universo 20% das internações [...] os homens usam cigarros também com maior frequência que as mulheres. [...] A taxa de mortalidade masculina é maior que a feminina para todos os grupos de idade [...] os adolescentes homens são o principal grupo de risco para mortalidade por homicídio na população brasileira [...] Do total de óbitos do sexo masculino por causas externas, ocorridos em 2005, 40.3% foram por homicídios, 30 % por acidentes de transporte, 7.4% por suicídios (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Homens, 2008, p. 13-23)¹⁶.

Assim, esta produção intensa de problemáticas e tabelas de morbimortalidade envolvendo aos homens articula-se com as possibilidades de financiamento de estudos e intervenções focados na população masculina como resultado de seu destaque em conferências internacionais e programas nacionais governamentais, no meio de um quadro epidemiológico de doenças venéreas que assinala aos homens como veículo de transmissão destas infecções.

Vejamos então quais são os questionamentos que ganham espaço no MH e como eles são apresentados.

4.3 Entre problemas e riscos: Por que focar atenção nos rapazes?

Ainda que o questionamento de alguns comportamentos dos homens seja um tema transversal do MH, o material reserva uma subseção inicial para sua abordagem. A subseção apresenta brevemente as situações e problemáticas que, em termos gerais, justificam a elaboração de um manual deste tipo direcionado aos homens jovens, aparece sob o título: *Por que focar*

¹⁵ Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2008/PT-09-CONS.pdf>>

¹⁶ Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2008/PT-09-CONS.pdf>>

atenção nos rapazes? Ademais, em cada caderno, no primeiro módulo, intitulado *O quê e o porquê*, agregam-se informações mais extensas e detalhadas em correspondência com a problemática central de cada caderno: saúde sexual e reprodutiva; paternidade e cuidado; violência e convivência; prevenção de HIV/AIDS e viver com HIV/AIDS; e razões e emoções.

É possível afirmar que as informações contidas nas partes citadas e em outras seções do manual em torno à necessidade de intervenção nos comportamentos nos homens, em geral, e jovens, em particular, conformam uma caracterização problemática que engloba várias preocupações que envolvem os homens.

A primeira questão incluída nessa caracterização problemática é a preocupação com relação à AIDS, advertindo que: “o comportamento deles constitui um fator que os coloca em situações de risco, bem como às suas parceiras e parceiros” (MH, v. 1, p. 9)¹⁷. Essa afirmação é legitimada com a seguinte citação: “a epidemia de HIV é conduzida por homens (...) é o comportamento sexual e o uso de drogas de uma grande minoria de homens que possibilita a propagação do vírus” (FOREMAN, 1999, p. 8, apud MH, v. 5, p. 21). Da mesma maneira, afirma-se que existem outros custos associados com alguns aspectos tradicionais das masculinidades:

[...]maiores taxas de morte por acidentes de trânsito, suicídio e violência do que as meninas, assim como o consumo de álcool e drogas (MH, v.1, p. 9).

[...] primeiro lugar em número de homicídios, as maiores taxas de tentativa de suicídio, de morte por acidentes, principalmente envolvendo veículos a motor, de uso excessivo de bebida alcoólica e drogas psicotrópicas ilícitas (MH, v.2, p. 24).

A lista completa-se com algumas problemáticas ou preocupações que envolvem aos homens:

¹⁷ Como o manual está integrado por cinco cadernos, preferi me referir a eles como volumes 1, 2, 3, 4, e 5, para facilitar as citações. Dessa forma, ao citar o primeiro caderno, colocarei (MH, v.1) e assim sucessivamente com os restantes.

[...] pouco envolvimento com o cuidado com as crianças (MH, v.1, p. 9).

[...] pouca participação nas questões de saúde sexual reprodutiva (MH, v. 1, p. 11).

[...] alguns rapazes são violentos com suas parceiras ou parceiros. Alguns são violentos entre si. Muitos jovens não participam do cuidado dos seus filhos, e não têm uma participação adequada em relação às suas necessidades de saúde sexual e reprodutiva, nem de suas parceiras (MH, v.1, p. 11).

[...] maiores praticantes de roubos e assaltos e, conseqüentemente, maior população penitenciária, além dos grandes protagonistas de agressões físicas contra mulheres ou crianças, em âmbitos domésticos ou públicos (MH, v. 2, p. 24).

[...] índice de violência entre homens é um tremendo ônus para a economia da região. O custo público e privado associado à violência representa até 15 % do produto interno de alguns países na região [...] outras formas 'menores' de violência – brigas, assaltos, violência doméstica – são muito mais comuns e afetam muito mais os jovens que o homicídio (MH, v. 3, p. 23).

[...] 4,8% dos meninos, comparados com 1,3 % das meninas haviam forçado alguém a ter relações sexuais pelo menos uma vez [...] Um estudo recente nos EUA mostrou que 3,4 % de meninos e 13% de meninas tiveram alguma experiência de violência sexual – ou seja, contato sexual ou relações sexuais contra sua vontade (MH, v. 3, p. 32).

[...] a socialização masculina orienta comportamentos de alto risco para eles mesmos e para as mulheres [...] exposição constante de homens jovens a situações de risco como um exercício de demonstração de masculinidade (MH, v. 4, p. 21).

[...] jovens que vivem na pobreza e meninos de rua que na sua maioria são do sexo masculino; a falta de acesso a oportunidades de educação e trabalho; a deficiência de serviços dirigidos a jovens [...] a esperança de vida ao nascer para os homens é de 5,2 anos menos do que a das as mulheres na América Latina (MH, v. 4, p. 21-22).

Temos, assim, um conjunto de situações em que os homens jovens são posicionados de diversas maneiras: uma primeira, muito evidente e reiterada no manual, posiciona-os como causadores de danos a outras pessoas; uma segunda posição situa-os no âmbito da auto-degradação individual, no sentido de assumir comportamentos que podem provocar danos em si mesmos; uma terceira, menos intensa, seria a posição de vulnerabilidade; e, por fim, como geradores de perdas nas economias nacionais.

Penso que a diferença de intensidade com que circulam esses posicionamentos no manual constitui um ponto de discussão interessante para analisar como são pensadas as mudanças nas masculinidades, pois a recorrência da posição do “homem que provoca danos”, perigoso, que ameaça e prejudica a saúde e a vida de outras pessoas, tão consolidada nas abordagens das masculinidades, levanta algumas dúvidas sobre os possíveis efeitos do manual.

Na problematização de representações que definem e direcionam ações de intervenção com homens para a equidade de gênero, é pertinente questionar como homens e mulheres são posicionados nesses propósitos a partir das noções de gênero que o manual veicula, (re)cria ou ajuda a manter. No meu entender, a representação do “homem que provoca danos” não “emerge” no manual por um descuido ou incongruência teórica de seus/suas autores/as. Interpreto-a como uma forma de (re)produção do discurso sobre as masculinidades que valoriza um masculino forte, que, investido de onipotência e invulnerabilidade, assume comportamentos que afetam a outras pessoas. O MH investe no sentido de representar qualquer homem, independentemente do vínculo afetivo ou sexual, posição familiar ou idade, como uma ameaça potencial para si mesmo e para as pessoas que o rodeiam. Neste sentido, o manual acaba legitimando e reiterando alguns dos “atributos”, práticas e comportamentos de gênero que o próprio texto pretende transformar. Como pensar em mudanças sem privilegiar uma interpretação das masculinidades de forma mais heterogênea e fragmentada? Que tipo de produção discursiva é esta em que os homens são vistos de forma homogênea como um perigo e não são abordados também, com essa mesma intensidade, como um sujeito vulnerável (em termos de violência, saúde, segurança, trabalho, etc.)?

Isso não quer dizer que o discurso do “homem que provoca danos” que ressoa no MH seja contínuo e sem rupturas em todo o texto. Em alguns momentos, se faz referência à vulnerabilidade dos homens: os casos de meninos e rapazes abusados sexualmente e as mortes e ferimentos resultantes de brigas. No entanto, ambas situações, ainda que indiretamente, aludem ao “homem que provoca danos”, pois tanto no primeiro caso, quanto no segundo, supõe-se a presença de um homem “estuprador” ou “agressor”. Para completar esse

exercício reflexivo, procurei a quantidade de vezes em que a palavra vulnerável aparece nas quase 500 páginas que constituem os cinco cadernos: exatamente 13 vezes - e dessas, a metade aparece reiteradamente, pois está em títulos de subseções ou em técnicas de trabalho sugeridas.

Os únicos espaços em que o assunto da vulnerabilidade associada aos homens é abordado de forma mais específica se encontram no caderno 1 – Sexualidade e Saúde Reprodutiva –, e no caderno 5 – Prevenindo e Vivendo com HIV/AIDS. Em ambos os casos, a vulnerabilidade aparece como tema principal de duas técnicas para auxiliar o trabalho grupal com homens jovens na hora de provocar reflexões sobre a prevenção de doenças venéreas. Ou seja, a vulnerabilidade nos homens é vista apenas como uma temática relevante quando está em conexão com a transmissão de doenças venéreas. Quais atravessamentos condicionam que ao falar de vulnerabilidade nos homens, o que mais parece importar não são os acidentes, nem as doenças, nem que morram primeiro que as mulheres, senão precisamente suas práticas sexuais?

Neste sentido, e para acompanhar esta discussão, trago um recorte de uma análise realizada sobre os anúncios televisivos de campanhas oficiais de prevenção de HIV/ADS:

[nas campanhas de promoção da saúde, os homens] não são posicionados como sujeitos que devem receber orientações na direção de cuidar de sua própria saúde, entendida como algo que seria, por princípio, bom para eles mesmos, mas sim como sujeitos que ameaçam, através de suas práticas (no caso, especialmente, as sexuais) a saúde das mulheres e de suas famílias, transmitindo doenças para outros [...] ou levando-as para dentro da própria casa (SANTOS, 2002, p. 152).

A primeira vista, poderíamos dizer que o manual reflete uma ruptura ou superação desta visão a partir da qual os homens são posicionados apenas como ameaça, já que através das técnicas grupais citadas, se promove a discussão sobre a vulnerabilidade dos homens com relação à AIDS. Por exemplo, o objetivo de uma das técnicas é “identificar situações de vulnerabilidade frente à AIDS e sensibilizar os participantes sobre o quanto eles estão ou não expostos à possibilidade de infecção pelo HIV/Aids” (MH, v.1, p.

69). Desse modo, a prevenção é colocada como algo diretamente benéfico para os próprios homens. Contudo, ao reduzir a vulnerabilidade dos homens à infecção com doenças venéreas me pergunto por que é esta a vulnerabilidade que mais importa. Outras vulnerabilidades não são tão relevantes ou tão urgentes? Ou será que a vulnerabilidade à AIDS e que os homens se protejam importa na medida em que têm consequências para as mulheres, principalmente para suas parceiras estáveis? Meyer et. al. (2004) também chamaram a atenção para esta maneira de compreender a vulnerabilidade masculina:

A noção de cadeia de transmissão que sustenta essa abordagem envolveria, em sentido estrito, a relação de pelos menos três variáveis igualmente necessárias, quais sejam: um/a outro/a já infectado/a, o homem parceiro que se contamina na relação com este/a já infectado/a e a companheira estável, cuja saúde ele coloca em risco com sua infecção. O que chama a atenção, considerando-se que estamos tratando de ações de prevenção em saúde, é que essa operação nos é apresentada como se a cadeia de transmissão só precisasse ser interrompida quando coloca em risco o último elo da equação (p. 70).

De qualquer maneira, independentemente da parte da cadeia que se considera preciso proteger mais, resulta curioso que a principal porta de entrada para a discussão com os homens sobre as situações de vulnerabilidade às quais estão expostos seja precisamente as práticas sexuais. Se em várias partes do manual se faz referência a outras vulnerabilidades dos homens, condicionadas por atitudes arriscadas no trânsito e no trabalho, por que só as práticas sexuais merecem técnicas de trabalho grupal e uma discussão mais aprofundada sobre vulnerabilidade? O manual estaria correspondendo à ideia de que “os homens só pensam em sexo” para defini-lo como o único tema que supostamente seria de interesse para eles? Assumindo esta área como prioritária não estariam reforçando a representação do homem como “escravo” de seus “impulsos sexuais”?

Outra contradição que merece uma reflexão mais atenta é como ao falar sobre vulnerabilidades nos homens, praticamente se ignora a vulnerabilidade em que se encontram aqueles homens que “saem” do roteiro heterossexual e que correm o risco de serem agredidos e até assassinados. Lembremos que no

Brasil, segundo os registros do Grupo Gay da Bahia referente ao ano 2013, foram mortas 312 pessoas homossexuais, sendo a maioria, homens¹⁸. Quais vulnerabilidades importam quando o manual persegue: “refletir sobre os modelos de masculinidade e questioná-los em termos de sua vulnerabilidade” (MH, v.1, p. 13); por que na subseção intitulada *Homens Jovens Gays e Bissexuais*, que explica como os homens gays vêm sendo objeto de agressões, a palavra vulnerabilidade não aparece?

Antes de terminar esta parte, considero oportuno dividir outra questão para abrir discussões sobre como são pensadas as vulnerabilidades nos homens e nas mulheres. Na posição de estranhamento diante daquilo que nomeamos como conhecimento científico, acredito cada vez mais na possibilidade de incorporação e (re)produção de representações hegemônicas de masculinidades e feminilidades nas análises teóricas de determinadas situações. Digo isto ao perceber interpretações diferenciadas em torno das vulnerabilidades que envolvem aos homens e às mulheres: eles porque são convocados reiteradamente a provar sua virilidade, e elas por que têm problemas de autoestima (MEYER et. al., 2004). E é a partir dessas interpretações que são desenhadas as estratégias de intervenção, consolidando as noções de “fortaleza masculina” e de “fragilidade feminina”.

4.4 Entre o “homem problema” e o “homem aliado”

Se é possível notar que o MH investe na representação do “homem problema” para argumentar a necessidade de intervenção e de mudanças na população masculina, devo reconhecer que dita representação se alterna, no referido manual, com aquela do “homem aliado”. Inclusive, o segundo ponto da introdução dos cinco cadernos se intitula: “*Do homem jovem como obstáculo, ao homem jovem como aliado.*”

¹⁸ Relatório disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2014/03/relatc3b3rio-homicidios-2013.pdf>>

Várias expressões no manual confirmam a intenção de mostrar os homens como colaboradores fundamentais na efetivação do bem estar e dos direitos das mulheres:

Estes cadernos partem da premissa de que os jovens devem ser vistos como aliados (MH, v. 1, p. 11).

Muitas formas de “advocacy” mostraram a importância de engajar os homens, adultos e jovens, no bem-estar das mulheres, tanto adultas como jovens. A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD, 1994) e a IV Conferência Mundial sobre Mulheres em Beijing (1995) enfatizaram a importância de se incluírem os homens nos esforços de melhorar o *status* de mulheres e meninas (MH, v. 1, p. 9).

[...] os homens devem ser vistos como aliados – atuais ou potenciais – e não como obstáculos (MH, v. 1, p. 11).

Nota-se nestas expressões a alusão às mudanças de comportamentos, atitudes e práticas nos homens na direção de atender e corresponder às demandas das mulheres que conseguem ter voz legitimada nos espaços nacionais e internacionais de projeção política. O imperativo de transformações nos comportamentos observados na população masculina parece estar estreitamente associado ao lugar que eles começaram a ter nas Conferências das Nações Unidas, principalmente a partir de 1994, condicionando sua ênfase como prioridade para os governos e agências e fundações que financiam projetos de intervenção social. Por exemplo, o Relatório Final da Conferência Mundial de População de Cairo ressaltou a função social e familiar dos homens e as suas responsabilidades nos comportamentos sexuais e reprodutivos (FNUAP, 1995). A Avaliação do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, abordou a necessidade dos homens de respeitar os direitos humanos das mulheres, cuidar da saúde delas, dividir as responsabilidades da casa, participar no cuidado da criança e dos/as filhos/as, bem como de eliminar a violência sexual e outros tipos de violência (FNUAP, 1999).

Percebe-se que o homem desejável nos relatórios de organismos internacionais é um sujeito sensibilizado com o sofrimento das mulheres e que

argumenta suas mudanças pela necessidade de atender e superar o mal-estar feminino. Nesta perspectiva, o lugar dos homens na proposta de mudanças é de se tornar um colaborador-facilitador dos projetos feministas, ou um homem aliado, como o define o MH. Desse modo: “[...] a reflexão sobre os homens [...] em processos de desenvolvimento têm sido marcados por um caráter instrumentalista, isto é, recorre-se aos homens apenas para melhorar as condições de saúde e de exercício de direitos das mulheres” (ARILHA, 2005, p. 12). Observa-se também, como destaca Olavarría (2003), que nos estudos de masculinidades “parte importante da produção tem estado focada no papel e influencia que exercem os homens nas decisões reprodutivas das mulheres” (p. 96).

Agora vejamos brevemente o significado da palavra aliança: pacto ou convenção por uma causa comum ou para um mesmo fim¹⁹. Portanto, a ideia de aliança supõe um diálogo precedente ao pacto e no qual as partes congregadas discutem sobre o propósito em comum que as reúne e as estratégias para atingir esse propósito compartilhado e de interesse para todos. Mas, que objetivo comum é esse que pondera as demandas e necessidades de apenas uma parte da aliança? Digo mais, que tipo de aliado seriam os homens considerando que eles têm participado muito pouco da definição do suposto objetivo comum? Ou será esta uma “união” estratégica, na qual o que condiciona a aliança não é tanto o objetivo comum, senão o poder do aliado?

No caso de pensarmos que esta aliança está plenamente justificada (pois a meta comum seria a equidade de gênero), a discussão também ficaria um tanto complexa, pois, ao ignorar as necessidades de uma parte, tudo indica que teremos equidade de gênero quando sejam particularmente atendidas e resolvidas as demandas das mulheres. A despeito disso, não me atreveria a dizer que as necessidades e demandas dos homens em torno às relações de gênero entre homens e mulheres e entre homens em si estejam sendo ignoradas. O que me parece ocorrer é que quase não se pensa nos homens na posição de sujeito de demandas e direitos. Visto como centro e referência, se supõe que nessa posição não existem queixas e demandas. Fala-se

¹⁹ Dicionário online em português <<http://www.dicio.com.br/aliado/>>

recorrentemente das dificuldades dos homens para se queixar e expressar sentimentos e emoções, mas, como o manual investe na constituição de masculinidades mais abertas e expressivas? Será que manuais com diagnósticos prontos e caminhos já elaborados, em que os homens só devem percorrer caminhos anteriormente pensados, estimulam as possibilidades dos homens imaginar outras masculinidades não tão pré-fabricadas e talvez mais “reais” ao levar em conta as particularidades dos contextos culturais onde eles estão inseridos?

4.5 Ao final, de qual homem estão falando no MH?

No ano 2009 estive na Costa Rica e fiquei muito interessado em conhecer o trabalho de intervenção com homens de uma ONG daquele país. Comuniquei-lhes meu interesse e fui convidado para participar de um dos encontros grupais. Antes de começar, indaguei acerca do perfil dos homens que participavam dos encontros promovidos pela organização – com que tipos de homens trabalham vocês? – e um dos colaboradores rapidamente respondeu: trabalhamos somente com homens. Lembrando este episódio, questiono: se as masculinidades estão marcadas pela diversidade, se existem umas mais valorizadas do que outras, se suas singularidades também estão atravessadas por representações de etnia, classe, profissão, moradia, etc., de qual homem se está falando no MH? Como é que um manual que circula em três línguas e estimula seu uso nos mais variados contextos culturais dialoga com a pluralidade? Enfim, quais limites e (im)possibilidades adquire a categoria homem no manual? A quem representa ou inclui/exclui a palavra homem quando lemos no manual estes parágrafos?

[...] necessidade de maior participação masculina no âmbito das decisões e compromissos relevantes para a vida cotidiana, em particular no campo da sexualidade, da vida reprodutiva e suas implicações para a vida familiar (MH, v. 1, p. 33).

Os homens têm ocupado, ao longo dos anos, a infeliz primeira colocação em diferentes e diversas estatísticas: primeiro lugar em número de homicídios, as maiores taxas de tentativa de suicídio, de morte por acidentes, principalmente envolvendo veículos a motor, de uso excessivo de bebida alcoólica e drogas psicotrópicas ilícitas,

maiores praticantes de roubos e assaltos e, conseqüentemente, maior população penitenciária, além dos grandes protagonistas de agressões físicas contra mulheres ou crianças, em âmbitos domésticos ou públicos (MH, v. 2, p. 24).

Núñez (2009), ao fazer uma análise sobre os usos da categoria homem em diversos estudos e dados estatísticos, chama a atenção para um elemento em comum em alguns desses trabalhos: quais recursos, indicadores ou estratégias são desenvolvidos para escolher ou identificar aos homens que integram as amostras desses estudos. Em outras palavras, o autor questiona se nessas pesquisas foi perguntado aos entrevistados se eram homens ou não. Também enfatiza que geralmente, nos estudos de masculinidades ou estudos de gênero sobre os homens, é difícil encontrar explicações sobre como foram selecionados os sujeitos que participaram nas pesquisas ou como foram classificados como homens, supondo, desse modo, que é tão “evidente” quem é homem e quem não é, que não resulta necessário explicar o processo de seleção dos sujeitos. Ou seja, a identidade masculina se interpreta como algo “visível”, transparente, um dado incontestado, indisputado, estável, talvez localizado no corpo, nas roupas ou na aparência, reiterando, nestas operações simplistas e reducionistas, uma masculinidade que se enquadra numa representação dominante e limitada de masculinidade heterossexual que se apresenta como obviedade. O autor conclui que

Nesse tipo de estudos, quando não perguntam aos sujeitos entrevistados se são “homens”, desde quando sentem que são “homens”, se alguma vez perceberam que alguns pensam que eles não são “homens”, ou que significa para eles ser “homens”, como se sentem em relação com a sua virilidade, quem não é “homem”, se são apenas “homens” ou “muito homens”, pouco “homens” ou “homens” de verdade, ou “homens-homens” (NÚÑEZ, 2009, p. 54) (aspas do autor citado).

Mas, em definitiva, de qual homem parece estar se falando no manual H?

O homem de que se está falando no manual parece muitas vezes ser, necessariamente, um homem heterossexual. Ainda que não seja explicitado esta condição em momento nenhum, percebe-se reiteradamente um uso restrito da

palavra homem, excluindo desta categoria outras masculinidades que assumem práticas não heterossexuais e reservando para elas outra classificação, outro lugar: o da impossibilidade, invisibilidade e do desvio. Dita impossibilidade pode ser confirmada se tentamos encontrar no manual as palavras “homem” e “homossexual” juntas, uma em articulação com a outra. Tal articulação simplesmente quase não aparece. Essa organização linguística das expressões revela o distanciamento e a impossibilidade, culturalmente legitimados, entre ser homem e ser homossexual, bem como explica porque, muitas vezes, se escuta falar do homem “homem”, como no anúncio do desodorante *Old Spice*, citado anteriormente. A reiteração da palavra homem indica a resistência/negação em aceitar que ela inclua outras masculinidades que não sejam heterossexuais e, ao mesmo tempo, é uma estratégia para excluir desse domínio aqueles que não merecem estar ali.

Desse modo, temas como violência, reprodução, convivência, paternidade, emoções, dentre outros, são analisados reiteradamente sob o pressuposto da masculinidade heterossexual e a partir de contradições, inequidades e desencontros no âmbito de casais heterossexuais. Da mesma forma, inequidades de gênero parecem somente existir entre homens e mulheres, pois é necessário que eles assumam sua “responsabilidade no cuidado com os filhos, nas questões de saúde reprodutiva e nas tarefas domésticas”, assim como “reconhecer a igualdade dos direitos entre homens e mulheres” (MH, v. 1, p. 10). Questiono: não existem inequidades de gênero entre homens? E entre mulheres? Ou será que as vezes resulta difícil nomear a existência de casais homossexuais e considerar as inequidades de gênero nesses vínculos? Vejamos outros fragmentos do manual onde é reiterada esta visão:

Os rapazes, mesmo aqueles que por vezes tenham sido violentos ou que não tenham demonstrado respeito com suas parceiras, possuem potencial para serem respeitosos e cuidadosos com elas, para negociar em suas relações com diálogo e respeito, para assumir responsabilidades por seus filhos, e para interagir e viver de forma harmoniosa ao invés de forma violenta. (MH, v. 1, p. 11).

O grau de conflito nas relações no dia-a-dia onde nós trabalhamos é alto, mostrando a necessidade de trabalhar com

homens e mulheres para pensar a questão: como podemos formar relações entre os homens e mulheres com base no respeito? (MH, v. 3, p. 55).

No caso de homens que se definem como heterossexuais, que participem das decisões referentes à reprodução, conversando com as parceiras sobre saúde reprodutiva e sexo mais seguro, usando ou colaborando com elas no uso de preservativos ou outros métodos quando não desejam ter filhos (MH, v. 1, p. 14).

De igual forma, na Escala de Equidade de Gênero para Homens (RICARDO et. al., 2010), elaborada para avaliar o impacto do manual, parece ser reiterada esta noção de homem que exclui masculinidades não heterossexuais, ou que, pelo menos, as coloca em outro nível. Por exemplo, estas são as perguntas ou afirmações sobre normas de gênero apresentadas como exemplos para descrever a escala mencionada:

- Os homens estão sempre dispostos para ter relações sexuais.
- O papel mais importante de uma mulher é cuidar da casa e cozinhar para sua família.
- Há momentos em que uma mulher merece apanhar.
- Um homem e uma mulher devem decidir juntos o tipo de anticoncepcional que vão usar.
- É importante que um pai esteja sempre presente na vida dos filhos, mesmo que já não continue com a mãe (RICARDO et. al., 2010, p.7).

Esta compreensão da masculinidade heterossexual como algo “dado”, “esperado” ou como tipo de roteiro previamente estabelecido, limita as possibilidades de pensar – e conseqüentemente de admitir ou aprovar – outras possibilidades de ser homens. Louro (2004), desestabilizando a noção da heterossexualidade como algo que “naturalmente” deve acontecer, ou algo aonde “normalmente” devemos chegar, se utiliza da viagem como recurso metafórico. A autora adverte que ao se saber o sexo da criança, inicia-se uma viagem com um itinerário bem definido e detalhado que deve ser respeitado sem alterações, sob o risco de alterar a sequência sexo-gênero-sexualidade, na qual, ser do sexo masculino vai implicar a identificação com o gênero masculino e a atração pelo sexo oposto. De igual forma, ser do sexo feminino vai supor a

identificação com o gênero feminino e os homens como objeto de desejo. Nessa direção, Butler (1999) afirma que o gênero possui um caráter performativo, entendendo a performatividade "como prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia" e não "como um ato singular ou deliberado" (BUTLER, 1999, p. 154). Contudo, a equação sexo-gênero-(hetero)sexualidade é constantemente questionada e muitos corpos resistem a ela, o que gera a necessidade de insistir ininterruptamente no itinerário "certo". A insistência é imprescindível para "conseguir" formar um sujeito sem incoerências entre sexo-gênero e sexualidade, mas os efeitos dessa insistência são incontrolláveis. Por isso, a performatividade consagra a matriz heterossexual, garantindo a legitimação do falocentrismo e a homofobia ancorada no discurso do dimorfismo sexual e, ao mesmo tempo, produz sujeitos que rompem com esses mandamentos (BUTLER, 1999).

A matriz heterossexual se (re)produz a partir da heteronormatividade, ou seja, a partir do enunciado de que "todo mundo é criado para ser heterossexual, ou – mesmo que não venha a se relacionar com o sexo oposto – para que adote o modelo da heterossexualidade em sua vida" (MISKOLCI, 2012, p. 15). Por conseguinte, não há nada de natural na heterossexualidade, ela é algo imposto em nossas vidas e resultado de múltiplos e reiterados investimentos, sendo, portanto, compulsória (BUTLER, 2003).

Embora não tenha me proposto analisar as imagens que aparecem no MH, gostaria de salientar a harmonia entre a noção compulsória da heterossexualidade que predomina no texto e as imagens que estão distribuídas nas suas páginas, nas quais os homens jovens sempre aparecem com uma garota ou mulher, ou sozinhos. Nota-se que houve uma seleção que supôs o descarte de algumas imagens que refletiram a possibilidade de vínculos homoafetivos ou comportamentos considerados femininos e, portanto, inaceitáveis para os homens heterossexuais, pois as imagens foram extraídas do desenho animado *Minha vida de João* – no qual há cenas deste tipo.

No entanto, é importante ressaltar que ao dizer que o homem que circula livremente por todas as páginas do manual é um homem presumivelmente heterossexual, isso não equivale a afirmar que masculinidades não heterossexuais não sejam mencionadas em nenhum momento. Elas aparecem

em várias partes dos cadernos, assinalando certo nível de desestabilização da heteronormatividade, mesmo que a própria palavra heteronormatividade nunca seja mencionada nos cadernos. Contudo, masculinidades não heterossexuais aparecem geralmente num parágrafo específico; em uma subseção reservada particularmente para o tema; como minoria; em uma técnica especial para discutir o assunto; no fim de um parágrafo, depois de serem apresentadas primeiramente as masculinidades valorizadas; ou simplesmente em um manual elaborado “especialmente” para falar sobre diversidades, como o Manual D, já anunciado no site do Instituto Promundo²⁰. Enfim, masculinidades não heterossexuais mesmo em manuais deste tipo ainda circulam nas margens. Assim, temos o Manual M (para a intervenção com mulheres), o Manual H e o Manual D. Isto assinala como é necessário transcender uma interpretação “encurtada” sobre diversidade que incita a escolher um dia para falar dela ou reservar um capítulo para ela dentro de um livro, reforçando o discurso de excepcionalidade ou minoria. Enfim, passar a não pensar mais nela como especificidade dentro de uma generalidade-normalidade. Penso que uma dimensão é reconhecer que existem algumas pessoas “diferentes”, “diversas”, e outra, muito distinta, é valorizar sua existência e assumir uma postura problematizadora e desestabilizadora de representações e significados que produzem sujeitos tidos como desviantes. “Práticas homoeróticas e bissexuais entre jovens rapazes são fatores de tensão e indicam a existência de práticas socialmente menos valorizadas do que as heterossexuais reprodutivas” (MH, v. 1, p. 25). A pergunta, aqui, poderia ser: como seria um manual que desestabilizasse em um nível mais agudo essa matriz heterossexual? Como seria um manual onde talvez fosse possível inserir expressões tais como: os homens podem ter relações sexuais exclusivamente com outros homens; exclusivamente com mulheres, com homens e mulheres, de forma estável ou esporadicamente; e também podem não gostar de relações sexuais com outras pessoas.

Outro aspecto no qual gostaria me deter é o modo como é concebido este homem heterossexual que circula pelo manual quase sem restrições. O

²⁰ Ainda que não é possível descarregar o material, aparece anunciado em <http://www.promundo.org.br/areas-de-atuacao/areas-de-atuacao-posts/programa-h/>

manual, respeitando a lógica científica, primeiro apresenta uma situação problemática e suas condicionantes, logo propõe uma situação alternativa desejada e, por último, os métodos, instrumentos e instruções para conseguir materializar essa situação idealizada. Esse percurso tem que se adequar aos jogos de verdade da ciência (FOUCAULT, 2010), portanto, para cada um desses momentos, existem regras específicas que devem ser acatadas para tal discurso “torne-se” verdadeiro. Uma dessas regras é que as afirmações que se realizem estejam sustentadas/apoiadas em resultados de estudos científicos, como, por exemplo:

Dois terços das mortes entre jovens de 15 a 19 anos no Brasil são por causas externas [...] Nos EUA, um estudo nacional encontrou que 14,9% de rapazes comparados com 5,8% de meninas foram autores de pelo menos uma forma de comportamento delinqüente no ano anterior (MH, v. 3, p. 23).

Estudos realizados em diferentes países da América, Ásia, África e Austrália destacam que geralmente os homens atuam menos que as mulheres no cuidado dos filhos (MH, v. 2, p. 26).

Homens freqüentemente resistem em reconhecer um problema de saúde e a procurar auxílio (MH, v. 2, p. 24).

Na Jamaica, 69% dos homens jovens sexualmente ativos relataram ter usado preservativos em suas relações sexuais (MH, v. 5, p. 27).

Não importa onde foi feito estudo, nem as condições particulares nas quais se dá o fenômeno ou processo em questão. O relevante é o número, ou fazer alusão a ele usando termos como “maioria”, “geralmente”, “comumente”. Assim, o dado parece ser neutro, transcultural, aplicável a qualquer contexto, capaz de descrever qualquer homem e predizer seus comportamentos. Ao invés de utilizar dados para mostrar a diversidade com que pode se expressar um fenômeno em diferentes contextos, empregam-se tais dados destacadamente para mostrar um fenômeno presente em vários países e, portanto, de dimensões globais.

Na medida em que estatísticas dos Estados Unidos ou do Brasil servem para falar da vida dos homens da Ásia; na medida em que se aspira que o material “seja utilizado e adaptado da forma mais ampla possível” (MH, v. 1, p. 17) - e de fato já foi aplicado em diversos contextos da América Latina, Índia, nos

Balcãs e em várias localidades da África subsaariana –, ele assume e (re)produz a existência de um sujeito homem universal. Neste sentido, como é que se faz para adaptar um manual elaborado numa perspectiva universalista para dialogar com pluralidades e especificidades de cada contexto cultural? Como normas e ideais de masculinidades “servem” para todo mundo? Apesar disso, o manual adverte: “generalizações devem ser evitadas” (MH, v. 2, p. 36).

De qualquer modo, o que podemos advertir é que nem interessa investir em todo tipo de homem, nem em todos os tipos de comportamentos e práticas que apontam vulnerabilidades. Existe uma seleção de público e de temáticas que não é aleatória e que está associada à convergência de discursos legitimados sobre as mudanças de comportamentos nos homens, fundamentalmente o discurso da saúde, o discurso pautado pela agenda de gênero feminista, através das conferências internacionais, e o discurso acadêmico produzido no campo de estudos de masculinidades.

Talvez, neste ponto da tese, algum/a leitor/a possa pensar que vou muito “longe” com minhas análises e que estou “pedindo” ou exigindo discussões e posturas em relação ao manual, as quais talvez não estejam, efetivamente, estabelecidas como parte de seus objetivos ou sejam questões temporalmente posteriores ao momento em que foi elaborado o manual. No entanto, reitero que o propósito aqui não é o de reduzir minhas reflexões ao manual nem de colocar em dúvida seus méritos. Em outras palavras, não se pretende analisar a validade das prescrições contidas na pedagogia de masculinidade que constitui o manual, uma vez que tais pretensões não coincidem com o referencial em que me inspiro. Nesta pesquisa o manual é uma porta de acesso, um meio para problematizar questões sobre relações de poder e masculinidades que estão além do manual, mas que se expressam e convergem nele através dos discursos que o estruturam. O MH é produzido na teia de uma rede discursiva onde a necessidade de promover mudanças nos homens vem se consolidado como um imperativo.

5. QUAL É O PERFIL DO HOMEM JOVEM QUE TODOS QUEREMOS?

Este é o título de umas das subseções do manual. Decidi resgatar este título com toda intenção, pois penso que ele provoca reflexões em dois sentidos: a) um deles refere-se às análises do homem desejado no MH, do homem que talvez mais interesse produzir na contemporaneidade; b) e outro que se relaciona com a problematização do tom universalista do título. Desses temas estarei me ocupando neste capítulo.

5.1 Compreendendo a construção da norma no MH

Resgatando a questão da norma, introduzida no capítulo anterior (subseção 4.1), temos o vínculo entre as normas e os cálculos estatísticos que produzem a média aritmética. Esse indicador estatístico é definido como uma medida de tendência central (HERNÁNDEZ; FERNÁNDEZ; BAPTISTA, 2003), que, ao ser extraída de um conjunto populacional, indica uma regularidade. À média aritmética é atribuído um significativo poder preditivo. Ao “refletir” regularidades na expressão de um fenômeno, assume-se, conseqüentemente, que ditas regularidades se reiterarão no futuro – e nessa lógica, a média indica também as altas probabilidades de um fenômeno acontecer, mesmo sem levar em conta suas especificidades. Disso resulta a necessidade de se intervir no “rumo natural” das identidades, ou seja, no “rumo cultural”. Há tanto de essencialismo e universalismo na expressão “os homens são naturalmente mais violentos que as mulheres” quanto quando se diz que “os homens são culturalmente mais violentos que as mulheres”. Muito pouco há de diferença entre ambas as posições no sentido de assumir as identidades de forma generalista, constante e contínua.

A média aritmética ou regularidade populacional torna-se mais produtiva quando ela é inserida num sistema valorativo “cientificamente” validado, o qual vai estabelecer a positividade ou negatividade daquela regularidade populacional, e, ao mesmo tempo, quando valorada negativamente, vai definir uma idealidade – a norma – e acionar mecanismos para atingi-la, conduzindo às pessoas nesta direção para aperfeiçoá-las ou corrigi-las. Portanto, regularidade,

em relação à maioria, nem sempre é sinônimo de normalidade. É necessária certa convenção situada num campo discursivo para definir a norma como coincidente – ou não – com a regularidade. A norma é um ideal construído num contexto específico com certo nível de consenso cultural, e, como construção social, carrega as contradições, arbitrariedades, ambiguidades e instabilidades próprias destes processos.

Penso que também é oportuno questionar esta noção de média como medida de tendência central que nos remete a uma ideia de força natural ou aleatória presente no próprio conceito, pois seu movimento pode estar associado às forças e legitimidades de determinados discursos que atuam sobre o fenômeno ou processo diferenciadamente e em momentos distintos, sejam discursos do senso comum, religioso, morais, políticos ou científicos. Porém, não podemos ignorar que esses discursos interagem e competem desigualmente e que os discursos científicos levam vantagem, pois têm se estabelecido como os mais “verdadeiros”. Desse modo, tal tendência central possui um vínculo muito estreito com modos de viver que são mais ou menos estabelecidos como certos ou errados, adequados ou inadequados, normais ou anormais, morais ou imorais, enfim, com normas. A tendência central pode ver-se como efeito de forças em busca de uma idealidade desejada ou necessária que conforma ou estrutura a norma.

Por exemplo, numa população X poderíamos obter que a média de filhos por mulher é dois. Caso nesse contexto a norma ou ideal necessário fosse ter mais de dois filhos, para fazer frente ao envelhecimento populacional, a regularidade ou média não iria corresponder com a norma que se pretende estabelecer e, conseqüentemente, iria ser criar um conjunto de ações (campanhas, políticas públicas de apoio às famílias com mais filhos, etc.) para atuar no corpo da população com o propósito de aumentar a média. Ao mesmo tempo, devemos considerar que a tendência de ter poucos filhos também é o efeito de outras normas, como a do planejamento familiar, do uso de anticoncepcionais ou da valorização do sucesso profissional, no qual a descendência pode ser vista como freio ou obstáculo.

Vista desde esta perspectiva, a norma, concebida como padrões culturais permanentemente (re)construídos e atualizados, qual seja sua

racionalidade, pode anteceder ou suceder ao cálculo da regularidade populacional, mas sempre atua na produção das médias ou tendências do conjunto, como aponta Veiga-Neto (2005), parafraseando a Foucault, “para que isso seja possível, será sempre preciso investir política e ativamente sobre esse corpo múltiplo” (p. 88), e agrega:

[...] é a norma que articula os mecanismos disciplinares (que atuam sobre o corpo) com os mecanismos regulamentadores (que atuam sobre a população). A norma se aplica tanto ao corpo a ser disciplinado quanto à população que se quer regulamentar; ela efetua a relação entre ambos, a partir deles mesmos, sem qualquer exterioridade, sem apelar para algo que seja externo ao corpo e à população em que está esse corpo (VEIGA-NETO, 2005, p. 89).

Uma análise baseada nesta noção pode ser incorporada tanto para compreender como o MH exerce uma pedagogia de masculinidade através de normas que procuram regulamentar o gênero masculino, quanto para descrever a racionalidade que está contida e se expressa no manual. Uma racionalidade que modela e organiza a sequência e a maneira como é apresentado seu conteúdo.

Segundo a organização temática do manual, posso dizer que os comportamentos e práticas desejados nos quais investe o MH se concentram em seis temas ou áreas principais: práticas sexuais; violência; paternidade; saúde; cuidado e expressão de emoções. Em cada área é possível agrupar, de modo relativo, um conjunto de “regularidades” identificadas na população masculina que se consideram inadequadas e, em correlação, um grupo de ideais que definem o homem jovem desejado no MH. Embora assumo, desde os posicionamentos teóricos que compartilho, que regularidades obtidas através de cálculos estatísticos não constituem reflexos fiéis de uma realidade que os antecede (SANTOS, 2002), entrarei na lógica do manual, tendo em conta as áreas mencionadas para organizar as análises.

É importante advertir que se pressupõe que o homem jovem acerca do qual fala o MH é heterossexual, e se espera que ele continue sendo na vida adulta, os ideais de masculinidades que serão analisados estão em sintonia com

o percurso de masculinidade culturalmente legitimado e com os eventos que se prognosticam para esse caminho marcado pela heteronormatividade: namorar; trabalhar; ter relações sexuais (com o sexo oposto); casar, ter filhos/as; constituir uma família nuclear heterossexual e monogâmica, dentre outros.

5.1 Os homens devem...

O homem desejado proposto no manual se define mais no sentido do “dever fazer” que no “dever ser”, muito provavelmente procurando se esquivar dos essencialismos. Neste sentido, expressões do tipo “os homens devem ser...” não caracterizam as partes do material que assinalam as mudanças de comportamentos desejadas nos homens. Ao propor transformações no “dever fazer”, penso que se assumem os comportamentos como práticas atravessadas por representações mais ou menos legitimadas e marcadas circunstancialmente.

Esse “dever fazer”, como foi dito anteriormente, está associado com o questionamento de práticas associadas à violência, sexualidade, reprodução, paternidade, saúde, cuidado e expressão de emoções que são discutidos na parte introdutória e no primeiro módulo de cada caderno. Nesse grupo de temáticas, a violência pode ser considerada o assunto principal/transversal do manual e, frequentemente, aparece articulada com situações abordadas nos temas secundários. Esses questionamentos de práticas associadas à violência, sexualidade, reprodução, paternidade, saúde, cuidado e expressão de emoções, referem-se principalmente a:

- comportamentos violentos entre homens;
- envolvimento em roubos e assaltos;
- agressões físicas contra mulheres e crianças;
- agressões físicas de homens que valorizam práticas heterossexuais contra homens que preferem práticas homossexuais ou expressam gestos, preferencias e aparências tidas exclusivamente como femininas;
- dificuldades em expressar outros sentimentos além da raiva;

- pouca participação no âmbito das decisões e compromissos no campo da sexualidade, da vida reprodutiva e da vida familiar;
- pouco envolvimento com o cuidado com as crianças, com a família, com pessoas doentes;
- pouca participação em tarefas do âmbito doméstico;
- práticas de risco (uso compartilhado de seringas, sexo sem proteção);
- consumo de bebidas alcoólicas e drogas;
- pouco cuidado de si e falta de interesse em cuidar de sua saúde;
- relutância em procurar serviços de saúde.

Se considera que em alguns contextos existe o domínio de um modelo de masculinidade definido por um homem musculoso, potente sexualmente, arriscado, que tem sucesso financeiro, elegante, etc., etc., ao qual, na verdade, poucos homens conseguem chegar. Talvez isso nos ajude a pensar se ao lerem tais práticas, que supostamente descrevem uma parte maioritária da população masculina, muitos homens se vêm refletidos nessa lista e como se vêm. Nessa mesma direção, Núñez (2009), adverte que

a partir de pensar a “experiência” da socialização masculina como uma realidade homogênea e coerente, sem assumir o caráter heterogêneo tanto da socialização dos homens quanto da significação das experiências dos próprios sujeitos socializados e inclusive, a diversidade de opiniões diante dos significados dominantes associado à virilidade [aspas do autor] (p. 46).

Entretanto, e retomando os questionamentos que o manual apresenta, posso dizer que na conformação dessa lista convergem múltiplas interpretações das consideradas “problemáticas masculinas”. A preocupação em relação às masculinidades tem gerado um amplo leque de discursos desde diversas áreas que investem em analisá-las, explicá-las e direcioná-las. A lista apresentada é o resultado do entrecruzamento de fragmentos dos discursos político-feminista e

LGBT²¹, médico-sanitário e acadêmico (com destaque para a Psicologia que vem investindo significativamente em definir “masculinidades ideais” e em produzir mecanismos para conduzir a conduta dos homens). Em cada um desses campos discursivos, que possuem relativa independência, pois também se retroalimentam entre eles, vem se produzindo representações sobre as mudanças de comportamentos nos homens que reúnem vários interesses, nem sempre conciliáveis. Também devemos considerar que no interior desses campos existem posições divergentes em relação às mudanças – como entendê-las, quais privilegiar e como promovê-las? –, portanto, essas noções são produzidas em meio s lutas de poder para fazer prevalecer algumas ideias em detrimento de outras. O MH é, assim, segundo entendo, um produto desses discursos, demandas, entrecruzamentos e contradições.

Desse modo, o manual termina apresentando com maior intensidade discursos legitimados e compartilhados. Desde essa perspectiva, podemos compreender porque os homens são apresentados como responsáveis pela violência: ele a exerce e a transmite como pai, como se a violência fosse uma problemática masculina ou *dos* homens, e não uma problemática social com expressões diversas nos homens e também nas mulheres, e tanto uns quanto outros participam na sua (re)produção e legitimação. Várias reportagens no Brasil têm mostrado múltiplas agressões contra crianças exercidas por professoras de educação infantil ou cuidadoras²², mas quando se fala *do* homem não é incomum que encontremos tanto as mulheres quanto homens homossexuais apresentados apenas como vítimas. Não pretendo, aqui, me colocar a favor da violência de qualquer ordem, mas, apenas, sinalizar que a violência é um produto e um efeito das relações sociais e que ela está presente não apenas numa relação hierárquica de poder, *do* homem heterossexual para

²¹ Conhecido no Brasil com estas siglas que indicam: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

²² Disponíveis em:

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/01/secretaria-de-educacao-pedira-demissao-de-professora-flagrada-maltratando-criancas-4676487.html>

<http://varelanoticias.com.br/chocante-baba-espanca-crianca-de-um-ano-e-video-causa-revolta-em-milhoes-de-pessoas/>

a mulher, do homem heterossexual para o homem homossexual, mas igualmente dentro dessas próprias “categorias” que são eleitas como “vítimas”.

De igual forma, mostrando a complexidade e multiplicidade destes fenômenos, alguns estudos descrevem situações onde as mulheres cobram uma atitude ou reação violenta de seus parceiros, estimulam a violência em seus filhos/as e exercem violências nos seus vínculos muito pouco reconhecidas e estudadas como tais. A última pergunta disparadora na técnica *Poder e violência nas relações sexuais: A história de Samuca*, no quinto caderno (*Prevenindo e Vivendo com HIV/AIDS*), parece ter sido incluída com a intenção de abrir o espaço para debates deste tipo: *Mulheres podem cometer atos de violência nas relações sexuais contra um homem?*

Apesar disso, é possível notar a intenção de problematização da violência: “a violência é complexa e tem múltiplas causas e manifestações. Nós não devemos culpá-los e sim ajudá-los a compreender esta complexidade” (MH, v. 3, p. 33). Nesta direção, no manual se adverte que:

Nas comunidades e famílias de classe média, atos que seriam considerados como violentos em camadas de baixa renda, sequer são registrados como violência e nem fazem parte de dados do sistema legal. É mais provável que um jovem pobre envolvido em uma situação de violência seja confrontado com o sistema judiciário formal – quer dizer polícia, julgamento etc. – do que um jovem de classe média que muitas vezes será levado para uma terapia, por exemplo, em casos de violência familiar ou de delinqüência em contextos de classe média (MH, v. 3, p. 29).

Isso nos faz duvidar das “verdades” que direcionam as maneiras como são produzidos os dados em relação à violência e prestar atenção para as relações de poder e interesses em jogo. Há uma violência que pode ser mostrada, registrada, estudada, calculada, e até exibida em programas de TV com ar de “atração circense”²³. Será que o manual, além de chamar a atenção para estas questões, também produz rupturas nas representações da “classe

²³ Por exemplo, o programa Casos de Família, da emissora SBT, no Brasil.

pobre” como perigosa? Em que sentido seriam essas rupturas se o público para o qual está destinado o manual fossem precisamente homens de baixa renda?²⁴

Sem dúvidas, me pergunto, repetidas vezes, por que estas intervenções geralmente definem as pessoas de baixa renda como seu público alvo se o objetivo dos programas não é gerar renda ou ampliar possibilidades de emprego. Ou será que as “masculinidades problemáticas” e que precisam ser transformadas são, precisamente, as “masculinidades pobres e não brancas”? Isso não termina reiterando o modelo do homem branco como referente de mudanças e desenvolvimento?

Outras análises podem ser realizadas tomando como objeto, por exemplo, o que se entende por relutância em procurar serviços de saúde, pois em alguns documentos se afirma que os homens acedem, sim, aos serviços de saúde, mas nem sempre correspondendo com o sistema de níveis de atenção de saúde criado para todos se ajustarem à ele (BRASIL, 2006). Figueroa (2011) também sublinha que “nas práticas institucionalizadas de atenção de saúde constata-se um espaço menos visível ou de índole marginal nos serviços de saúde para os homens” (p. 67) e também, em outros textos, os serviços de saúde são considerados “pouco aptos em absorver a demanda apresentada pelos homens” (GOMES, NASCIMENTO, ARAÚJO, 2007, p. 571).

Ademais, o próprio manual reconhece “o fato de que não há profissionais treinados para lidar com as necessidades dos homens jovens” (MH, v. 5, p. 36).

Retomando o assunto central desta subseção, vejamos estes “dever fazer” que são desejados e propostos em relação aos comportamentos nos homens. Privilegiam-se homens que:

- Acreditem no diálogo e na negociação em vez de violência para solucionar conflitos, e de que de fato demonstram o uso de diálogo e negociação nas suas relações interpessoais.

²⁴ Para esta afirmação estou me baseando nos desenhos de projetos, relatórios e avaliações disponíveis nos sites de ONGs que trabalham estes temas no Brasil.

<http://www.institutopapai.blogspot.com.br/p/projetos.html>

<http://www.promundo.org.br/relatorios/>

- Mostram respeito para com as pessoas de diferentes contextos e estilos de vida e que questionam as pessoas que não mostram este respeito.
- Mostram respeito em suas relações íntimas e que buscam relações com base na equidade e respeito mútuo, seja no caso de homens jovens que se definem como heterossexuais, homossexuais ou bissexuais.
- No caso de homens que se definem como heterossexuais, que participem das decisões referentes à reprodução, conversando com a parceira(s) sobre saúde reprodutiva e sexo mais seguro, usando ou colaborando com a parceira(s) no uso de preservativos e/ou outros métodos quando não desejam ter filhos.
- No caso de homens que se definem como homossexuais ou bissexuais ou que tenham relações sexuais com outros homens, que conversem com seu parceiro ou parceiros sobre sexo mais seguro e uso ou colaboração com o parceiro(s) da prática de sexo seguro.
- Não acreditem e nem usem violência contra os seus parceiros/as íntimos/as.
- Acreditem que cuidar de outros seres humanos é também atributo de homens e mostram a habilidade de cuidar de alguém, sejam amigos, familiares, parceiro/as e os próprios filhos no caso de homens jovens que já sejam pais.
- Acreditem que os homens também podem expressar emoções além da raiva, e que mostrem habilidade de expressar emoções e buscar ajuda – seja de amigos, seja de profissionais – quando for necessário para questões de saúde em geral e também de saúde mental.
- Acreditem na importância e que mostrem a habilidade de cuidar de seus próprios corpos e da própria saúde, incluindo pessoas vivendo com HIV/AIDS.

Basicamente, os homens que se deseja nas páginas do manual devem utilizar a negociação e o diálogo ao invés da violência; respeitar preferências e estilos que não coincidam com os próprios; participar na gestação, parto e puerpério, bem como nas decisões sobre reprodução e saúde sexual; expressar emoções além da raiva e cuidar de si, dos/as filhos/as, familiares e de outras pessoas; e, por fim, tornarem-se usuários regulares dos serviços de saúde. Desta maneira, espera-se incidir nos problemas descritos na população masculina, quais sejam, violência, consumo de drogas e bebidas alcoólicas, transmissão de doenças venéreas, suicídio, comportamentos arriscados, abandono de pessoas que precisam de cuidados, sobre mortalidade masculina por causas externas, menor expectativa de vida dos homens em relação às

mulheres, primeiro lugar em número de homicídios e pouco uso dos serviços de saúde.

Assim, “com esse caderno buscaremos romper com essa postura culpabilizante que coloca os homens jovens como vilões [...]” (MH, v. 5, p. 22). Ou seja, não devemos adotar uma posição que culpabilize os homens, mas ao conceber como mudar este panorama o próprio Manual os posiciona como responsáveis: “a violência dos homens contra as mulheres pode ser prevenida quando os homens começarem a se responsabilizar por este tipo de violência” (MH, v. 3, p. 31). Acredita-se também na possibilidade de emergência de “forças interiores” nos homens, tal como a resiliência, que poderia solucionar, por exemplo, a questão da violência, ao promover uma “adaptação bem sucedida a despeito dos riscos e adversidades” (MH, v. 3, p. 28). Se os homens responderem a esta demanda e incorporarem essas práticas preconizadas no MH, será que conseguiríamos produzir outros tipos de relações de gênero? Ou estaríamos “apenas” assistindo a uma certa psicologização da solução da violência e outras situações questionadas no manual?

Também resulta interessante apontar, na minha opinião, como são apresentadas e narradas as vidas de homens que vão na contramão daqueles “ditados” que promovem comportamentos violentos e de risco (práticas exclusivamente heterossexuais e atitudes homofóbicas, pouco interesse pelas tarefas domésticas e de cuidado, seriedade e pouca expressão de emoções, dentre outros). Nas poucas vezes em que esses homens (idealizados no MH) entram em cena, suas atitudes são simplesmente descritas como alternativas para benefício dos outros, sem ressaltar que em tais comportamentos também podem estar participando outros sistemas de valorizações atuais que produzem os “desejos” dos homens de ocupar outros espaços e funções.

Por outro lado, situações em que os homens assumiram práticas não heterossexuais ou comportamentos tidos como não masculinos, estão acompanhadas de episódios de burla, agressão, espancamento ou morte. Serão estas as únicas reações e possibilidades que sobram para homens homossexuais, bissexuais, travestis, aqueles com gestos considerados femininos, etc.? Parece que não, pois uma das histórias que aparece numa

página do manual, numa das técnicas grupais, talvez tenha um final diferente no debate grupal:

Aos 18 anos, Tomas teve sua primeira experiência sexual com outro homem, e a partir de então, ele sabia que era gay. Teve muitos parceiros até conhecer José. Eles ficaram juntos por muito tempo, quando decidiram contar para suas famílias e viverem juntos (MH, v. 3, p. 58).

Em outro sentido, também pergunto: diante do propósito de “contribuir para o processo de fortalecimento dos homens jovens envolvendo-os na solução dos seus próprios problemas” (MH, v 4, p. 13), quais condições e possibilidades contextuais possuem os centos de homens que o manual aspira transformar para conseguir incorporar estas práticas nas suas vidas? Quais opções têm estes homens? Incorporar estas práticas depende apenas de suas escolhas pessoais?

5.3 Uma masculinidade global?

Como já anunciei, resgato o título de uma das subseções do manual para nomear este capítulo, *Qual é o perfil do homem jovem que todos queremos?* O título assinala o tom de universalidade que percorre o manual. A partir do universalismo que é possível distinguir no material, podemos notar sua correspondência com um interesse global em produzir mudanças na população masculina que ganhou maior centralidade a partir da inclusão deste propósito nos debates de conferências internacionais do Sistema das Nações Unidas e seus respectivos relatórios que se traduzem em compromissos para muitos governos. No apêndice - 1 podem ser observados alguns eventos internacionais e nacionais que refletem a relevância do tema e a produtividade do enunciado “os homens têm que mudar”, gerando uma complexa rede discursiva que (re)produz inúmeras instituições, pesquisas, especialistas, manuais, metodologias, livros, revistas, eventos científicos, cursos, conferências - e até teses de doutorado como esta.

Não é por acaso que se pensa em publicar um “manual internacional”, em três idiomas, e que se deseja que esse seja empregado de forma ampla. Por isso, um manual deste tipo, precisou que suas técnicas fossem “testadas

previamente em cinco países da América Latina: a) Lima, Peru; b) Bogotá, Colômbia; c) México, DF; d) Oruro, Bolívia; e) Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba, Brasil” (MH, v. 1, p. 80). A formação de “homens diferentes” se articula como um projeto global, em rede, que estimula, financia, instrumentaliza e supervisiona a constituição de novos comportamentos e práticas nas atitudes e comportamentos dos homens. A internacionalização do imperativo de produzir estas mudanças configura a própria engrenagem que é necessária para formá-las.

Assim, estamos diante de um projeto de dimensões internacionais, com significativos impactos locais que adquirem certas singularidades a partir das conexões deste propósito e outros interesses como os do campo da medicina, que insiste em “capturar o masculino” (ROHDEN, 2012) e conduzir os homens para um maior consumo dos serviços de saúde e seus produtos, atendendo aos interesses lucrativos das empresas que os percebem como potenciais consumidores de determinados produtos. Desta maneira, manuais deste tipo, e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, no Brasil, não podem ser vistos como eventos desconectados. Na mesma direção, também não podem ser ignoradas as novas configurações que a intervenção com homens adquiriu para produzir mudanças desde uma perspectiva de gênero, com a aprovação da Lei Maria da Penha (2006)²⁵. A legislação, no artigo 152, refere que nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação. Neste sentido, as instâncias judiciais têm feito parcerias com diversas ONGs brasileiras para organizar “grupos reflexivos de gênero para homens autores de violência doméstica” (SANTOS, 2012).

Sendo a produção de “novos homens” um assunto de interesse global, é lícito perguntar: como o manual dialoga com as expectativas em relação às práticas da população masculina que se constroem no Brasil, México, Costa Rica, Argentina, ou em outros países? Onde se localizam geograficamente os homens que devem mudar? Onde se localizam aqueles que são apontados como referência para a mudança? Será que os primeiros se encontram no sul mestiço, negro e subdesenvolvido e os outros no norte, branco e desenvolvido?

²⁵ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>

Ou serão os negros e mestiços de baixa renda encontrados em qualquer latitude? Não havendo instruções específicas no manual, questiono: quais são os efeitos do material no caráter plural das masculinidades? Ou melhor, como ele articula o tema da diversidade e a cultura local? Será possível afirmar que o manual veicula ideais hegemônicos de masculinidades que indicam um detalhado processo de normalização dos homens?

Ao serem visibilizados alguns comportamentos similares, em diversos contextos, têm se gerado múltiplas propostas para mudar esses comportamentos, mas onde fica, nesta perspectiva, o fato de que as condições em que se configuram e ganham sentido ditos comportamentos são diversas e multiculturais? Como a intervenção leva em consideração estas particularidades?

A masculinidade significa diferentes coisas em diferentes épocas. Não existe a masculinidade no singular. Não há um modelo permanente e universal de masculinidade válido para qualquer espaço e circunstância. As diversas masculinidades são moldadas através das concepções e práticas culturais de cada momento e contexto histórico (KIMMEL, 1997).

Porém, o MH está interessado em internacionalizar um ideal de masculinidade, ou melhor, um ideal de masculinidade heterossexual no qual esta opção continua sendo apresentada como a alternativa mais valorizada e insistentemente estimulada. Disso resulta que tenhamos que pensar nela como uma alternativa imposta culturalmente e não como um impulso natural ou expressão instintiva de sobrevivência da espécie. Seria uma expressão, na maneira como são pensadas as mudanças nos comportamentos nos homens, da *obligatory heterosexuality* (RUBIN, 1986) ou *compulsory heterosexuality* (RICH, 1980; BUTLER, 2003), conceitos utilizados para assinalar o disciplinamento dos corpos masculinos e femininos para a heterossexualidade. Nesse sentido, se reconhece a utilidade das análises culturais de gênero, como as realizadas nesta tese, para a desnaturalização e desconstrução dos processos de mudanças na população masculina, visibilizando a padronização internacional do masculino.

Tal processo de padronização torna-se possível num marco interpretativo da categoria homens que pressupõe a existência de uma

identidade “homem” universal a ser transformada. No caso dos homens parece que é necessário transitar pelo mesmo exercício desestabilizador do essencialismo que tem caracterizado a categoria “mulheres” como origem de interesses totais no movimento feminista. Se várias teóricas têm defendido que aquela suposta “mulher” não existe mais (BUTLER, 2003; MARIANO, 2005; NICHOLSON, 2000), teríamos que (re)pensar que os significados que carrega a categoria “homens” (como grupo homogêneo universal, vistos como violentos, irresponsáveis e assumindo comportamentos arriscados) não passa de um falso substantivo que oculta e disfarça as experiências do gênero masculino.

Há homens no plural – sujeitos reais e concretos, não universais –, que ocupam múltiplas posições atravessadas por representações de etnia, cor, classe, nação, sexualidade, moradia, religião, etc., vivendo de diferentes formas em contextos distintos. Se, para Butler (2003), a “unidade da categoria ‘mulheres’ não é pressuposta nem desejada, uma vez que fixa e restringe os próprios sujeitos que espera libertar” (p. 213), então poderíamos dizer que a unidade da categoria “homens” fixa e restringe os próprios sujeitos que o MH espera mudar. Isso não significa rejeitar qualquer conceito de identidade, mas pensar nela como algo plural, provisório, parcial e instável.

Vale a pena também discutir as possibilidades e condições locais para que os homens consigam assumir os padrões de comportamento que apresenta o MH. Como falar da necessidade de utilizar os serviços de saúde em lugares onde não têm médico? Qual será o impacto destas propostas em comunidades mexicanas onde se espera que os homens emigrem para conseguir sustentar as famílias? (BUEZAS, 2011). Como se entenderá o sexo seguro onde comprar um preservativo não está ao alcance de todos? Como discutir sobre violência no Brasil quando ao mesmo tempo são transmitidos e aplaudidos²⁶ os combates de Anderson Silva²⁷? Como entender a saúde quando há corpos masculinos que

²⁶ A modo de exemplo, temos uma reportagem do Esporte Espetacular (janeiro, 2015), programa da TV Globo, Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a0nIUU4UrDk>

²⁷ Anderson Silva é brasileiro, lutador de artes marciais mistas que compete na categoria de peso médio da *Ultimate Fighting Championship*.

quase não importam e determinadas situações produzem os “riscos”, como advertem Santos e Nardi (2014), ao afirmar que

As estratégias de prevenção, quando existem, apontam para "comportamentos de risco", uma designação típica de estratégias de culpabilização e responsabilização dos homens que adquirem doenças sexualmente transmissíveis. Assim, como contraponto, indagamos: manter os indivíduos nas condições apresentadas pelos presídios brasileiros, não estaria, de fato, produzindo "comportamentos de risco"? (p. 938).

Nota-se que os próprios homens que têm participado nas experiências de campo baseadas no MH percebem a desconexão do conteúdo com suas vidas concretas, pois “em todos os locais, foi recomendado que as atividades sejam adaptadas ao contexto local” (MH, v. 1, p. 92). Talvez, para tal propósito, seja necessário tomar as coisas pelo meio, não “de onde vem o poder, para onde ele vai?”, mas: “Por onde ele passa, e como isso se passa, [...] de que modo se podem descrever algumas das principais relações de poder exercidas em nossa sociedade?” (FOUCAULT, 2004, p. 73).

Problematizando esta relação entre internacionalização e masculinidades, Connell e Wood (2005), advertem que, historicamente, as representações hegemônicas de masculinidades e suas reconstruções culturais, têm estado estreitamente associadas à expansão do capitalismo industrial, ao imperialismo, e à globalização. Dessa maneira, análises sobre representações e práticas de masculinidades na contemporaneidade não podem ignorar o contexto histórico mundial, os mecanismos e as instituições que também participam na sua produção. Connell (1998) aponta, por exemplo, que as transnacionais não levam apenas produtos, serviços e tecnologias para outros países. Segundo ele, devemos ter em conta que essas transnacionais, geralmente de países “desenvolvidos”, também veiculam formas, aparências e práticas de masculinidades valorizadas nos seus locais de origem e que se visibilizam como condição para o consumo dos seus produtos. Lembro neste momento, por exemplo, um anúncio da Chevrolet de 2015 que está passando reiteradamente na TV Globo (Brasil) e no qual aparece o apresentador brasileiro Rodrigo Faro vestindo um traje a rigor. É este um tipo de masculinidade branca,

elegante e de sucesso financeiro que pouco tem a ver com a maioria dos homens brasileiros, mas ela é apresentada como uma referência, marcando um ponto de chegada, definindo um tipo ideal de homem. Sem esquecer, obviamente, que já sabemos que carros têm muito a ver e falar sobre masculinidades (FIGLIUZZI, 2008).

Sendo assim, penso que as agências e instituições de cooperação internacional que financiam projetos, como aqueles que estendem e multiplicam a aplicação do MH em diferentes países, constituem um elemento a considerar na relação entre globalização e masculinidades. Claro que neste caso não teríamos exatamente uma análise de relações de poder idêntica às das transnacionais, mas vejo alguns pontos comuns que se tornam úteis para os questionamentos que apresentarei. As instituições financiadoras de projetos de intervenção do hemisfério norte²⁸ não fornecem apenas dinheiro aos países do sul, “pobres e subdesenvolvidos”, aqueles nos quais estão as masculinidades – e feminilidades – atrasadas e reiteradamente (re)colonizadas. Junto ao dinheiro da *International Planned Parenthood Federation/Western Hemisphere Region (IPPF/WHR)*, *Summit Foundation*, *Moriah Fund*, *Gates Foundation*, *US Agency for International Development*, todas elas norte-americanas e financiadoras do Manual H, se exportam e impõem representações de gênero, noções sobre como devem ser pensadas as identidades, a equidade de gênero, suas mudanças, os meios para alcançá-las e, obviamente, modos específicos de pensar e de viver o masculino que privilegiam representações de homens brancos heterossexuais do norte desenvolvido. Quais lugares ocupam as masculinidades pobres e não brancas do “terceiro mundo” neste processo? Resulta interessante, quando menos curioso, que na Argentina, um país da América Latina onde aproximadamente 90% da população se autoconsidera “eurodescendente” (CORACH, LAO, 2010), quase não existam ONGs dedicadas ao trabalho de intervenção grupal com homens. Há, por exemplo, uma “psicoterapização” do masculino que se dá através de instituições como *Varones.com.ar*²⁹, uma clínica privada especializada com consultas individuais,

²⁸ No apêndice 2 é possível encontrar uma lista de vários projetos de ONGs brasileiras que trabalham com homens desde uma perspectiva de gênero e as instituições financiadoras.

²⁹ Site: <<http://www.varones.com.ar/>>

grupos terapêuticos e grupos de reflexão com homens. E não é precisamente que a violência lá não seja apontada como um problema, pois a cada 30 horas morre uma mulher argentina vítima de violência exercida por um homem³⁰. Obviamente, também não podemos esquecer o protagonismo da psicanálise naquele país³¹ (ARDILA, 1979; MARÍN, 1995; SAFORCADA, 2008), inclusive, uma parte importante dos estudos de gênero na Argentina possuem uma significativa influência psicanalítica (BURÍN; BLEICHMAR, 1996; BURIN; MELER, 1998; FERNANDEZ, 1993), mas penso que este contraste merece análises mais atentas. Em quanto em países “mais atrasados”, com altas porcentagens de negros, mestiços e indígenas, as mudanças na população masculina supõem (re)educar ou ensinar aos homens outros modos de comportamento; em outros países, considerados “europeizados”, o que os homens precisam é de psicoterapia. De qualquer maneira, é apenas uma hipótese que precisa maior nível de exame.

Retomando a ideia do antepenúltimo parágrafo, é importante evitar cair na ingenuidade de pensar que toda a dinâmica dos projetos (editais, objetivos, critérios de avaliação; relações avaliador-avaliado e financista-executor; acompanhamentos, monitoramentos, supervisões e resultados esperados) possui um caráter neutro em relação às identidades em geral, e às identidades de gênero, em particular. Especialmente na atualidade, quando se considera que incluir “análises de gênero” é uma exigência nos projetos de cooperação internacional, independentemente do assunto ou problemática principal do projeto. Refletindo nesta direção, Kimmel (1998) indica que a globalização pode trazer uma multiplicação – hierarquizada, agrego eu – de masculinidades, mas as condições desiguais que definem os rumos e matizes da globalização, geram novas condições de dominação para pequenos grupos de homens ou masculinidades locais, dominação essa que termina institucionalizando modelos de masculinidade importados.

³⁰ Dado divulgado no Jornal El Mundo, da Espanha, em novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/america/2014/11/28/5477de1322601d0f748b4575.html>>

³¹ Alguns comentários relevantes no texto publicado no Jornal Página 12 (16 de abril, 2009). Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/psicologia/9-123292-2009-04-16.html>>

Reconheço que houve um momento em que pensei que as ONGs que produzem materiais como o MH “criavam” projetos e logo procuram financiamento para levar adiante sua proposta. No entanto, tem sido possível confirmar que regularmente essa não é a dinâmica³². O que acontece, no geral, é a abertura de editais com objetivos, condições, exigências e metas definidos por parte das instituições financiadoras, para os quais as ONGs apresentam propostas “criativas” sobre como alcançar os fins propostos. Em poucas palavras, as ONGs não são tão autônomas como imaginamos e muitas delas vêm se especializando em executar metas pré-elaboradas pelas instituições ou organismos que têm o dinheiro, ou melhor, em prestar serviços especializados para atingir determinados fins que estão relacionados com as áreas temáticas ou público alvo das próprias ONGs. Sobreviver fora desse esquema, é quase impossível, pois as ONGs dependem do financiamento para existir.

Louro assinala que as relações de poder que envolvem as identidades de gênero apontam para a valorização de identidades como a masculina branca, que são vistas como “‘tão ‘normais’ que não precisam dizer de si; enquanto outras se tornam ‘marcadas’ e, geralmente, não podem falar por si” (LOURO, 2000, p. 67). Impõe-se, portanto, a necessidade de estender as análises culturais de gênero das dinâmicas da cooperação internacional e o financiamento de projetos para questionar e desarticular as hierarquias e ordenamentos aí imbricados, pois muitas vezes quem põe o dinheiro, estabelece as regras, impõe a ideologia que defende e promove a homogeneização da subjetividade, descartando o indesejado, o que perturba, o que incomoda, o que afeta, o que parece crime.

5.4 Táticas e técnicas: o MH em movimento

Os movimentos feministas e os movimentos LGBT ilustram exemplarmente o que conhecemos como “política de identidade” (HALL, 1997). Esses movimentos constituem grupos de luta organizados para ganhar visibilidade e reivindicar direitos, imprimindo jornais, fazendo páginas de internet,

³² Para estas afirmações, estou me baseando em entrevistas informais com profissionais de ONGs brasileiras que trabalham com homens desde uma perspectiva de gênero.

preparando marchas, paradas e manifestações, elaborando projetos de leis, denunciando episódios e situações de opressão/discriminação, dentre outras formas de atuação. Sobre esta questão, Seffner (2003) considera que

A política de identidade pode ser entendida como uma forma de resistência ao poder. Mas não necessariamente antagônica, pois ela pode comportar um jogo complexo de negociações, envolvendo composições, recusas, aceitações parciais, criação de novas possibilidades de exercício de poder e resistência, redefinição de fronteiras, etc. (p. 76).

Neste sentido, e considerando suas particularidades em comparação com os movimentos negros³³, feministas ou LGBT, Connell (2003) define as diferentes expressões da preocupação pela questão masculina como “política da masculinidade” e a compreende como aquelas mobilizações e lutas que se ocupam do significado do gênero masculino e da posição dos homens nas relações de gênero. Segundo Connell, a política da masculinidade inclui o questionamento das “formas das práticas nas quais os conceitos de masculinidade encontram-se incluídos, suas bases estruturais nas relações de gênero e a justiça de gênero” (p. 277). Como a masculinidade não é um padrão único, a política da masculinidade toma variadas formas.

Estou considerando a atuação de homens que voluntariamente se agrupam formalmente – em ONGs, por exemplo –, ou informalmente, para promover mudanças nos comportamentos nos homens com a finalidade de superar situações de opressão, discriminação ou exclusão entre homens e mulheres e entre homens em si³⁴. Seffner (2003) define estas associações como “grupos de homens que se indagam sobre sua identidade cultural e psíquica e seus modos de vida, e propõem alternativas práticas de modificação do cotidiano, acompanhadas de trabalhos de reflexão (p. 121). Em sintonia com esta linha de pensamento, Ramírez (1993) afirma que a estrutura patriarcal torna-se opressora para os próprios homens e como resultantes desses

³³ Organizações no Brasil que lutam contra o preconceito racial, principalmente aquele que desvaloriza às pessoas negras, mulatas e mestiças.

³⁴ Estou excluindo, ainda que sejam grupos de homens, aquelas agrupações que defendem a reafirmação do masculino como norma e que Bonino (1998) considera como fundamentalismo masculino.

processos gestam-se movimentos de homens para refletir sobre suas masculinidades, problematizando a possibilidade de construir uma nova masculinidade que não integre centralmente o poder, a competição e a dominação.

Esses grupos voluntários de homens, como seria possível nomeá-los, vêm tendo maior visibilidade desde a década de 1970. Ainda que nessa época tenham estado localizados principalmente nos Estados Unidos e nos países escandinavos (BONINO, 1998; CONNEL, 2003), na atualidade têm se estendido por vários países, sobretudo a partir da década dos anos 90 do século passado, quando os homens ganharam maior destaque em várias conferências internacionais do Sistema das Nações Unidas. Os objetivos desses grupos de homens não são exatamente iguais, mas, de forma geral, se autodenominam feministas, pró-feministas, antipatriarcais, antissexistas, grupos de homens pela equidade de gênero ou contra a violência.

Além desses grupos, temos organizações que fazem trabalho de grupo *com* homens. Ainda que as atividades e propósitos sejam similares, existe uma particularidade relevante no segundo caso: a congregação de profissionais interessados/as em se apresentar como especialistas do governo do masculino.

Apesar de podermos encontrar bases ideológicas bastante similares em ambos os espaços – a promoção de mudanças na saúde, comportamentos e estilos de vida nos homens –, as formas como estas agrupações se organizam e funcionam são um tanto diferentes, pois as segundas assumem o trabalho de grupo com homens como um serviço e uma área de pesquisa para a produção de métodos, manuais e cursos. Isso não significa que umas e outras não desenvolvam atividades ou ações muito parecidas, mas a singularidade das segundas está definida pela institucionalização e especialização do trabalho grupal com homens desde uma perspectiva de gênero, principalmente através de projetos financiados por agências de cooperação internacional ou por organismos governamentais, mas também através de sua mercantilização, como

é possível encontrar, por exemplo, na Espanha (Centro de Estudios de la Condición Masculina)³⁵, e na Argentina (Varones.com.ar)³⁶.

Entendi ser necessário fazer esta diferenciação porque o MH propõe o trabalho de grupo com homens como o instrumento idôneo para alcançar os objetivos descritos: “o ponto central destes cadernos é constituído por uma série de técnicas para trabalhar com homens jovens em grupos” (MH, v. 1, p. 15). Desta maneira, O MH ganha vida após sua leitura, entra em ação na medida em que promove e estimula investimentos pedagógicos nos homens, fornecendo as técnicas e colocando em movimento facilitadores/as e homens para determinadas mudanças nos comportamentos desses últimos. Um dos objetivos do manual é precisamente “proporcionar exemplos detalhados de técnicas que educadores de saúde, professores e outros profissionais podem executar com grupos de homens jovens sobre estes temas” (MH, v. 1, p. 12).

Visto assim, o MH promove o trabalho de grupo com homens como o instrumento de governo³⁷ idôneo para materializar uma pedagogia da masculinidade que procura conduzir/mudar as condutas dos homens através do ensino de práticas alternativas com relação à violência, paternidade, cuidado e saúde sexual e reprodutiva. É esta a expressão de um poder que, desde a perspectiva foucaultiana, não se exerce a partir de alguém, senão a partir de algo, que seria a norma veiculada no manual, já descrita anteriormente na primeira subseção deste capítulo. Como afirma Godinho (1995), desde esta concepção não existe o poder, em todo caso

existem poderes disseminados em toda a estrutura social por intermédio de uma rede de dispositivos da qual ninguém, nada escapa. O poder único não existe, mas, sim, práticas de poder, [...] o poder não é algo que se possui, mas algo que se exerce (p.68).

³⁵ Ainda que se encontra na Espanha, o diretor é argentino. Disponível em: <<http://www.cecomas.com/>>

³⁶ Disponível em: <<http://www.varones.com.ar/>>

³⁷ Utilizo os termos governo, governmento e governamentalidade como equivalentes para me referir a arte de governar e conduzir a conduta dos outros.

Utilizando-me desta concepção de poder, o trabalho grupal poderia ser entendido como a técnica disciplinar que o MH promove para o governo da masculinidade, ou seja, para conduzir as condutas dos homens, ou seja, levar, direcionar, guiar e moldar aspectos do comportamento seguindo um conjunto de normas e para os mais variados propósitos (DEAN, 1999).

Portanto, para governar precisamos “estruturar o eventual campo de ação dos outros” (FOUCAULT, 1995, p. 244), assim entende-se o poder como algo que funciona estabelecendo relações e os efeitos de sujeição que o poder exerce não devem ser conferidos a uma apropriação, mas a táticas, a técnicas, a funcionamentos. Conseqüentemente, encontramos, na estruturação do campo de ação dos homens que propõe o MH, três elementos relevantes para o exercício do governo das masculinidades ou para o exercício da pedagogia contida no MH:

- a norma como guia ou direção do governo, definida nas práticas desejadas nos homens;
- as táticas que o MH utiliza para capturar e envolver aos homens nas mudanças prescritas no material;
- a técnica proposta para produzir as mudanças, neste caso, o trabalho em grupo e o uso de técnicas grupais.

Como anteriormente me dediquei à descrição analítica da norma de masculinidade que estabelece o MH, me ocuparei a seguir dos dois últimos elementos.

Para começar a analisar as táticas que o MH utiliza para capturar e envolver aos homens nos processos de mudanças que propõe, devemos ter em conta que tais táticas têm se definindo a partir da visualização da centralidade do masculino como barreira que dificulta seu governo. Não é possível mudar uma conduta que se institui como norma e referência. Para isso é necessário desestabilizá-la, assumi-la como objeto de questionamentos, assinalá-la como nociva, indicar as situações e elementos que a colocam em risco para mostrar sua fragilidade, apontar os prejuízos econômicos que provoca, e, também posicioná-la potencialmente como aliada. As próprias representações dos homens no manual constituem as táticas para conseguir a condução, controle e administração deles.

Cada uma das táticas acionadas no MH –o homem problema, o homem vulnerável e o homem como aliado – é decisiva para a disposição e “entrega” dos homens ao governo de seus corpos e almas por outros saberes que situam o saber comum sobre como ser homens num lugar inferior. Deste modo, estas táticas colaboram para a finalidade de tornar governáveis, dóceis e úteis os corpos dos homens para os objetivos do MH. Ainda que sejam distintos os discursos que suportam estas táticas – médico, dos movimentos sociais, das conferências internacionais, dos estudos acadêmicos –, todos eles coincidem na necessidade de “domesticar” o masculino, fazê-lo se render frente a estes discursos e (re)conduzir comportamentos e práticas nos homens. Convivem assim, por um lado, a linguagem dos/as especialistas, e por outro, a dos chamados movimentos sociais, produzindo um discurso híbrido em que caminhos e discursos diversos parecem levar a um mesmo propósito - a pedagogização/medicalização do corpo masculino. Contudo, isso não suprime a possibilidade de refletir sobre alguns paradoxos.

Carrara, Russo e Faro (2009), por exemplo, afirmam que a questão parece ser bastante mais complexa, argumentando que apresentar os homens vulneráveis e como problema “afirma o caráter ‘insalubre’ de certa masculinidade, sendo os homens apresentados como vítimas de sua própria masculinidade” (p. 678), e que este discurso de vitimização e paternalista contribui mais para ocultar do que revelar as relações de poder aí imbricadas. E agregam que

Para os homens, articular reivindicações a partir de uma posição generificada e tornar-se visíveis enquanto "homens" significa colocar-se no mesmo plano que as mulheres. Perderiam assim a posição de representantes universais da espécie e arriscariam a perder também suas prerrogativas na hierarquia de gênero. Talvez seja por isso mesmo que eles não o fazem (CARRARA; RUSSO; FARO, 2009, p. 678).

Dessa maneira, na tática do homem vulnerável e problemático, os homens devem aparecer como sujeitos passivos, sendo representados pelos médicos, pelas feministas, pelos/as acadêmicos/as, pelos/as formuladores /as e executores/as de políticas que se implantam em nome deles, mas com muita

pouca participação deles mesmos. E ainda, paradoxalmente, espera-se que os homens exerçam protagonismo em relação às suas demandas. Se, no caso das mulheres, foi necessário seu “empoderamento”³⁸ para que fossem protagonistas de suas demandas, no caso dos homens, o protagonismo implica precisamente o contrário, ou seja, assumir sua fragilidade e vulnerabilidade para conseguir que eles enunciem e defendam suas próprias demandas. Portanto, apresentar os homens como irresponsáveis e incoerentes são táticas que vão mais na direção de colocar os homens em disposição para a mudança, em disposição para o governo.

Além das táticas do homem vulnerável, o homem problema e o homem aliado, que abordei na subseção 4.4, encontra-se também a tática do dever como direito. No MH se ressalta, por exemplo, a necessidade de “promover os direitos sexuais e reprodutivos dos homens” e se afirma que “os homens passam a ser também sujeitos de direitos sexuais e reprodutivos” (MH, v.1, p. 33). E posteriormente se descrevem alguns desses direitos:

Não se pode esquecer que o pai tem direito de: participar do pré-natal. Isto pode ser muito importante para ele, para sua companheira e para o bebê. [...] ter suas dúvidas esclarecidas sobre a gravidez, sobre o relacionamento com a mulher e sobre os cuidados com o bebê. Ele não é apenas acompanhante de sua companheira, mas é também o pai da criança que vai nascer. Participar é fundamental! [...] ser informado sobre como a gravidez está evoluindo e sobre qualquer problema que possa aparecer. [...] na época do parto, ser reconhecido como PAI e não como ‘visita’ nos serviços de saúde. [...] ter serviço facilitado para acompanhar sua companheira e o bebê a qualquer hora do dia. É importante que o pai vá com a mãe na consulta pós-parto, para receber as informações e as orientações sobre contracepção e prevenção de doenças transmitidas em relação sexual e Aids. Sua participação durante a gravidez, parto e pós-parto é um direito que deve ser exercido (MH, v. 2, p. 33-34).

Isto é, questões que em outro momento foram tidas como deveres ou obrigações dos homens nas demandas das feministas, agora são interpretadas

³⁸ A filosofia do empoderamento tem sua origem no enfoque da educação popular desenvolvida por Paulo Freire, estando ambas muito vinculadas aos considerados enfoques participativos. Ainda que o empoderamento seja aplicável a todos os grupos vulneráveis ou marginados, seu nascimento e maior desenvolvimento teórico tem se dado em relação às mulheres. Desde um enfoque feminista, o empoderamento das mulheres inclui tanto a mudança individual, quanto a ação coletiva, e implica a alteração radical dos processos e estruturas que reproduzem a posição subordinada das mulheres como gênero.

como direitos. Segundo Carrara, Russo e Faro (2009), nota-se uma tática similar na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, e qualificam como

[...] curiosa essa formulação, uma vez que a demanda pela participação masculina nas decisões reprodutivas é uma bandeira do movimento feminista. Normalmente, tal participação aparece como exigência das mulheres, como um dever do qual o homem tende a escapar. No documento, o que antes era considerado um dever se transforma em direito (p. 677).

Parece ser esta a melhor tática encontrada para lidar com o maior paradoxo do MH ao prescrever práticas que não foram reivindicadas pelos homens. Assim, os homens não só são posicionados para se colocar à disposição de serem conduzidos, senão que, ademais, estão exercendo seus direitos.

Como principal técnica de governo, o MH propõe o trabalho em grupo e o uso de técnicas grupais. Em cada caderno se apresentam entre 11 e 16 técnicas grupais que estão diretamente relacionadas com a temática principal de cada caderno. O uso do trabalho grupal como técnica de governo não é um elemento inovador no MH. Ela vem sendo um instrumento de uso recorrente no campo de atuação dos movimentos sociais e das ONGs, pois se acredita que o grupo constitui um espaço ideal para promover maiores níveis de reflexão nos/as participantes. Os grupos de intervenção se estruturam em torno de uma tarefa específica, num tempo e espaço restringido e diferenciado da prática habitual dos sujeitos. Ainda que o MH não declare nenhuma em específico, as variantes metodológicas para o trabalho grupal são diversas.

Segundo Reyes (2009), várias alternativas metodológicas são utilizadas nas intervenções grupais com homens e mulheres incorporando uma perspectiva de gênero no questionamento de relações de poder e visibilização de hierarquias. A autora destaca os grupos operativos – que objetivam a desarticulação de estruturas estereotipadas –, os grupos de reflexão – que promovem a indagação e reflexão coletiva –, os grupos formativos – que se focam nos mal-estares do dia a dia – e os grupos psicodramáticos – que tomam a dramatização como núcleo de abordagem onde as expressões verbais e

corporais se complementam. A autora também ressalta que a Psicologia, fundamentalmente a Social e de Grupos, tem desempenhado um papel relevante na formulação destas propostas metodológicas, bem como as têm colocado à disposição de especialistas de outras áreas ou pessoas sem nenhuma especialização. Neste sentido, Rose (2001) adverte que as disciplinas “psi”

adquiriram uma peculiar capacidade penetrativa em relação às práticas para a conduta da conduta. Elas têm sido não apenas capazes de fornecer toda uma variedade de modelos do eu, mas também de fornecer receitas praticáveis para a ação em relação ao governo das pessoas, exercido por diferentes profissionais, em diferentes locais [...]tem-se tomado impossível conceber a pessoalidade, sentir a própria pessoalidade ou a alheia ou governar a si ou aos outros sem as disciplinas “psi” (p. 46).

Segundo este último autor, a história dos saberes da Psicologia está estreitamente associada à história do governo num duplo sentido: através dos saberes que tornaram as subjetividades inteligíveis; e através da formulação de múltiplas alternativas metodológicas que visam conduzir a conduta dos sujeitos, tanto através da disciplina e da norma, quanto através da liberdade e da atividade deles, incitando-os a se tornarem mais inteligentes, responsáveis, empreendedores, autônomos, dóceis, produtivos, motivados e dotados de autoestima (ROSE, 2001).

Desse modo, encontramos no trabalho grupal uma articulação afinada entre o poder pastoral e o poder disciplinar. Poder pastoral que tem sido laicizado e, conseqüentemente, intensificado, multiplicado, detalhado, na contemporaneidade, expressando-se de variadas formas na Pedagogia, Medicina e Psicologia, mas conservando a relação de aconselhamento, guia e orientação, entre a autoridade e os “membros do rebanho”: aqueles que serão conduzidos. Estaríamos assim frente à cientificização do poder pastoral.

Na relação pastoral, conformada aqui entre o/a facilitador/a e o grupo, quem integra o grupo deve obediência e é continuamente estimulado/a a expressar o que pensa, narrar sua vida, reconhecer suas violências, colocar em palavras seus vínculos e sentimentos, trocar ideias com o grupo, corporificando técnicas diversas como o arrependimento, “a confissão e a exposição do eu, a

exemplaridade e o disciplinado, incorporado à pessoa por meio de uma variedade de esquemas de auto-inspeção, auto-suspeição, exposição do eu, autodeciframento e auto formação” (ROSE, 2001, p. 38). Como bem explicado por Veiga-Neto (2005), o poder pastoral é vertical, sacrificial e salvacionista; individualizante e detalhista, por isso ressalta-se que “o uso deste material para grupos menores (15 a 20 participantes) é mais produtivo (MH, v. 1, p. 15).

Além de cada membro do grupo ocupar a posição de “conduzido” na relação com o/a facilitador/a, é continuamente chamado a incorporar ou mudar determinadas práticas associadas à violência, paternidade, expressão de emoções, utilização de serviços de saúde, etc. Lembremos que as táticas para capturar e envolver os homens em seus próprios processos de mudanças, personalizando prescrições previamente apresentadas no MH, procuram enfraquecer a resistência masculina às operações de governo constituídas a partir do discurso médico e do discurso político dos movimentos sociais. Acredito que, neste sentido, o poder disciplinar se complementar ao poder pastoral, garantindo a docilidade do masculino para poder ser governado através do

[...] controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade [...] A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. (FOUCAULT, 1998, p. 118).

Não temos aqui um poder disciplinar típico das instituições de sequestro, que funciona através de uma detalhada estruturação do espaço, do tempo e das relações entre os indivíduos, mas técnicas disciplinares “móveis e polivalentes [...] Não devemos ver as relações disciplinares e as relações pastorais de subjetivação como sendo opostas, seja histórica, seja eticamente” (ROSE, 2001, p. 38). É possível distinguir expressões do poder disciplinar na concepção do trabalho em grupo com homens, mas em outro nível de configurações. Em tempos em que o neoliberalismo promete cada vez mais “liberdade” e se consolida o capitalismo “farmacopornográfico” que produz subjetividades sob a gestão farmacológica e convocadas a sua promoção audiovisual (PRECIADO, 2008), recorre-se não apenas às disciplinas das instituições de sequestro

descritas por Foucault (1998), mas a uma espécie de disciplinas que podem operar de forma itinerante, pois no manual se indica que

Pode-se e deve-se usar essas técnicas em diversas circunstâncias - na escola, grupos desportivos, clubes juvenis, quartéis militares, em centros de jovens em conflito com a lei, grupos comunitários etc. Também podem ser usadas com grupos de jovens numa sala de espera de uma clínica ou posto de saúde. Precisa-se, enfim, de espaço privado, tempo disponível, facilitadores dispostos (MH, v. 1, p. 14).

De qualquer maneira, nessa configuração não se renuncia aos instrumentos que garantem o sucesso do poder disciplinar: a vigilância hierárquica que exerce o/a facilitador/a do trabalho grupal; a sanção normalizadora definida pela norma que descreve o homem desejado; e os exames contínuos dos quais são objeto os homens participantes.

Porém, nem a relação pastoral que investe de autoridade um eu externo, nem a disciplina, constituem, em última instância, os propósitos do MH. As estratégias de saber/poder que tomam corpo no manual procuram nos homens, como supra objetivo, a autovigilância, a “carnalização” da norma, que aprendam a ver-se e a julgar-se de acordo com essa norma, que se auto examinem/auto avaliem e se autocorrijam cotidianamente, seguindo as práticas padrão que o material prescreve. Enfim, aspira-se ao autogoverno dos homens para se tornem sujeitos responsáveis e saudáveis, sujeitos mais produtivos e adequados para o sistema. Vemos como é necessário atuar sobre a conduta do sujeito para torná-lo capaz de se autogovernar. Pode-se afirmar, então, que o trabalho grupal, como técnica de governo que opera sobre os homens participantes nos grupos, visa, acima de tudo, a produção de homens que aprendam a auto inspecionar-se e autorregular-se de acordo com normas estabelecidas, privilegiando a constituição subjetiva de masculinidades capazes de se relacionar consigo mesmas e, portanto, de se autogovernar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Manual H, aqui analisado, insere-se num grupo de materiais que procuram ir na contramão de outros textos ocupados em reforçar o masculino como norma e sujeito universal representado pela masculinidade branca, europeia, heterossexual, potente e conquistadora (TOBAR, 2006; MACHADO, 2007). Ele também opõe-se às iniciativas que estimulam a agrupação de homens revoltados com as conquistas dos movimentos feministas e LGBT, tais como os conhecidos *Men's Rights Activists* - Ativismo pelos Direitos dos Homens – ou masculinismo, como são nomeados no Brasil³⁹.

Tentei me aproximar do manual tomando-o como objeto de uma análise cultural de gênero que poderia ter sido feita de muitas maneiras e desde referenciais teóricos e metodológicos distintos. Não descarto nenhum outro exame do manual, nem acredito que as reflexões aqui apresentadas sejam inquestionáveis. Procurei estabelecer uma relação com o manual que me permitisse pensar no que nele se privilegia e no que não é tão relevante; analisar o que ele “diz” e “quem” fala nele, refletindo sobre seus paradoxos e suspeitando de seus propósitos.

Propus-me, assim, transitar de uma posição de veneração que, por certo tempo, caracterizou minha relação com manuais e intervenções voltadas ao público masculino, ao empreendimento questionador, desconstrutivo e problematizador de uma tecnologia de governo que visa homogeneizar práticas em relação aos homens, sejam da América Latina ou América do Norte, Europa, Ásia ou África. Analisá-lo deste modo se constituiu num exercício que mostrou a produtividade do Manual H ao colocar em marcha discursos, saberes, interesses, ideais, práticas e subjetividades.

Assumi o Manual H como um artefato pedagógico que ensina – e estimula o ensino internacional – sobre como ser homens na contemporaneidade desde certas posições ou coalisões estratégicas, nas quais se destacam os discursos da saúde e dos movimentos sociais. Nas análises do material, procurei me deter

³⁹ É possível acessar um blog destes grupos em:
<<http://masculinismoedireitosiguais.blogspot.com.br/search/label/Ativismo>>

nas ênfases e recorrências, mas também nas rupturas e deslocamentos, tentando manter “uma permanente reflexão e desconfiança radical frente a qualquer verdade dita ou estabelecida” (VEIGA-NETO, 2000, p. 47).

Enfatizo que a pretensão que norteou meus investimentos foi a análise do conteúdo (isto é, da articulação de seus diferentes textos) do MH, entendendo este conteúdo como um espaço de convergência de discursos, confrontando-os com outras noções sobre gênero, identidades e masculinidades. Não esteve entre meus propósitos reafirmar ou desacreditar a validade das práticas e prescrições que se instituem no manual como adequadas para serem assumidas pelos homens, tampouco avaliar se as situações e dados estatísticos que o manual apresenta se correspondem ou não com a “realidade” dos homens. Tal objetivo não está em sintonia com o referencial em que me inspiro.

Na análise realizada, percebi que, para fundamentar a necessidade de mudanças na população masculina e dar legitimidade a manuais deste tipo, os homens jovens são posicionados como problemáticos-perigosos ou causadores de danos a outras pessoas; em estado de auto degradação individual ou vulnerabilidade, ao assumir comportamentos que podem provocar danos para si; e como aliados para alcançar objetivos em função das demandas das mulheres, mas que também podem trazer benefícios para eles mesmos. Por vezes me pergunto se um dos efeitos do manual não seria a produção de homens mais adequados às demandas de algumas feministas. Lembremos, como aponta Rose (2008), que existe um conjunto de normas que não resultaram de “nenhum conhecimento do funcionamento orgânico da mente humana, como foram as normas da medicina em relação à regulamentação do corpo” (p. 157). Outras normas, como aquelas pautadas no manual através das práticas que privilegia, derivam de padrões requeridos, envolvendo aspirações sócio-políticas e institucionais.

Procurando compreender e tensionar o manual, foi possível notar a força dos discursos da saúde e dos movimentos sociais nas representações descritas. Neste sentido, os temas dos cinco cadernos que compõem o manual refletem os assuntos mais privilegiados ou centrais em ambos campos discursivos: os relativos às práticas sexuais e reprodutivas heterossexuais e a violência contra as mulheres. Dessa maneira, negociação, respeito, cuidado, responsabilidade,

saúde e participação, geralmente são concebidos e discutidos a partir de suas particularidades em vínculos que envolvem sexos opostos ou homens cuja trajetória se supõe heterossexualmente estável e fixa. O propósito está próximo da ideia de formar a todos para organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente superior e natural da heterossexualidade.

Talvez por isso a heteronormatividade é assumida como destino natural, ainda que possa ter desvios, indicando que não interessam nem todas as práticas, nem todas as masculinidades, e que esse é um manual elaborado pensando na heterossexualidade de forma compulsória. O homem de que se está falando no manual parece ser, muitas vezes necessariamente, um homem heterossexual. O material não ignora nem silencia a existência de outras possibilidades de viver a sexualidade. Masculinidades não heterossexuais recorrentemente aparecem no texto, mas como algo específico que precisa ser explicado e que merece uma subseção especial. Tenho dúvidas se com esta projeção se consegue desestabilizar o masculino heterossexual, forte, potente e corajoso que se pretende questionar e que se associa às situações de violência e vulnerabilidade abordadas no manual.

Foi possível advertir, ademais, que, por vezes, as masculinidades não são interpretadas como produtos de complexas relações de poder que se configuram em cada contexto histórico cultural, e que dados e situações de um lugar determinado são tomados como universais e servem para descrever tanto os homens de Estados Unidos quanto os da Índia. Como o manual foi testado em cinco países, acredita-se que ele serve para qualquer lugar, para qualquer homem. Deste entendimento deriva-se a pretensão da internacionalização do manual, convocando os homens de diversas latitudes a não serem violentos, se cuidarem, assistirem às instituições de saúde e serem pais responsáveis, desconsiderando as realidades concretas de vida dos homens que participam/participarão nos encontros grupais que o texto promove. Promovem-se práticas adequadas para um homem transcultural. Ao apresentar-se deste modo, penso que o manual limita possibilidades de diálogo com a pluralidade nos modos de viver as masculinidades e inviabiliza o contato com a diversidade.

Nesse sentido, o manual assume e (re)produz a existência de um sujeito homem universal e parece privilegiar uma masculinidade e paternidade

transnacionais, provenientes da classe média ou alta, promovendo cuidados e práticas talvez difíceis de serem realizadas por homens de baixa renda, de áreas rurais ou em situação de desemprego. Resulta curioso este paradoxo, na medida em que os projetos para a aplicação do manual em diversos contextos têm privilegiado os homens de baixa renda como seu público alvo⁴⁰ preferencial. Será que as transformações nos comportamentos dos homens passam por uma estratégia de normalização do masculino que toma como referente as “masculinidades brancas e ricas” e como alvo as “masculinidades pobres e não brancas”? É nessas “masculinidades pobres e não brancas” que residem o perigo, a violência, os comportamentos de risco e a irresponsabilidade paterna?

Da mesma forma, é necessário apontar que o manual responde a um tópico de interesse global pautado por uma agenda feminista de gênero: a necessidade de mudanças nos comportamentos nos homens. Portanto, o material representa um projeto de dimensões internacionais, assumido como prioritário pelas agências e organismos de cooperação internacional, e, conseqüentemente, impactado pelas relações que se estabelecem entre quem financia e quem executa. Nessa relação, como foi discutido, não podemos descartar que estejam se exportando e impondo representações de gênero e modos específicos de pensar e de viver o masculino que privilegiam representações do norte desenvolvido. Reitero que as masculinidades são construtos sociais e históricos, devendo ser compreendidas

sob o caráter da provisoriedade e da contingência [o que] pode significar a alteração de algumas crenças do projeto de construção da sociedade moderna, dos processos que constituem desigualdades e hierarquias em relação a gênero – isto é, de modelos sociais que em diferentes momentos e circunstâncias investem nas mulheres [e nos homens] a partir de uma suposta essência universal (KLEIN, 2003, p. 15).

Além disso, chamo a atenção para o fato de que a globalização implicada nesses processos pode trazer a padronização e multiplicação hierarquizada de masculinidades e novas condições de dominação para masculinidades locais,

⁴⁰ Para mais informações, podem ser consultados os relatórios anuais do Instituto Promundo. Disponíveis em: <<http://promundo.org.br/recursos/?tipo=relatorios-anuais>>

dominação esta que termina institucionalizando modelos de masculinidade importados. Em outras iniciativas, como por exemplo a *Global MenEngage Alliance* (Alianza Global MenEngage⁴¹), é possível notar as dimensões que ganham estas metas. Beiras (2013) descreve que a MenEngage já envolveu 400 organizações de África, América Latina e Caribe na promoção da discussão com homens e meninos sobre saúde e violência.

Outro elemento que pode ser citado como relevante nas análises é a visibilização do manual como um material vivo e em movimento que promove e desencadeia técnicas disciplinares. O trabalho grupal emerge como uma técnica disciplinar idônea para alcançar as mudanças que se propõem, para materializar uma pedagogia da masculinidade que procura conduzir/mudar as condutas dos homens através do ensino de práticas alternativas em relação à violência, paternidade, cuidado e saúde sexual e reprodutiva. Existe pouca margem para duvidar da efetividade do trabalho em grupo, pois

O que podemos afirmar via testes de campo realizados é que usar estas técnicas como parte de um processo grupal com homens jovens fomenta mudanças de atitudes e aquisição de novos conhecimentos em face da sexualidade e saúde reprodutiva e da necessidade de maior igualdade entre homens e mulheres, seja entre homens jovens no âmbito público, seja entre homens jovens e seus/suas parceiros/as nas relações íntimas (MH, v. 1, p. 13).

Desde a invenção do grupo como “um campo a ser estudado, registrado, calibrado e administrado” (ROSE, 2008, p. 160), vem se formulando as mais variadas metodologias para recriar as relações psicológicas do indivíduo com relação ao grupo e atingir os objetivos propostos. O trabalho grupal tem sido descoberto como uma poderosa técnica de administração e governo de sentimentos e atitudes para alcançar determinados fins.

Saliento, ademais, que as indagações em torno ao manual possibilitaram descrever analiticamente as táticas as quais se recorrem no material para seduzir e capturar aos homens, para “engajar os homens adultos e jovens” – se quisermos empregar as próprias palavras do texto. Nesse sentido, concluo que

⁴¹ Disponível em: <<http://menengage.org/>>

se investe enfaticamente nas representações do homem problema/causador de danos, vulnerável e aliado, como tática para persuadir os homens da necessidade de mudar determinados comportamentos e assumir certas práticas. Encontrei, ainda que em menor medida, o interesse em promover um protagonismo masculino ou conseguir que os homens tenham “voz própria” na demanda por determinados espaços, funções ou políticas sociais. Nota-se o investimento neste propósito através da representação dos homens como sujeitos de direitos, principalmente direitos sexuais e reprodutivos que antes eram tidos como deveres. De qualquer maneira, seria interessante promover a discussão em torno do paradoxo de um movimento de homens que colocasse na própria voz os questionamentos e alternativas que têm sido pensadas e prescritas para eles. Seria este um movimento de homens baseado numa matriz feminista de gênero ou numa “leitura feminista de gênero [onde] os homens podem ser sujeitos?” (MEDRADO; LYRA, 2012, p. 2580). Ou ter voz própria significaria pensar as mudanças nos comportamentos dos homens tendo em conta suas próprias necessidades, interesses e demandas? E que entenderíamos por sujeitos com voz e necessidades próprias quando já sabemos que

as formas pelas quais os seres humanos "atribuem sentido à experiência" têm sua própria história. Dispositivos de "produção de sentido" - grades de visualização, vocabulários, normas e sistemas de julgamento – não são produzidos pela experiência; eles produzem a experiência (JOYCE, 1994 apud ROSE, 2001, p. 36).

Também teríamos que discutir se reconhecer que essas necessidades e interesses são produzidos significaria dizer que eles não são relevantes e válidos.

Embora tenha sido percebido o destaque dos discursos da saúde e dos movimentos feministas e LGBT no MH, é importante ressaltar que talvez seja necessário pensar os propósitos do manual em outra dimensão e correspondendo/envolvendo outros interesses. Rose (2001) adverte que as

características internas dos domínios a serem governados adquirem particular importância nas estratégias e nos programas liberais de governo, pois esses domínios não são “dominados” pelo governo, mas devem ser conhecidos, compreendidos e abordados de uma forma tal que os eventos em seu interior – [...] as formas de criação de filhos e de organizar as relações conjugais [...] – sustentem os objetivos políticos em vez de lhes fazerem oposição (p. 40-41).

Nesta direção, e acompanhando a visão deste autor, talvez seja possível afirmar que o campo estratégico geral dos projetos e programas de governos liberais tenha sido definido pela questão sobre “como indivíduos livres podem ser governados de maneira tal que eles vivam sua liberdade de forma apropriada” (ROSE, 2001, p. 40).

Com as análises esboçadas aqui procurei questionar verdades e problematizar as operações que elas colocam em movimento, assim como as noções e discursos que sustentam esses movimentos. Não aspiro apresentar uma ideia melhor acerca do manual ou um conjunto de recomendações para a elaboração de manuais voltados à população masculina. Isto seria simplesmente substituir uma verdade por outra e estaria em oposição à “afirmação de uma política que se recusa a aceitar o que é, mas não postula um dever ser. Uma política que assevera o valor de manter aberto o sentido das transformações” (KOHAN, 2003, p. 250).

Por fim, concluo esta etapa da pesquisa sabendo que as interrogações delineadas abrirão outras possibilidades de análises e de indagação em torno às masculinidades, como elas são pensadas hoje e como são examinadas, avaliadas e administradas. Com certeza, o trabalho aqui empreendido poderia ser estendido a partir de outros eixos analíticos e multiplicado em diversas outras temáticas e olhares, uma vez que manuais deste tipo são potentes instituidores e produtores de masculinidades.

Referências Bibliográficas

ARDILA, R. La psicología en Argentina: pasado, presente, futuro. *Revista Latinoamericana de Psicología*, v. 11, n. 1, p. 71-91, 1979.

ARÉS MUZIO, P. Virilidad ¿Conocemos el costo de ser hombres? *Sexología y Sociedad*, n. 4, p. 34 - 38, 1996.

ARIAS MADRAZO, M. Los hombres y los costos al sistema de salud. Em: *Ciencia y Conciencia* (Anais). Congreso Bienal Internacional de Psicología, Universidad de Oriente, Santiago de Cuba, Cuba, 2005.

ARILHA, M. *O masculino em Conferências e programas das Nações Unidas: para uma crítica do discurso de gênero*. Tese (Doutorado em Saúde Pública) Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

BADINTER, E. *XY: la identidad masculina*. Madrid: Alianza, 1993.

BARKER, G. et. al. How do we know if men have changed? Promoting and measuring attitude change with young men: lessons from Program H in Latin America. Em: RUXTON, S. (ed.). *Gender Equality and Men Learning from Practice*. Oxford: Oxfam GB, 2004. p. 147-161.

BEAUVOIR, S. de. *El segundo sexo*. México: Mexicana, 1990.

BEIRAS, A. Experiencias internacionales y españolas de intervención con hombres para el cambio de las relaciones de género. Em: FREIXANET, M. (ed.). *Homes i gènere. Polítiques locals i la transformació de les masculinitats*. Barcelona: ICPS, 2013. p.173-209.

BELLO, A. T. *Sujeitos infantis masculinos: homens por vir?* Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BESSA, K. A. Posições de sujeito, atuações de gênero. *Estudos Feministas*, n. 1, p. 34-45. 1998.

BONINO MENDEZ, L. "Mortalidad en la adolescencia y estereotipos masculinos". Ponência apresentada em: Terceras Jornadas de Atención Primaria de la Salud, Buenos Aires, Argentina, marzo, 1989.

_____. Los varones ante el cambio de las mujeres. *Lectora - Revista de Dones i intertextualitat*, n. 4, p. 12-21, 1998.

_____. *Deconstruyendo la 'normalidad' masculina'. Apuntes para una 'psicopatología' de género masculino*. Conferência ministrada na Asociación Española de Clínica y Psicoterapia Psicoanalítica, Madrid, 1997. Disponível em: <<http://www.hombresigualdad.com/>> Acesso em: 12 dez. 2006.

BOSCÁN, L. A. Las nuevas masculinidades positivas. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, n. 41, p. 93-106, 2008.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Em: *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, 1995.

BRASIL- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: Princípios e Diretrizes*. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde-Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, 2008.

BUEZAS CALVO, T. Reseña: Varones al son de la migración. Migración internacional y masculinidades de Veracruz a Chicago. *Política y Sociedad*, v. 48, n. 1, p. 211-213, 2011.

BUJES, M. I. E. *Infância e maquinarias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BURÍN, M.; BLEICHMAR, E. D. *Género, Psicoanálisis, Subjetividad*. Buenos Aires: Paidós, 1996.

BURIN, M.; MELER, I. *Varones, género y subjetividad masculina*. Buenos Aires: Paidós, 2000.

BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"* Em: LOURO, G.L. (org) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRÉ PAIRET, M., SALMÓN MUÑIZ, F. (eds.). *Sexo y género en Medicina: una introducción a los estudios de las mujeres y de género en ciencias de la salud*. Santander: Editorial de la Universidad de Cantabria, 2013.

CARRARA S. *Tributo a Vênus – a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 1996.

CARRARA S.; RUSSO J.; FARO L. A política de atenção à saúde do homem no Brasil: os paradoxos da medicalização do corpo masculino. *Physis*, v. 19, n. 3, p. 659-678, 2009.

CHIAROTTI, S. Aportes al Derecho desde la teoría de Género. *Otras miradas*, v. 6, n. 1, p. 6-22, 2006.

CONNELL, R. Masculinities and Globalization Em: *Men and Masculinities*, v.1, n1, p. 3-23, 1998.

_____. *Masculinidades*. México: UNAM, 2003.

_____. ; WOOD, J. Globalization and Business Masculinities. Em: *Men and Masculinities*, v.7, n.4, p. 347-364, 2005.

CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos feministas*, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v21n1/14.pdf> Acesso em 20 jul. 2014.

CORACH, D.; LAO, O. Inferring Continental Ancestry of Argentineans from Autosomal, Y-Chromosomal and Mitochondrial DNA. *Annals of Human Genetics*, v. 28, n. 1, p. 65–76, 2010.

CORRÊA, S; VIANNA, A. Teoria e práxis em gênero e sexualidade: trânsitos, avanços, dramas e pontos cegos. Em: BONETTI, A.; FLEISCHER, S. (orgs.) *Entre pesquisar e militar. contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feministas* (Dossiê). Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2007. p. 5-21.

COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. H.; SOMMER, L. H. Estudos Culturais, educação e pedagogia. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, p. 36-61, 2003.

COSTA, M. V. Apresentação. Em: *Estudos Culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...*Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. p. 9-10.

COSTA, M. V. Estudos culturas e Educação – um panorama. Em: SILVEIRA, R. M. H. (ed.). *Cultura, poder e educação: um debate sobre os Estudos Culturais em Educação*. Canoas: ed. da ULBRA, 2005. p. 107-120.

DAHLBERG, G; MOSS, P.; PENCE, A. *Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DE KEIJZER, B. El varón como factor de riesgo: masculinidad, salud mental y salud reproductiva”. Em: TUÑÓN, E. (ed.). *Género y salud en el Sureste de México*. Villahermosa: ECOSUR y UJAD, 1997. p. 67-81.

DEAN, M. *Governamentality: power and rule in modern society*. London: Sage, 1999.

DERRIDA, J. *Gramatologia*. Campinas: Papyrus, 1973.

EWALD, F. *Foucault, a norma e o direito*. Lisboa: Veja, 1993.

FELIPE, J. Entre tias e tiazinhas: pedagogias culturais em circulação. Em: SILVA, L. H. (org.) *Século XXI: qual conhecimento? Qual currículo?* Petrópolis: Vozes, 1999. p. 167-179.

FERNÁNDEZ, A.M. *La mujer de la ilusión*. Editorial Paidós: Buenos Aires, 1993.

FERNÁNDEZ, L. P. *Nas trilhas da família...: como e o que um serviço de educação social de rua ensina sobre relações familiares*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FIGLIUZZI, A. *Homens sobre rodas*. Representações de masculinidades nas páginas da Revista Quatro Rodas. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FIGUEROA PEREA, J. G. Paternidad, mortalidad y salud: ¿es posible combinar estos términos? Em: *IV Coloquio Internacional de Estudios sobre Varones y Masculinidades*. Políticas públicas y acciones transformadoras. Uruguay, 2011, p. 65-72. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B3FLbfBc-N_ZDZiNWgyaHE2X3c/edit?pli=1>. Acesso em 15 jan. 2013.

FNUAP- Fundo de População das Nações Unidas. *Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento*. Nova Iorque: Nações Unidas, 1995.

FNUAP- Fundo de População das Nações Unidas. *Key actions for the Further Implementation of the Programme of Action of the ICPD*. Nações Unidas: Nova Iorque, 1999. Disponível em: <http://www.unfpa.org/public/home/sitemap/icpd/International-Conference-on-population-and-Development/ICPD5-key-actions> Acessado em: 22 out. 2011.

FONSECA, M. A. da. Normalização e direito. Em: BRANCO, G. C. PORTOCARRERO, V. (orgs.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000. p. 218-232.

FOREMAN, M. *En las manos de ellos: el comportamiento de los hombres, influenciado por percepciones sobre la masculinidad, determina cuán rápidamente y a quién se transmite el VIH*, Disponível em: <http://www.redmasnicaragua.org/images/documents/Masculinidad_salud/Comportamiento_hombresrelacionvih.pdf> Acesso 19 out. 2004.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade II. O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. O sujeito e o poder. Em: RABINOW, P.; RABINOW, H. Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *A história da sexualidade I – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal. 2003a.

_____. *Microfísica do poder*. 18 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003b.

_____. *Ditos e escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *Nacimiento de la biopolítica: Curso en el Collège de France: 1978-1979*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2007.

_____. *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2010

_____. *A Ordem do Discurso*. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

FREUD, S. *Obras Completas (24 T)*. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.

GARCIA, W. O corpo contemporâneo: a imagem do metrossesual no Brasil. *Revista Virtual de Humanidades*, v. 5, n. 11, p. 198-213, 2004.

GILMORE; D. Culturas de la Masculinidad. Em: Carabí, A.; Armengol, J. M. (eds). *La masculinidad a debate*. Barcelona: Icaria, 2008. p.33-45.

GIROUX, H. Praticando Estudos Culturais nas Faculdades de Educação. Em: SILVA, T. T. da (org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos Estudos Culturais em Educação*. 3ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 85-103.

GIROUX, H.; MCLAREN, P. L. Por uma pedagogia crítica da representação. Em: SILVA, T. T. da.; MOREIRA, A. F. (orgs.). *Territórios contestados – O currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 144-158.

GODINHO, E. *Educação e Disciplina*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

GOLDBERG, H. *The hazards of being male: Surviving the myth of masculine privilege*. Canadá: Penguin Books, 1977.

GOMES, R.; NASCIMENTO, E. F. do; ARAUJO, F. C. de. Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, n.3, p. 565-574, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n3/15.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2013.

GROSSI, M. A revista Estudos Feministas faz 10 anos. *Estudos Feministas*, n.12, p. 211-221, 2004.

GUADAMUZ, A. C.; CALVO, J. M. S. La masculinidad en Costa Rica. El estado de la cuestión. Retos y perspectivas. Em: _____(eds.). *Masculinidades en Centro América*. San José: Lara Segura, 2002. p. 109-122).

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUTMANN, M.; LUTZ, C. *Breaking ranks: Iraq veterans speak out against the war*. Berkeley: University of California Press, 2010.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. *Educação e Realidade*, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997.

HEILBORN, M. L. Em cena, os homens. *Estudos Feministas*, v. 6, n. 2, p. 370-374, 1998.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA, P. *Metodología de la Investigación*. DF: 2003.

INSTITUTO PROMUNDO. *Relatório Anual* (2013). Disponível em: <http://www.promundo.org.br/en/wp-content/uploads/2010/03/relatorio-anual_FINAL.pdf> Acesso em: 24 fev. 2014.

INSTITUTO PROMUNDO. *Relatório Anual* (2012). Disponível em: <http://www.promundo.org.br/en/wp-content/uploads/2010/03/relatorio-anual_FINAL.pdf> Acesso em: 24 fev. 2014.

KAUFMAN, M. *Hombres, placer, poder y cambio*. Santo Domingo: CIPAF, 1989.

KIMMEL, M. S. *Changing Men: New Directions in the Study of Men and Masculinity*. E.U.: Sage, 1989.

_____. Homofobia, temor, vergüenza y silencio en la identidad masculina. Em: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. 2 ed. *Masculinidad/es. Poder y crisis*. Santiago de Chile: Ediciones de las Mujeres (24)/Isis Internacional/Flacso, 1997.

_____. A Produção Simultânea de Masculinidades Hegemônicas e Subalternas. Em: *Horizontes Antropológicos*, v. 4, n. 9, p. 103-117, 1998.

KLEIN, C. “Um cartão [que] mudou nossa vida”? maternidades veiculadas e instituídas pelo Programa Nacional Bolsa-Escola. Dissertação (Mestrado em

Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

KOHAN, W. O. *Infância*. Entre educação e filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KRIEGER, N.; FEE, E. Man-made medicine and women's health: the biopolitics of sex/gender and race/ethnicity. *International Journal of Health Services*, v. 24, n. 2, p. 265-283, 1994.

LARROSA, J. *Educar*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LEMOS, F. C. S. et. al. A análise documental como instrumento estratégico para Michel Foucault. Em: PIMENTEL, A. et. al. (orgs.). *Itinerários de pesquisas em Psicologia*. Belém: Amazônia Editora, 2010. Capítulo IV, p. 95-118.

LOPES, R. R. “*Seja gay, mas não se esqueça de ser discreto*”. Produção de masculinidades homossexuais na revista Rose (Brasil, 1979-1983). Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LOURO, G. L. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p.101-132, 1995.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. *Gênero, Sexualidade e Educação – Uma perspectiva pós-estruturalista*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Corpo, Escola e Identidade. Em: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.25, n.2, 2000.

_____. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, v.9, n.2, p. 541-553, 2001.

_____. *Um corpo estranho*. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Proposições*, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 13 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

_____. Destemidos, bravos, solitários – a masculinidade na versão western. *Bagoas*, v. 7, n. 10, p. 171-182, 2013.

LYRA, J. et. al. Homens, gênero e saúde: desafios na construção de uma agenda de políticas. *Boletim do Instituto de Saúde*, v. 14, p. 7-15, 2012.

MACHADO, V. *Entre Apolo e Dionísio: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930)*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MARIANO, S. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, p. 483-505, 2005.

MARÍN, H. R. Apuntes para una Historia del Psicoanálisis en Argentina. *Asclepio*, v. 67, n. 1, p. 81-100, 1995.

MATTELART, A.; NEVEU, É. *Introdução aos estudos culturais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, 2008.

_____. O gênero dos/nos homens: linhas de uma proto-genealogia. *Ciência e saúde coletiva*, v. 17, n.10, p. 2579-2581, 2012.

MENJÍVAR, O. M. ¿Son posibles otras masculinidades? Supuestos teóricos e implicaciones políticas de las propuestas sobre masculinidad. *Reflexiones*, v. 83, n. 1, p. 97-106, 2004.

MEYER, D. E. E. *Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileira-evangélica no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

_____. Escola, currículo e produção de diferenças e desigualdades de gênero. Em: SCHOLZE, L. (org.). *Gênero, docência e memória*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 2001. p. 29-34.

_____. Educação e gênero: teoria e política. Em: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S.V. (orgs.). *Corpo, Gênero e Sexualidade – um debate contemporâneo em educação*. Petrópolis: Vozes, 2003. p.53-65.

_____. et. al. ‘Mulher sem-vergonha’ e ‘traidor responsável’: problematizando representações de gênero em anúncios televisivos oficiais de prevenção ao HIV/AIDS. *Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, p. 51-76, 2004.

_____. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. Em: _____; PARAÍSO, M. A. *Metodologias de Pesquisas Pós-críticas em Educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 47-62.

MISKOLCI, R. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MONTESINOS, R. *Masculinidades emergentes*. Iztapalapa: Universidad Autónoma Metropolitana, 2005.

MONTESINOS, R.; CARRILLO, R. Feminidades y masculinidades del cambio cultural de fin y principio de siglo. *El Cotidiano*, v. 25, n. 160, p. 5-14, 2010.

NASCIMENTO, M.; CARRARA, S. *Sobre Homens, saúde e políticas públicas: a equidade de gênero em questão*. *Ciência e saúde coletiva*, v.17, n.10, p. 2583-2585, 2012.

NICHOLSON, L. Interpretando gênero. *Estudos Feministas*, v.8, n.2, p.9-41, 2000.

NOLASCO, S. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

_____. *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

NUNES, C. R. F. *Trazendo a noite para o dia: apontamentos sobre erotismo, strip tease masculino, pedagogias de gênero e sexualidade*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

Núñez Nogueira, G. Los “hombres” en los estudios de género de los “hombres”: un reto desde los estudios queer. Em: RAMIREZ RODRÍGUEZ, J. C.; URIBE VÁZQUEZ, G. (eds.). *Masculinidades*. El juego de género de los hombres en el que participan las mujeres, Madrid: Plaza y Valdés, 2009, p. 43-57.

O’SULLIVAN, T. et. al. *Conceitos-chave em Estudos de Comunicação e Cultura*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2001.

OLAVARRÍA, J. Los estudios sobre masculinidades en América Latina. Un punto de vista. Em: *Anuario Social y Político de América Latina y el Caribe*, no. 6. Caracas: FLACSO, 2003. p. 91-98.

OLIVERA, P. *A construção da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG/Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2004.

PERROT, M. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

PETERS, M. *Pós-estruturalismo e filosofias da diferença: uma introdução*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PRECIADO, B. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

PULEO, A. *Filosofía, género y pensamiento crítico*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, 2000.

RATTO, A. L. S. *Livros de ocorrência: disciplina, normalização e subjetivação*. 2004. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

REYES BRAVO, R. M. *Autonomía subjetiva*. Una estrategia de intervención en mujeres profesionales. Tese (Doutorado em Psicologia), Faculdade de Psicologia, Universidad de La Habana, La Habana, 2008.

RICARDO, C. et. al. *El Programa H y el Programa M: Involucrando a hombres jóvenes y empoderando a mujeres jóvenes para promover la igualdad de género y la salud*. Washington, DC: OPS, 2010.

RICH, A. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs*, n. 5, p. 631-660, 1980.

RICHARD, N. *En torno a los estudios culturales*. Localidades, trayectorias y disputas. Santiago de Chile: Asdi, 2010.

RIVERO PINO, R. El rol paterno. Su problemática en Cuba. *Revista Cubana de Ciencias Sociales*, n. 31, p. 86-106, 2000.

ROHDEN, F. Capturados pelo sexo: a medicalização da sexualidade masculina em dois momentos. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 17, n. 10, 2012.

ROSE, N. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, T.T. da (org.) *Liberdades reguladas*. Petrópolis: Vozes, 1998. p.30-45.

_____. Como se deve fazer a história do eu? *Educação e Realidade*, v. 26, n. 1, p. 33-57, 2001.

_____. Psicologia como uma ciência social. *Psicologia e Sociedade*, v. 20, n. 2, p. 155-164, 2008.

RUBIN, G. El tráfico de mujeres: notas sobre la economía política del sexo. *Nueva Antropología*, v. 7, n. 30, p. 157-209, 1986.

SAFORCADA, E. La psicología en Argentina: desarrollo disciplinar y realidad nacional. *Interamerican Journal of Psychology*, v. 42, n. 3, p. 462-471, 2008.

SANTOS, H. B. dos; NARDI, H. C. Masculinidades entre matar e morrer: o que a saúde tem a ver com isso? *Physis*, v.24, n.3, p. 931-949, 2014.

SANTOS, C. A. dos. *Toda boa mãe deve...governo das maternidades para a constituição de infâncias saudáveis e normais*. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SANTOS, L. H. S. dos. Um pretinho mais clarinho...ou dos discursos que se dobram nos corpos produzindo o que somos. *Educação e Realidade*, v. 22, n. 2, p. 81-115, 1997.

_____. *Biopolíticas de HIV/AIDS no Brasil: uma análise dos anúncios televisivos das campanhas oficiais de prevenção (1986–2000)* Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2002.

SANTOS, M. do. C. C. dos. *Eu ser um homem feminino não fere meu lado masculino: percepções e socializações nos grupos reflexivos de gênero para homens*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SCHWARZ, E. Reflexões sobre gênero e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. *Ciência e saúde coletiva*, v. 17, n. 10, 2012.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v.20, n.2, p.71-99, 1995.

SEFFNER, F. *Derivas da masculinidade*: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2003.

SEGARRA, M.; CARABÍ, A. *Nuevas masculinidades*. Barcelona: Icaria, 2000.

SILVA, T. T. da. A pedagogia psi e o governo do eu nos regimes neoliberais. Em: _____(org.). *Liberdades reguladas*: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 7-13.

_____*Documentos de identidade*: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____*Teoria cultural em Educação*. Um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOARES, R. de F. R. *Namoro MTV*: juventude e pedagogias amorosas/sexuais no Fica Comigo. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

STEINBERG, S.; KINCHELOE, J. Sem segredos: cultura infantil, saturação de informação e infância pós-moderna. Em: _____(orgs.). *Cultura Infantil*: a construção corporativa da infância. Trad. George Eduardo Japiassú Brício. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 9-52.

SWAIN, T. N. Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas "femininas". *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 3, p. 67-81, 2001.

TORRÃO FILHO, A. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cadernos Pagu*, n. 24, p. 127-152, 2005.

TOVAR, M. Disciplina y control. Los manuales de urbanidad y la construcción de la masculinidad hegemónica a finales del siglo XIX en Venezuela. Em: *Anais*. Primeira Jornada Cubana de Estudio de las Masculinidades. La Habana: CENESEX, 2006.

TUÑÓN PABLOS, E.; BOBADILLA BERNAL, D. J. Mortalidad en varones jóvenes de México. *Estudios Sociales*, v. 13, n. 26, p. 68-84, julio-diciembre, 2005.

TURNER, G. *Cinema como prática social*. São Paulo: Summos, 1997.

ULLOA GUERRA, O. *Las contradicciones de la masculinidad*. Estrategia de trabajo comunitario con grupos de hombres. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário) Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Central "Marta Abreu" de Las Villas, Villa Clara, Cuba, 2008.

ULLOA GUERRA, O.; MESTRE MALFRÁN, Y.; PÉREZ MILLET, M. Ser hombre en Cuba: malestares, contradicciones e ironías de la hegemonía. Em: RIVERO PINO, R. (ed.). *Reflexiones sobre género*, Villa Clara, Cuba, 2009. p. 86-107.

VAZQUEZ GARCIA, V.; CASTRO, R. Masculinidad hegemónica, violencia y consumo de alcohol en el medio universitario. *Revista Mexicana de Investigación*, v. 14, n. 42, p. 701-719, 2009.

VEIGA-NETO, A. *Foucault e a educação* (2ed.) Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Michel Foucault e os Estudos Culturais. Em: COSTA, M. V. (org.). *Estudos Culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedos, biologia, literatura, cinema...* Porto Alegre: Ed. Universidade. 2000, p. 37-69.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Em: SILVA, T. T. da (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

Apêndice 1.

Iniciativas que demonstram a preocupação com a população masculina, na América Latina e no Brasil, desde uma perspectiva de gênero (período 1995-2015).

1995. Formação do Grupo de Estudos sobre Sexualidade Masculina e Paternidade (GESMAP) na ONG Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana (ECOS), São Paulo, Brasil.

1995. Pesquisa de opinião pública sobre direitos reprodutivos dos homens promovida pela Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR), São Paulo, Brasil.

1998. Seminário Homens, Sexualidade e Reprodução no Centro Universitário Maria Antônia, São Paulo, organizado pelo GESMAP/ECOS e o Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (27-28 de abril).

1998. Publicação do livro Homens e masculinidades: outras palavras, pela ECOS e Ed. 34, São Paulo, Brasil.

1998. Lançamento do audiovisual homem.com.h, produzido pela ECOS, São Paulo, Brasil.

1998. Realização da Conferência Regional La equidad de género em América Latina y El Caribe: desafíos desde la identidad masculina, em Santiago de Chile, promovida pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) de Chile, com apoio do UNFPA e da Fundação Ford (8-10 de julho).

1998. Lançamento do III Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos em América Latina e Caribe (PRODIR), sobre o tema Homens, masculinidades, organizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC), São Paulo, Brasil, com apoio de The Jonh D. and Catherine T. McArthur Foundation.

1998. Formação do Grupo de Estudos sobre Gênero e Masculinidades (GEMA), por integrantes do Instituto Papai e da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife, Brasil.

1998. Realização do Simposio Participação Masculina en la Salud Sexual e Reprodutiva: nuevos paradigmas, promovido por International Planned Parenthood Federation (IPPF), Reproductive Health Outlook (RHO) e

Association for voluntary Surgical Contraception (AVSC), em Oaxaca, México (outubro).

1999. Início da Campanha do Laço Branco no Brasil: Homens pelo fim da violência contra a mulher.

1999. Realização da pesquisa Investigating the role of men in women's reproductive and sexual health em Brasil, México, Nigéria, Filipinas e Malásia, coordenada pela International Reproductive Rights Research Action Group.

1999. Fundação do Instituto Costarricense de Masculinidad, Pareja y Sexualidad (Instituto WEM), em São José, Costa Rica.

1999. Realização do Segundo Encuentro Nacional de Hombres Contra la Violencia, em Managua, Nicaragua, promovido pelo Grupo de Hombres contra la Violencia (GHCV).

2000. Realização do workshop Homens e políticas públicas: reflexões e práticas sociais, promovido pelo Instituto Papai, em Recife, Brasil, com apoio de The Jonh D. and Catherine T. McArthur Foundaion.

2000. Realização de I Encuentro de Estudios de Masculinidad/es: identidades, cuerpos, violencia e políticas públicas, em Santiago de Chile, promovido pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) de Chile, Red de Masculinidad e Universidad Academia de Humanismo Cristiano.

2000. Fundação da ONG Asociación de Hombres contra la Violencia, em Managua, Nicaragua.

2000. Realização do Primer Encuentro de Organizaciones Civiles que trabajan con Hombres, em Querétaro, México

2001. Realização do Seminário de Encerramento do III PRODIR sobre Homens, masculinidades, organizado pela FCC, em Recife, Brasil, com apoio de The Jonh D. and Catherine T. McArthur Foundation.

2001. Realização do II Encuentro de Estudios de Masculinidad/es: identidades, cuerpos, violencia e políticas públicas, em Santiago de Chile, promovido pela FLACSO/Chile, Red de Masculinidad e Universidad Academia de Humanismo Cristiano.

2001. Publicação do livro *Los hombres no son de Marte. Desaprendiendo el machismo en Nicaragua*, de Patrick Welsh, com apoio do Instituto Católico para las Relaciones Internacionales.

2001. Realização do Primer Encuentro Centroamericano acerca de Masculinidades, em San José, Costa Rica, promovido pelo Instituto para la Acción, Educación e Investigación de la Masculinidad, Pareja y Sexualidad (WEM), com apoio do Fondo para la Igualdad de Género de la Embajada de Canadá (21-23 de novembro).

2001. Publicação do material Programa H Trabajando com Homens Jovens (cinco manuais e o vídeo *Minha vida de João*, audiovisual produzido pelas ONGs Instituto Papai, ECOS e Instituto Promundo, do Brasil, e Salud y Género, do México.

2002. Realização da Conferência Regional Latino-Americana e Oficina Internacional Homens jovens como aliados na promoção de saúde e equidade de gênero, em Rio de Janeiro, Brasil, promovido por ECOS, Instituto Papai, Instituto Promundo, Salud y Género e com apoio do UNFPA, FNUAP e OPAS/OMS.

2002. Realização da Conferencia Varones adolescentes: construcción de identidades de género en América Latina, subjetividades, prácticas, derechos y contextos socioculturales, promovida por FLACSO/Chile, Red Les Hechiceres (de investigaciones sobre identidad masculina) e Red de Masculinidades, em Santiago de Chile, Chile.

2002. Realização do III Encuentro de Estudios de Masculinidad/es: identidades, cuerpos, violencia e políticas públicas, em Santiago de Chile, Chile, promovido pela FLACSO/Chile, Red de Masculinidad e Universidad Academia de Humanismo Cristiano.

2003. Realização de Reunião preparatória para a 48ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher da ONU: Expert Group Meeting on the Role of Men and Boys in Achieving Gender Equality (O papel dos homens e meninos para alcançar a igualdade de gênero), promovida pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do governo brasileiro, em Brasília, Brasil (4-9 de novembro).

2003. Realização do 2º Seminário Internacional Homens pelo fim da Violência contra a Mulher, promovido pelo Instituto NOOS de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais, em Rio de Janeiro, Brasil.

2003. Realização do 2º Seminário Internacional e 1º Seminário Norte/Nordeste Homens, sexualidade e Reprodução: tempos, práticas e vozes, promovidos por Grupo Pegapagapá, Instituto Papai, Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (FAGES), da Universidade Federal de Pernambuco, e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Recife, Brasil.

2004. Realização do Seminário Internacional Homens Jovens e Equidade de Gênero: participação juvenil, programas e políticas públicas, promovido por ECOS, Instituto Papai e Instituto Promundo, em Brasília, Brasil (24-26 de maio).

2004. Fundação da Rede de Homens pela Equidade de Gênero (RHEG), Brasil.

2004. Realização do Seminário Regional Homens na Agenda das Políticas Públicas de Gênero: promoção à saúde e direitos sexuais e reprodutivos, durante o Fórum Social Nordestino, promovido pela RHEG, em Recife, Brasil.

2004. Realização do I Coloquio Internacional sobre Varones y Masculinidades, promovido pela Universidad de Puebla, em Puebla, México.

2005. Fundação da ONG Academia Mexicana de Estudios de Género de los Hombres (3 de setembro).

2005. Fundação da ONG Hombres por la Equidad, em México (junho).

2006. Realização da Primeira Jornada Cubana de Estudio de las Masculinidades, na Havana, Cuba.

2006. Realização do II Coloquio Internacional de Estudios sobre Varones y Masculinidades e do I Congreso de la Academia Mexicana de Estudios de Género de los Hombres (AMEGH), sobre o tema Violencia: ¿el juego del hombre?, promovido pela AMEGH e o Programa Interdisciplinario de Estudios de Género da Universidad de Guadalajara, em Guadalajara, México.

2006. Começa a circular a Revista Internacional de Estudios sobre Masculinidades, publicação semestral editada pela Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México.

2007. Se constitui a Red Iberoamericana de Masculinidades, na Havana, Cuba.

2007. Fundação da Escuela Equinoccio. Programa de Masculinidades del Centro de Estudios Regionales Andinos "Bartolomé de Las Casas", El Salvador.

2008. Realização do III Coloquio Internacional Estudios Varones y Masculinidades, em Medellín, Colombia (3-5 de dezembro).

2008. Aprovada no Brasil a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem.

2009. Realização do III Congreso Nacional Ser hombre en México en los albores del siglo XXI, em México (23-25 de março).

2009. Realização do Simposio Global Involucrando a hombres y niños en la igualdad de género, em Rio de Janeiro, Brasil (30 de março-3 de abril).

2010. Realização do IV Congreso Nacional de la Academia Mexicana de Estudios de Género de los Hombres, sobre o tema Prácticas contemporáneas de la sexualidad masculina. Enfoques teóricos y revisiones críticas desde la perspectiva feminista de género, promovido pela AMEGH, em Nuevo León, México (26-28 de abril).

2010. Realização do 6º Seminário Nacional Homens e masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas, promovido pelo Instituto Papai, em Brasil.

2011. Realização do IV Coloquio Internacional Estudios Varones y Masculinidades, em Montevideo, Uruguai (19-21 de maio).

2012. Realização do Seminario internacional sobre Masculinidad y Seguridad Ciudadana, em Caracas, Venezuela (3-4 de julho).

2012. Realização do VI Congreso Nacional de la Academia Mexicana de Estudios de Género de los Hombres, sobre o tema Hombres y políticas de

violencia. Práctica histórica, problema contemporáneo de agenda mundial, promovido pela AMEGH, em Juárez, México (22-26 de outubro).

2012. Se constitui a Organización Multidisciplinaria Latinoamericana de Estudios de Masculinidades (OMLEM), em Buenos Aires Argentina.

2012. Realização do Seminário Masculinidades no Século XXI: permanências e rupturas, em Belém, Brasil (27 e 28 de novembro).

2013. Realização do Encuentro Mesoamericano de Masculinidades, em Distrito Central, Honduras (23-24 de agosto).

2014. Realização do Seminario de Reflexión sobre Géneros: “feminidades, masculinidades y sus desafíos en el mundo contemporáneo”, organizado pelo Colegio de la Frontera Norte e a Universidad Autónoma de Baja California (4 de setembro).

2014. Realização do III Encuentro Centroamericano de Masculinidades, em Heredia, Costa Rica (22-24 de setembro).

2015. Realização do V Coloquio Internacional Estudios sobre Varones y Masculinidades, em Santiago de Chile, Chile (14-16 de janeiro).

Apêndice 2.

Alguns projetos de ONGs brasileiras que trabalham com homens desde uma perspectiva de gênero e as instituições que financiaram/financiam seus projetos⁴².

ONG	Projeto	Instituição financeira
Instituto Papai	Homens, gênero e práticas de saúde: diálogos com os trabalhadores em grandes obras	Ministério da Saúde, Brasil.
	Homens Jovens e Atenção Integral à Saúde	-Fundação Ford, Estados Unidos. -Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, Brasil.
	Masculinidades e Exploração Sexual.	Childhood, Suecia
Instituto Promundo	Exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes	-Stop it Now!, Estados Unidos. -Childhood, Suecia.
	Campeonato Laço Branco 2010	UN Trust Fund
Instituto Noos	Paz em casa, paz no mundo	Avon – Fundo Viva o Amanhã!

Procedência dos recursos obtidos para financiamento de outros projetos do Instituto Promundo (2013).

Fundação Bernard Van Leer, Holanda.

Fundação Ford, Estados Unidos.

Fundação MacArthur, Estados Unidos.

Fundação Oak, Genebra, Suíça.

Rutgers WPF, Holanda.

⁴² A lista foi elaborada a partir das informações contidas nos desenhos de projetos e relatórios disponíveis nos sites das próprias ONGs citadas.